

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

IDENTIDADE NACIONAL E ANGLOFOBIA NA IMPRENSA DO RIO DE
JANEIRO (1845-1863)

Geison Siqueira Tavares da Cruz

2016



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

IDENTIDADE NACIONAL E ANGLOFOBIA NA IMPRENSA DO RIO DE
JANEIRO (1845-1863)

Geison Siqueira Tavares da Cruz

Sob a orientação do professor
Marcello Otávio Neri De C. Basile

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em História**,
no Curso de Pós-Graduação em História, Área
de Concentração Relações de Poder e Cultura.

Nova Iguaçu, RJ
Março de 2016

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S955i Siqueira Tavares da Cruz, Geison , 1989-
Identidade nacional e anglofobia na imprensa do
Rio de Janeiro (1845-1863) / Geison Siqueira
Tavares da Cruz. - 2017.
124 f. : il.

Orientador: Marcello Basile.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Pós-Graduação em História , 2017.

1. Imprensa. 2. Anglofobia. 3. Identidade
nacional. I. Basile, Marcello , 1971-, orient. II
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós
Graduação em História III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO E
DOUTORADO**

Identidade nacional e anglofobia na imprensa do Rio de Janeiro (1845-1863)

GEISON SIQUEIRA TAVARES DA CRUZ

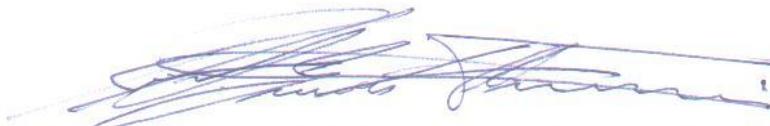
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História – Curso de Mestrado, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 07/03/2017

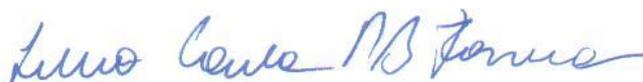
Banca Examinadora:



Professor Doutor **MARCELLO OTÁVIO NERI DE CAMPOS BASILE (UFRRJ)**
Orientador e Presidente da Banca



Professor Doutor **ROBERTO GUEDES FERREIRA (UFRRJ)**



Professora Doutora **SILVIA CARLA PEREIRA DE BRITO FONSECA (UNIRIO)**

Para vó Luzia

AGRADECIMENTOS

Agradeço o amor e o apoio da minha família entre tios, primos e vós. Mas especialmente agradeço à Beth, Breno, Livia e Sergio.

A todos os meus amigos pelas risadas, lágrimas e clichês. Felizmente eles são o suficiente para que eu tenha medo de esquecer alguém, por isso sintam-se todos beijados.

É necessário destacar o financiamento fornecido pela CAPES que foi fundamental para que a pesquisa tivesse condições de ser realizada.

Um agradecimento especial ao meu orientador Marcello Basile, pelos os direcionamentos e ideias que contribuíram de maneira ímpar para a realização dessa dissertação.

Muito obrigado a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Mais que nunca, o IM é meu país.

À Evita, por tantos miados carinhosos

E por último ao Botafogo, que me ensinou a não desistir mesmo com essas constantes derrotas pela vida.

RESUMO

CRUZ, Geison Siqueira Tavares. Identidade nacional e anglofobia na imprensa do Rio de Janeiro (1845-1863). 2017. 120p. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

O presente trabalho trata da relação entre anglofobia e identidade nacional entre os anos de 1845 e 1863 tendo como base a imprensa fluminense do período, especificamente os jornais Diário do Rio de Janeiro, Correio Mercantil, O constitucional, A Actualidade e Semana Illustrada. Acontecimentos como a promulgação do bill Aberdeen e o bloqueio do porto do Rio de Janeiro durante o que ficou conhecido como a questão Christie foram momentos de crise nas relações diplomáticas entre os dois países e eventos centrais para a reflexão presente neste trabalho. A partir da leitura das fontes pretendeu-se identificar que a imprensa do Rio de Janeiro desempenha um papel fundamental na elaboração da identidade nacional, o sentimento de aversão à Inglaterra, presente em várias dessas publicações, funciona como um importante elemento nesse sentido. A metodologia utilizada foi a análise de fontes primárias, as edições dos jornais selecionados e panfletos de circulação local, aliada à pesquisa de natureza bibliográfica. Como referencial teórico-metodológico tem especial relevância as obras de Jurgen Habermas, Mudança estrutural na esfera pública; Linguagens do ideário político, de John Pocock; História Intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura escrito por José Murilo de Carvalho, e As transformações do espaço público de Marco Morel. A partir do estudo realizado, pode-se concluir que a anglofobia foi um importante elemento constitutivo de um plano de construção de identidade nacional desejada, tanto pelo estado brasileiro quanto pela literatura nacional. Nesse contexto, a imprensa merece destaque como veículo de divulgação desses ideais.

Palavras-chave: Identidade nacional, Imprensa fluminense, História do Brasil Império
ABSTRACT

CRUZ, Geison Siqueira Tavares. Identidade nacional e anglofobia na imprensa do Rio de Janeiro (1845-1863). 2017. 120p. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2017.

The present paper deals with the relationship between Anglophobia and national identity between the years of 1845 and 1863, based on the Rio de Janeiro press of the period, specifically the newspapers Diário de Rio de Janeiro, Correio Mercantil, O constitucional, A Actualidade and Semana Illustrada. Events such as the enactment of the Aberdeen bill and the blockade of the port of Rio de Janeiro during what became known as the Christie issue were moments of crisis in the diplomatic relations between the two countries and central events for the reflection present in this work. From the reading of the sources it was intended to identify that the press of Rio de Janeiro plays a fundamental role in the elaboration of the national identity, the feeling of aversion to England, present in several of these publications, functions as an important element in this sense. The methodology used was the analysis of primary sources, the editions of selected newspapers and local circulation pamphlets, allied to bibliographic research. As theoretical-methodological references, the works of Jurgen Habermas, Mudança estrutural na esfera pública; Linguagens do ideário político, by John Pocock; História Intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura written by José Murilo de Carvalho, and As transformações do espaço público, by Marco Morel. From the study carried out, one can conclude that Anglophobia was an important constituent of a plan of national identity construction desired both by the Brazilian state and by the national

literature. In this context, the press deserves to be highlighted as a vehicle for disseminating these ideals.

Keywords: National identity, Rio de Janeiro Press, History of Brazil 19th.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.....	87
Figura 2.....	90
Figura 3.....	91
Figura 4.....	92
Figura 5.....	93
Figura 6.....	101
Figura 7.....	107
Figura 8.....	112

LISTA DE ABREVIACOES E SÍMBOLOS

IHGB
HMS

Instituto de História e Geografia Brasileiro
Her/His Majesty's Ship

SUMÁRIO

Introdução.....	11
CAPÍTULO 1 - ANGLOFOBIA, ANGLOFILIA E IMPRENSA.....	15
1.1 Imprensa, conceitos e metodologia.....	15
1.2 A relação entre o Brasil Colônia e a Inglaterra.....	22
1.3 Anglofobia e Anglofilia no Brasil.....	34
CAPÍTULO 2 - Conflitos diplomáticos e consolidação da anglofobia.....	43
2.1 Bill Palmerston e sua influência.....	43
2.2 Ecos do Aberdeen Act.....	49
2.3 O caso Cormorant.....	52
2.4 Impactos da Lei Eusebio de Queirós.....	57
CAPÍTULO 3 - Conflitos diplomáticos (1861-1862)	61
3.1 O caso Christie.....	68
3.2 Incidente do HMS Emerald.....	75
3.3 Episódio da prisão dos oficiais da fragata Forte.....	79
CAPÍTULO 4 - Imprensa, literatura e identidade nacional.....	100
4.1 Anglofobia na literatura	106
4.2 Imprensa, teatro e identidade nacional	112
4.3 Poesia e anglofobia	115
Conclusão.....	118
Bibliografia.....	120

Introdução

É inegável que o processo de elaboração da identidade nacional de um país parte das relações estabelecidas com outras nações. No caso específico brasileiro, alguns eventos ocorridos entre 1845 e 1863 parecem ter uma influência direta no que se convencionou como símbolo da brasilidade. Nesse sentido, a imprensa desempenhou um papel fundamental, uma vez que funcionava como porta-voz para os intelectuais e escritores, muitas vezes identificados com a esfera estatal, que se ocupavam de pensar um projeto de nação nesse momento.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a importância da influência da imprensa na sociedade imperial como propagadora de uma construção da identidade nacional com enfoque na ação dos impressos nos conflitos diplomáticos com a Inglaterra entre 1845 e 1863. Especificamente, pretende-se identificar as ações dos jornais e panfletos durante os dois maiores conflitos com a Inglaterra, a promulgação do Bill Aberdeen e a Questão Christie e como a literatura romântica nacionalistas, publicada nos mesmos impressos tratou tais embates posteriormente

Dessa forma, o problema de pesquisa da presente dissertação se desdobra em alguns questionamentos, um deles é se a origem da anglofobia presente nos jornais está relacionada ao discurso de autonomia nacional proposto principalmente por membros do Partido Conservador, proprietários de terras e contrários ao fim do tráfico de escravos. Outra questão motivadora incide sobre as formas que assume o sentimento anti-britânico na imprensa e sua relação com a ideia de identidade nacional, que ganhava especial destaque no período.

O presente trabalho defende a hipótese que o Império brasileiro procurou construir sua identidade nacional a partir de um inimigo externo, no caso a maior potência econômica e militar na época, o império britânico. A imprensa foi um catalisador desse sentimento patriótico que em momentos de conflitos deixava claro a posição anglofóbica presente em diversos jornais e panfletos brasileiros, através da presença não só de notícias com viés antibritânico mas também de charges, crônicas e textos literários.

Mesmo reafirmando o imenso poder britânico, a pesquisa também ventila uma maior autonomia das decisões do governo brasileiro, que não era mero joguete em mãos britânicas. Usando novamente os jornais e panfletos como fontes, o trabalho pretende confirmar que

inúmeras decisões atribuídas apenas à influência inglesa, foram também frutos de arranjos e estratégias internas de grupos políticos brasileiros, cuja intencionalidade não pode ser descartada.

Para dar cabo dessas hipóteses foi realizado um estudo cuidadoso de jornais e panfletos que circularam no período, amparado por um estudo de base bibliográfica. Entre os jornais escolhidos estão o *Diario do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil*, o liberal *Actualidade*, o conservador *Constitucional* e a *Semana Ilustrada*.¹ Os dois primeiros foram escolhidos pela popularidade que gozavam junto à sociedade da Corte. Eram juntos com o *Jornal do Commercio*, as folhas mais vendidas da cidade², e diferente deste forneciam grande espaço para o panorama político. A *Actualidade* e o *Constitucional*, foram escolhidos por serem conhecidos porta vozes de partidos políticos, e por tanto ideologicamente comprometidos com as visões do partido liberal no caso do primeiro e do partido conservador no segundo caso. A *Semana Ilustrada* foi escolhida por sua popularidade, mas principalmente pelo uso da ironia como estratégia de convencimento e por sua preocupação em apresentar símbolos de uma identidade nacional.

Os panfletos são outras importantes fontes pois possuíam um caráter mais virulento e menos polidos. O anonimato servia como proteção e críticas que nos jornais eram um pouco

¹ O *Diario do Rio de Janeiro* foi um dos primeiros jornais do país. Começou a circular no dia primeiro de junho de 1821, mais de um ano antes da independência e portanto ainda sobre o julgo da impressão regia, que controlava e censurava todo o conteúdo do jornal. Foi fundado pelo português Zeferino Vitor de Meireles. Joaquim Saldanha Marinho, editor chefe do *Diario* em 1863, foi um importante político liberal, presidente de província e deputado. Saldanha Marinho teve importante participação na questão Christie e depois foi um dos participante e mentores do manifesto republicano

O *Correio Mercantil* foi fundado em 1848 e suas vendas rivalizavam com o poderoso jornal do *Commercio*. Era claramente um jornal liberal e mesmo surgindo em meio ao “tempo saquarema”, fazia, em geral, a defesa do partido liberal.

O *Actualidade* foi fundado em 1858, e em seu primeiro número já destacava que se tratava de uma folha liberal. Dirigido por Lafayette Rodrigues Pereira, Flávio Farnese, Pedro Luís Pereira de Sousa e Bernardo Guimarães, o *Actualidade* era em geral mais virulento do que os jornais mais vendidos, como o *Jornal do Commercio* ou *Diario do Rio de Janeiro*

O *Constitucional* foi um jornal conservador de curta duração. Redigido por Pedro de Calasans, foi publicado por apenas poucos anos, mas teve aparentemente, certa relevância na política, ao se ter em conta a grande quantidade de vezes que o jornal era citado ou rebatido por jornais liberais rivais

O *Semana Ilustrada* foi um jornal fundado em 1860 por Henrique Fleiuss, um imigrante alemão. Se destacava pelas ilustrações presentes em suas páginas, além de seus personagens fixos,

como Dr Semana que apresentavam as crônicas dos acontecimentos semanais da cidade do Rio de Janeiro.

² A popularidade pode ser comprovada por números apresentados pelos próprios jornais e pela quantidade de vezes que suas notícias ecoavam em diversos jornais menores da Corte. mais contidas, se transformavam em violentos ataques. Dessa forma, pode ser vistos como um objeto especialmente rico para o presente estudo, uma vez que abordam a temática em um tom que se aproxima mais claramente do popular.

Estabelecidos os aspectos fundamentais do trabalho, torna-se necessário explicitar sua organização. O Primeiro capítulo é um apanhado teórico-metodológico que pretende facilitar o entendimento da pesquisa. No trecho são explicados alguns conceitos centrais para ao trabalho, como anglofobia, contexto linguístico e esfera pública. Ganham destaque nesse capítulo ainda considerações metodológicas sobre o uso da imprensa como fonte e suas potencialidades. Por último, ainda nesse trecho inicial são explorados os antecedentes históricos da relação entre Brasil e Inglaterra.

Já no segundo capítulo será abordado o começo das divergências entre os impérios brasileiro e britânico relacionadas principalmente com o tráfico de escravos. A promulgação do bill Aberdeen, lei sancionada unilateralmente pelo parlamento inglês que permitia que navios brasileiros suspeitos de tráfico negreiro fossem interceptados pela marinha britânica, e suas consequências na imprensa e na sociedade do Rio de Janeiro são o ponto central desse capítulo. Além disso, nesse capítulo são apresentados exemplos concretos de manifestações anglofóbicas em jornais e panfletos que circularam à época tanto no Brasil quanto em Portugal.

Além disso, esse segundo capítulo aborda outros dois eventos que ganharam centralidade no estudo das relações diplomáticas Brasil-Inglaterra: O caso Cormorant e a promulgação da lei Eusébio de Queiroz. Ambos representam um interessante material para o debate sobre a autonomia política nacional.

O terceiro capítulo tem como enfoque o conflito anglo brasileiro conhecido como questão Christie que a historiografia costuma dividir em três atos separados: a polêmica sobre o naufrágio do Prince of Wales, a prisão de três oficiais britânicos na cidade do Rio de Janeiro e, por fim, o bloqueio do porto do Rio de Janeiro a mando do diplomata inglês William Dougal Christie. Nesse capítulo são analisados além de textos retirados dos periódicos usados como fontes, charges e imagens que publicadas nesses mesmos veículos também

aportam significativas contribuições para a compreensão do papel da anglofobia como um gerador de imaginários no período.

No quarto e último capítulo da dissertação são explorados aspectos relativos à literatura como recurso para a construção da identidade nacional, já que além da criação de um mito fundador, esse material tem em comum o fato de buscar a geração de um aspecto legitimador de uma mestiçagem que transforma o brasileiro em um povo único e especial. Nesse trecho da pesquisa procura-se demonstrar como poemas, crônicas e textos teatrais se utilizaram também da anglofobia em seu projeto de nação. A seleção do material escolhido deu-se através da leitura de importantes escritores contemporâneos as querelas políticas entre Brasil e Inglaterra, como Machado de Assis e José de Alencar. Os textos teatrais trabalhados consistem em obras escritas a partir de meados do século XIX, que possuíam personagens ingleses que poderiam de alguma forma demonstrar a maneira que o povo britânico era visto por uma parcela dos intelectuais brasileiros.

1. Anglofobia, Anglofilia e Imprensa

1.1 Imprensa, conceitos e metodologia

A relação entre historiografia brasileira e a imprensa sempre foi bastante intensa, tendo os jornais uma grande importância como fontes históricas a partir da década de 1970.¹ Entretanto, apenas mais recentemente a imprensa se tornou um objeto de pesquisa, como campo atuante na sociedade brasileira desde o Império.² A produção de tais trabalhos só foi possível após a superação de certos mitos. Como escreve Marcello Basile:

“Verifica-se a superação das clássicas interpretações que concebiam a imprensa quer como instrumento ideológico dos interesses políticos e econômicos de grupos dominantes, quer como espécie de quarto poder capaz de determinar os rumos dos acontecimentos e massificar a sociedade, quer ainda como detentora da verdade dos fatos.”³

O livro “Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)” de Lúcia Bastos Pereira das Neves é um exemplo de trabalho que trata a imprensa não apenas como fonte, mas como seu objeto maior.⁴ Ademais, a pesquisa é um exemplo de como a linguagem é essencial para o estudo de jornais e panfletos. Neves, ao escrever sobre a batalha de textos durante a independência, afirma que “nesse mundo do pensamento em língua portuguesa, algumas palavras adquiriram novas significações,

¹ LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

² Idem

³ BASILE, Marcello. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos In. Anais do I Seminário Internacional do SEO. Vitória, 2014

⁴ Outros trabalhos também devem ser citados mesmo com o inevitável risco de alguma importante ausência ocorrer. Entre eles pode-se destacar BASILE, Marcello O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial, Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, 2004.; FERREIRA, Tania Maria Bessonde da C.; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira. (orgs.). História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/ Faperj, 2006; MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005 ;RIBEIRO, Gladys Sabina . A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Faperj, 2002 entre muitos outros.

exigindo a convivência forçada dos vivos com os mortos”⁵. Tal trecho explicita a noção que o estudo das discussões políticas na imprensa durante o século XIX não pode ser feito sem a compreensão das disputas de ideias e conceitos. A mesma palavra poderia ter dois ou mais significados diferentes dentro de um mesmo jornal ou panfleto, fato que evidencia a necessidade de se dar atenção à dimensão discursiva no trabalho historiográfico que lida com a imprensa como objeto.

Nesse sentido, cabe observar que conceitos são gestos linguísticos, imersos e atravessados pelo tempo. Mas também são mutáveis. Ao ignorar as mudanças que os conceitos sofrem, o estudo dos textos estaria completamente distorcido pelo anacronismo. O estudo da relação entre Brasil e Inglaterra na imprensa do Rio de Janeiro em meados do século XIX, tema do presente trabalho, também deve levar em conta essa disputa discursiva e a legitimação de conceitos. Os jornais parecem ter sido importantes porta-vozes da indignação da elite política brasileira, ou pelo de parte dessa sociedade, contra a intrusão inglesa em assuntos considerados nacionais. Se no caso da ação contra o tráfico, o alvo principal foi lord Aberdeen e o Bill de sua autoria, durante a questão anglo brasileira de 1863 os impressos tiveram como alvo preferido o polêmico William Christie.

Tanto em 1845 quanto em 1863, a imprensa fluminense tornou-se um instrumento de propagação dos sentimentos da sociedade da Corte, que percebia nas ações da Inglaterra uma afronta à soberania nacional. Entre as datas houve um amadurecimento das tensões com império, que intensificou o sentimento anti-britânico e por fim acarretou no rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

É muito importante para a pesquisa sobre a imprensa entender a constituição dos jornais. Em geral, os maiores e mais discutidos possuíam dono ou donos conhecidos do público, o que pode explicar a maneira cautelosa, principalmente em um primeiro momento, que os impressos tratavam o conflito tanto em 1845 quanto em 1863. Os panfletos, também comuns durante o conflito possuíam a segurança do anonimato do seu autor, o que os possibilitava ser mais virulentos e difamatórios sem o temor de represálias de qualquer tipo.

O perfil dos donos e editores dos principais jornais da década de 1860, pode ser traçado em linhas gerais como um grupo heterogêneo politicamente e de certa maneira até mesmo

⁵ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das; NEVES, Guilherme Pereira das. “Independência e liberdade antes do liberalismo no Brasil (1808 – 1831)”. In CARVALHO, José Murilo de;

socialmente, levando-se em conta o pequeno universo de letrados no Brasil. O editor do Constitucional por exemplo, Pedro Calasans, era um membro do Partido Conservador e

PEREIRA, Miriam Halpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João Vaz. *Linguagens e Fronteiras do Poder*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

filho de um fazendeiro nordestino, enquanto Francisco Otaviano, que escreveu tanto para o *Jornal do Commercio* como para o liberal *Correio Mercantil* poderia ser considerado um membro das chamadas classe médias urbanas, tendo nascido no Rio de Janeiro, filho de um médico. Da mesma maneira que Marco Morel em “As transformações do espaço público” considerou o uso do termo elite como impreciso ao se tratar dos envolvidos com os impressos em 1820 e 1840, não existem indícios de homogeneização no panorama da década de 1860, pelo menos entre os editores dos jornais estudados.

As relações entre os Partidos e políticos, no entanto, eram facilmente identificáveis. As próprias folhas costumavam deixar claro a sua posição dentro do cenário político do país. O *Correio Mercantil* foi, desde sua fundação em 1848, um jornal ligado ao Partido Liberal. O mesmo pode ser dito sobre o conservador *Correio da Tarde* que foi abertamente um porta voz dos saquaremas. Existem casos que tal designação deve ser feita com maior cuidado. O *Jornal do Commercio* pode ser considerado um jornal com uma tendência mais conservadora, mas não era em geral um jornal com defesas políticas virulentas. O *Diario do Rio de Janeiro*, por outro lado, passou por diversas fases e se durante o período em que foi liderado por Saldanha Marinho foi abertamente liberal, em outros momentos não foi tão claro em suas posições políticas.

Tais posições políticas dos jornais, assim como as discussões que envolviam um ou mais jornais, podem ser melhor compreendidas ao levar-se em conta o panorama da época. O movimento do contexto linguístico, com ênfase nos trabalhos dos seus mais famosos membros, Quentin Skinner e John Pocock⁶, são ótimos pontos de partida para o estudo de jornais. Suas contribuições sobre a linguagem política e a análise do discurso político são

⁶ Entender e identificar quem eram os escritores dos jornais e panfletos, além dos seus principais interlocutores é um começo primordial para a metodologia defendida por Quentin Skinner e J. Pocock. Embora, posteriormente, tenha sido Skinner quem mais se preocupou com a sistematização da metodologia da história das ideias, seus primeiros passos foram dados por Pocock. Os dois membros da “escola de Cambridge” foram os principais responsáveis pela propagação do chamado “contexto linguístico”.

necessárias para o estudo da imprensa e seu lugar de fala na sociedade fluminense de meados do século XIX.

O contexto, para tais autores, não é apenas uma ferramenta de análise do texto, mas também uma metodologia que procura a reconstrução das intenções por trás da escrita. Ou seja, compreender os discursos em seu objetivo comunicativo como atos de fala e como produto de uma ocasião particular, com o intuito particular de resolver um dado problema:

“... não existem temas eternos . Existem apenas respostas individuais a questões individuais e provavelmente questões tão diversas quantos os pensadores que as colocam. Em vez de nos preocuparmos com as “lições” da história das ideias, faríamos melhor em aprender a pensar por nós próprios”⁷

A obra de Skinner tem como um dos seus propósitos o combate a ideia da existência dos problemas filosóficos perpétuos, sem historicidade. O autor britânico tece uma crítica à história das ideias, que procura traçar um arco genealógico das doutrinas, transformando-as em estruturas eternas e imutáveis . Ao ignorar a historicidade dos autores e de suas ideias, os historiadores acabavam por projetar expectativas de épocas posteriores à produção da obra, procurando nelas uma espécie de clarividência. Tal falha se torna ainda mais gritante quando o historiador acusa um determinado autor de não tratar sobre determinado tema ou objeto, ignorando a impossibilidade, as vezes até mesmo cronológica, da obra travar tal discussão.

Cada momento histórico ao mesmo tempo em que possibilita certas formas de compreensão e expressão, limita os vocábulos disponíveis e os modos como os elementos podem ser expressos. Formas de entendimento são transmitidas e, muitas vezes, não contestadas e verificadas. Entretanto, se, por um lado, conceitos são herdados, outros surgem numa sociedade em constante transformação, como é o caso, por exemplo, das primeiras décadas do Brasil independente.

Possuindo como foco tal historicidade, torna se claro que o estudo dos jornais do século XIX não pode estar desvinculado das influências que a imprensa da época recebiam, como, por exemplo, as ideias propagadas pela Revolução Francesa. Tais influências resultaram em um jornalismo parcial, militante, politizado e feito, normalmente, sem visar o lucro ou pelo menos não tendo o mesmo como único objetivo.

⁷ SKINNER, Quentin. “Significação e compreensão na história das idéias”. In: Visões da política. Liboa: Difel, 2005

A maneira como os textos eram construídos também são um elemento importante da pesquisa. A retórica era uma disciplina amplamente difundida no império brasileiro no começo do século XIX e durante o reinado de Dom Pedro II ocupava um lugar de destaque na formação de qualquer membro da elite política e econômica. Mesmo os iletrados possuíam um contato com ela, pois como assinalou Maria Beatriz Nizza da Silva⁸ a retórica estava impregnada na vida cotidiana, tanto na oratória religiosa como nas festividades públicas.

A política e a imprensa não fugiam à regra. Era comum nos discursos nas assembleias e nos textos de jornais e panfletos o uso de recursos e técnicas de argumentação e persuasão fornecidas pela retórica. Entre os recursos, o argumento de autoridade talvez tenha sido o mais presente. O conflito contra a Inglaterra fornece diversos exemplos. Durante os momentos mais agitados dos debates era comum o uso, principalmente jurídico, de um nome prestigiado para criticar as ações britânicas.

Como explica José Murillo de Carvalho⁹, no argumento de autoridade, a validade do que é dito depende essencialmente da opinião que o auditório tem da autoridade evocada. A maioria dos panfletos distribuídos durante o Bill Aberdeen e durante a questão Christie possuía a mesma autoridade para provar seu ponto: Deus e sua vontade divina. Tal mecanismo parece bastante funcional, visto que opiniões contrárias a vontade de um ser todo poderoso não seria bem aceita em uma sociedade obrigatoriamente cristã¹⁰. Principalmente nos panfletos eram comuns as citações da Bíblia, tanto ao Antigo quanto ao Novo Testamento, de preferência em latim. Obras famosas de teologia também eram citadas, como os escritos de Santo Agostinho e São Jerônimo. A teologia por exemplo foi ponto de partida para um manuscrito anônimo provavelmente escrito em 1845 que pregava uma inferioridade religiosa inglesa pela adoção do Anglicanismo ao invés do catolicismo oficial brasileiro.¹¹

Mas não eram apenas passagens religiosas que forneciam a legitimação dos escritos na imprensa. Obras da antiguidade, tanto romanas como gregas também, eram citadas a

⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza. *Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. Em Topoi número 1, Rio de Janeiro, 7letras, 2000.

¹⁰ O catolicismo ainda era a religião oficial do país, mas não se pode ignorar as diversas religiões de matrizes africanas presente entre escravos e ex-escravos.

¹¹ *Opusculo sobre religião*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1845, pp. 3.

exaustão. Jornais citavam constantemente nomes como Virgílio, Herodoto e Sêneca. Mas talvez o campeão de citações, pelo menos entre os seres mortais, era Cícero, considerado o grande mestre da oratória. O romano e sua obra são pontos de partida para o autor anônimo do Opusculo sobre a questão anglo-brasileira, panfleto escrito após a tumultuada questão Christie.

A forma dos escritos seguia regras bem estabelecidas. As figuras de linguagens e dos tropos, como a ironia, sarcasmo e hipérbole eram estratégias cativas nos panfletos, que possuíam diferentes formas de construção como cartas, poemas, manifestos ou mesmo dicionários.

Assim, textos literários e filosóficos são objetos políticos e é tarefa do historiador penetrar nestes meandros, entendendo a intencionalidade de sua escrita, de acordo com as possibilidades que se abriam no contexto em que estava colocado. Levando-se em conta os textos de Quentin Skinner, estudar o contexto de determinada obra não é algo deslocado do ato de analisar o próprio texto. Dessa forma, a dimensão textual ganha imensa importância para estudos que apresentam a imprensa como objeto.

É importante também analisar os espaços em que esses textos circulavam para melhor compreender seu papel. Praças e as tavernas eram locais em que os jornais eram lidos em voz alta, para grandes grupos reunidos, o que propagava ainda mais o alcance dos impressos. Nesses espaços informais de debate é formada a opinião pública, estudada por Marco Morel (2005). Em seu livro “As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial”, o autor problematiza a geopolítica cultural da cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a rua foi um espaço privilegiado para a discussão política, mesmo entre aqueles que não estariam na posição de tomar decisões. As ruas, desse modo, repletas de uma diversidade social, produziam uma ideia coletiva sobre determinado tema, a conhecida opinião pública.

A discussão sobre os locais de debate público é mister para se pensar a importância e força da imprensa como influenciadora e influenciada nos temas em voga na época, como o caso da questão anglo brasileira. Jürgen Habermas,¹² procura explicitar a dinâmica da esfera pública como ponto central para entender a própria formação da sociedade, explicando suas tensões internas e transformações.

¹² HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural na Esfera Pública. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984

Uma das ideias centrais do livro é a de formação de arenas ou espaços públicos de discussões que são conduzidas por pessoas privadas que se dispõem a aceitar que a melhor argumentação é a única fonte de legitimidade para a validação de juízos, sejam discussões sobre cultura, economia ou política. A esfera pública, portanto, forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o Estado e a sociedade civil.

Diferente da ideia de esfera pública da antiguidade, medieval e moderna, o conceito usado como base para a pesquisa em questão, é a de esfera pública burguesa, surgida segundo Habermas, entre o século XVIII e o XIX principalmente na França e Inglaterra através de uma “evolução” de uma esfera pública literária.¹³

Outro conceito debatido por Habermas, o de opinião pública, é primordial para um estudo da imprensa e sua propagação pela sociedade. A formação do conceito é de difícil rastreamento e pode ser considerada uma criação coletiva com contribuições diversas. Na Inglaterra, a ideia de opinião pública, surge em concomitância com as ideias de public spirit e general opinion¹⁴. A opinião pública poderia e deveria forçar os legisladores a legitimarem suas ações, ao curva-se ao desejo da sociedade.

Existem, no entanto, certos limites para o uso dos conceitos no caso da sociedade brasileira e sua imprensa no século XIX. A esfera pública de Habermas trata especialmente da Europa Ocidental, principalmente da Inglaterra e França e sua transposição para o caso brasileiro deve ser tratada com cuidado, sem a possibilidade do uso do conceito como algo fechado e imutável.

Para Habermas, a esfera pública é formada por homens livres e iguais que tratam de discussões de ordem pública. Como se sabe, a cidade do Rio de Janeiro na década de 1860 contava com um imenso número de escravos, e com uma população pobre e analfabeta ainda

¹³ O espaço público, nesses primórdios eram os salões burgueses e os cafés, locais em que a sociedade se encontrava para discussões artísticas, ainda influenciada pela ideia aristocrática que Habermas chama de esfera representativa

¹⁴ O public spirit, com claras inspirações em Locke seria o sentimento da sociedade, sem moderação, que pelo seu senso comum, seria infalível. A expressão general opinion surgiu com Edmund Burke, que seria a opinião da sociedade civil sobre assuntos públicos.

maior¹⁵. Os espaços públicos também eram diversos dos europeus em certos aspectos, com a maior interação entre classes sociais e com uma propagação diversa.

Habermas destaca a imprensa como um local de discussão política e cultura na Inglaterra. Um local, portanto, usando uma definição do próprio Habermas, para “Pessoas privadas discutirem sobre assuntos privados de interesse público”¹⁶. A imprensa no caso da questão Christie foi de suma importância para a dimensão que o conflito gerou. A imprensa não tutelava os debates políticos, mas era parte importante na feitura de uma opinião pública e um auxílio para os debates nos espaços de discussão política abertos na Corte a partir da independência.

1.2 A relação entre o Brasil e a Inglaterra: antecedentes históricos

Um conceito caro para o trabalho é o de anglofobia. Torna-se mister uma explicação do termo e sua utilização na dissertação. Pode-se explicar anglofobia como aversão à Inglaterra e a tudo o que ela representa, sejam hábitos, costumes, cultura ou povo. Luiz Eduardo Oliveira¹⁷ vai mais longe ao explicar que a anglofobia brasileira e a portuguesa eram mais vistas durante crises políticas e econômicas, mesmo quando essas não possuíam ligação direta com o a Inglaterra. Se é verdade que esse sentimento de aversão parece ter raízes políticas e econômicas, sua propagação percebida em protestos e na literatura parece generalizar tal sentimento, pelo menos entre brasileiros brancos.

Essa aversão, que se pretende identificar durante a pesquisa, não exclui momentos em que a Inglaterra é celebrada ou vista como um exemplo político, econômico e cultural. A influência britânica era grande em todas as áreas e qualquer atrito gratuito com a maior potência militar da época não era uma atitude inteligente. As críticas virulentas, vinham mais comumente após uma questão já em curso. Em momentos pacíficos, um confronto direto iniciado seria um erro político e apenas em panfletos anônimos e textos ficcionais, a anglofobia era percebida.

¹⁵ “Uma ilha de letrados num mar de analfabetos” em CARVALHO, Jose Murilo. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. Editora Record, 2003, 2ª edição.

¹⁶ HABERMAS, Jurgen .op cit. pg 52

¹⁷ OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Mito de Inglaterra - Anglofilia e Anglofobia em Portugal (13861986). Lisboa: Gradiva, 2014.

As relações políticas e econômicas de Brasil e Inglaterra em meados do século XIX não eram de maneira alguma equilibradas. A força militar britânica, com sua poderosa esquadra era incomparável a qualquer outro país. O Brasil por sua vez, ainda possuía um poder bélico bastante reduzido, indo enfrentar sua primeira guerra de grandes proporções apenas alguns anos depois da questão Christie, a sangrenta e longa guerra do Paraguai.

A relação econômica era tão ou mais desigual. Os tratados comerciais celebrados por portugueses e ingleses desde a restauração de Portugal após a União Ibérica, serviram como porta de entrada de mais de dois séculos de uma balança comercial favorável a Inglaterra, que refletiram diretamente na relação brasileira com o governo britânico.

Os primeiros anos do século XIX aumentaram a dependência portuguesa e por consequência a brasileira, ao capital inglês. As guerras napoleônicas trouxeram uma crescente bipolarização entre franceses e ingleses, situação que levava países mais fracos a serem obrigados a escolher um lado. Portugal, atrelado a uma histórica tutela e dependência para com a Inglaterra, via-se em uma situação quase sem saída, pressionado pela França napoleônica e, através desta, pela vizinha Espanha.

Recorrer à Inglaterra tornou-se quase inevitável, e a situação crítica de Portugal, com o exército francês próximo das fronteiras, tornou o país ainda menos capaz de resistir aos interesses britânicos. A vinda da Corte para o Brasil foi protegida por navios ingleses e também consolidou a hegemonia dos interesses comerciais britânicos no Brasil.

A abertura dos portos às nações amigas foi um momento importante para as relações entre os dois países. O tratado de Aliança, Comércio e Navegação, também conhecido pelo nome do representante britânico que os negociou, Strangford, exigia da Grã-Bretanha sob o argumento de uma propalada reciprocidade, a atribuição de manter a proteção a dinastia reinante portuguesa, e em contrapartida recebia uma série de vantagens comerciais junto a Portugal e principalmente em relação ao Brasil. Houve um aumento significativo de imigrantes ingleses para o país, em sua maioria comerciantes. Além disso, houve uma explosão de importações de produtos britânicos tais como ferro, vidro, louça e tecidos.

Com os ingleses e as mercadorias, veio o que Gilberto Freyre chamou de influência intelectual. “Os ingleses estão ligados como nenhum outro povo aos começos de modernização das condições materiais de vida do brasileiro: das condições de produção, habitação, transporte, recreação, comunicação, iluminação, alimentação e repouso entre

nós”¹⁸. Segundo esse autor, a preponderância econômica dos britânicos não poderia deixar de aparecer em outras esferas, como um conjunto de influências culturais de toda espécie, materiais, comportamentais e culturais. No mercado financeiro, criaram-se os investimentos em títulos de empréstimo do governo, controlados por bancos ingleses. As grandes indústrias britânicas também chegaram no Brasil, através companhias mineiras, das estradas de ferro, além de nos costumes de moradia, na moda, nos móveis e objetos das casas. Surgiram ainda as carruagens, os machados e serras inglesas.

Além disso, houve a influência intelectual baseada na tradução de livros técnicos que ensinavam de agricultura à engenharia além da venda de volumes das obras clássicas da literatura inglesa como Byron, Scott, Swift, Dickens, Doyle, entre outros.¹⁹ Tais obras possuíam grande prestígio entre a parcela culta da população brasileira.

Outro reflexo da influência cultural inglesa relaciona-se com a língua desse país. O estudo na língua inglesa tornou-se cada vez mais comum na Corte do Rio de Janeiro nesse momento. A “Gazeta do Rio de Janeiro” de 8 de fevereiro de 1809 já tinha entre suas páginas um anúncio de professora inglesa que ensina “meninas que querem aprender a ler, escrever contar e falar Inglês”.

É importante notar que os primeiros anos da década de 1810 eram delicados para o comércio britânico que encontrava um ambiente hostil nos portos da Europa Continental pelo bloqueio comercial imposto por Napoleão. O novo mercado consumidor brasileiro tornou-se uma saída para capitalistas, comerciantes e industriais diminuírem seus prejuízos, mesmo levando-se em consideração que o mercado brasileiro ainda era pequeno. A euforia causou problemas. Além do desconhecimento a respeito do dimensionamento do mercado interno, boa parte das primeiras levas de comerciantes que aqui se estabeleceram desconhecia também necessidades e hábitos próprios do povo brasileiro. Patins-de-gelo, carteiras (não

¹⁸ FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks Ed., 2000, p. 101

¹⁹ “Gilberto Freyre cita de forma magistral como a influencia inglesa modifica o país.” À influência do mister pode-se atribuir a introdução do chá, da cerveja e do whisky, do beef, do pijama de dormir, do rifle esportivo, do water-closet, dos métodos de ensino de meninos, do gosto pelos romances policiais, dos piqueniques, da louça inglesa, do sandwich, das maneiras do gentleman, do passeio a pé, do bar, do drink gelado, do clube, da moda inglesa de roupa de homem, de gravata e de meia, da calça de flanela, do chapéu inglês (redondo), do cachimbo inglês, da governanta inglesa, da hora inglesa (exata), da palavra de inglês (palavra de honra), do breakfast, do sal-de-frutas, do poker, do cavalo inglês de corrida, do bulldogue, das corridas de jockey, das viagens nos vapores ingleses, da Brazilian Street Railway (estrada de ferro) e muitos outros”

havia papel-moeda e quem carregava as moedas metálicas eram os escravos), espartilhos etc. ajudaram, junto com gêneros consumíveis, a causar o abarrotamento do mercado, com uma consequente queda de preços, tentativa apressada de venda das mercadorias e adaptação às necessidades locais (venda a retalho, embora o preferível fosse a atacado).

Para dar vazão ao grande volume de mercadorias, adotou-se a prática do leilão público. Normalmente, os donos de mercadorias vendidas em leilão eram comerciantes desiludidos que, com o dinheiro auferido, regressavam à Grã-Bretanha. Venda nas ruas e de casa em casa, por intermédio de agentes, também foram empregadas. Reexportação feita para o mercado platino causou, novamente, um abarrotamento. O que sobrou, finalmente, foi devolvido à Inglaterra.²⁰

A partir de 1810, com a ausência dos aventureiros e estabelecimento de comerciantes mais estáveis, o comércio local passou a adquirir um aspecto condizente com as necessidades do país. Havia a percepção geral, de que o mercado brasileiro só poderia permitir um desenvolvimento comercial maior com a Inglaterra com o passar do tempo, lentamente. Até o enraizamento do consumo de produtos ingleses, os comerciantes bretões conviviam com várias dificuldades, tais como a escolha da quantidade e qualidade do que oferecer à população. Encomendas acima da quantidade demandada (ou feitas por mais de um comerciante), descompasso entre chegada de carregamentos e saciedade das necessidades locais, foram fatores que contribuíram para o encalhe de mercadorias. Estas dificuldades foram sendo sanadas com tempo.²¹

A companhia inglesa Carruthers & Co teve intensa participação no tráfico escravista. Também a presença de um grande traficante de escravos na composição da sociedade da firma, como a de João Ignácio Tavares, é outro elemento indicativo da participação da companhia no comércio proibido de escravos. Essa indicação se comprova e se torna evidente com o envolvimento, descrito e analisado por Robert Edgar Conrad e por Luís Henrique Tavares²², da Carruthers com o grande traficante de escravos Manoel Pinto da Fonseca, para quem a empresa fornecia produtos manufaturados para a realização de transações negreiras na África.

²⁰ FREYRE, Gilberto. Op cit

²¹ PANTALEÃO, Olga. A presença inglesa: In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo II, 1o vol., 4a ed., São Paulo: DIFEL, 1976

²² CONRAD, Robert E. Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983; TAVARES. Luís Henrique Dias. O Comércio Proibido de Escravos. São Paulo: Ática, 1988.

Para além do campo comercial, os ingleses também importavam suas ideias. Os meses anteriores a independência brasileira, foram marcados por discussões sobre federalismo e outros ideais liberais. A imprensa e os panfletos citavam intelectuais franceses e ingleses para legitimar seus pontos nas calorosas discussões. A Inglaterra com sua civilização, cultura e política era um modelo de nação para o país que ainda nem existia.

Mesmo com toda essa influência e com a grande quantidade de estrangeiros existentes no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XIX, haviam alguns pequenos conflitos baseados no choque de valores de sociedades diferentes. Segundo o viajante J.

Luccock, um inglês que visitou o Brasil algumas vezes e escreveu suas impressões sobre o país afirmou que certa vez “dois ou três ingleses foram presos” porque “ridicularizavam as cerimônias da Igreja Católica.”²³ Luccock acreditava que as alguns moradores da corte desprezavam os ingleses “injustamente, por que se deu num tempo em que se infundira um espírito de rancor entre militares que preenchiam os postos subalternos da polícia e que estavam sempre dispostos a abusar de sua autoridade e a molestar nossos patrícios.”²⁶

Ernst Ebel, um alemão que veio ao Brasil no começo da década de 1820, discordava de Luccock. Segundo o viajante, os ingleses gozavam de certas regalias que outros estrangeiros não possuíam diante das autoridades da Coroa, se misturando pouquíssimo com a sociedade da cidade do Rio de Janeiro.²⁴ Segundo Ebel “Os ingleses compõem, sem discussão, a classe mais respeitada pela sua afluência, seus privilégios e mais longa permanência”²⁵

Curiosamente, a influência inglesa se expandiu em um momento que uma outra nação europeia causava aversão no Brasil. O movimento de independência e o primeiro reinado trouxeram o antilusitanismo, sentimento estudado por Gladys Ribeiro²⁶. Como a autora destaca em seu próprio prefácio, o objetivo do texto é a discussão do processo de “formação identitária da nação”, tomando como ponto de partida a questão da emancipação do Brasil e a identificação do “ser brasileiro” em oposição ao “ser português. O período pós

²³ LUCCOCK, John, 1770-1826 Notes on Rio de Janeiro, and the Southern parts of Brazil ²⁶
Idem

²⁴ EDEL, Ernst. O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974

²⁵ Idem

²⁶ RIBEIRO, Gladys. Op cit.

independência pode ser caracterizado por essa alteridade, extremado por momentos como a Noite das Garrafadas e as quedas dos Gabinetes no fim do primeiro reinado.

Apesar de ser claro que a preeminência inglesa no Brasil, não sofreu nenhum revés durante o conflito de independência, a possibilidade de uma guerra entre brasileiros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro deixou muitos comerciantes ingleses temerosos. Gilmar Pozo, em sua obra sobre irlandeses e ingleses no Brasil, cita tal temor nas palavras da esposa de um capitão inglês.

“Maria Graham, mulher do capitão da fragata Doris, Thomas Graham, em seu diário de viagem pelo Brasil tomou nota, ao passar pelo Rio de Janeiro em 1823, que a expectativa frente à resposta de D. Pedro à mensagem das Cortes de Lisboa, que o intimara a retornar imediatamente a Europa, gerou entre os estrangeiros a perspectiva de uma guerra civil. Os comerciantes ingleses se reuniram e requereram a permanência da Doris até a chegada de outra embarcação militar inglesa, com medo de que suas pessoas e propriedades não ficassem em segurança.”²⁷

O temor de batalhas no Rio de Janeiro se mostrou infundado, mas conflitos pela independência realmente aconteceram. Era necessária a criação de poderio militar que pudesse dar conta da guerra da independência e da conservação do território brasileiro. A saída foi a contratação de mercenários estrangeiros.

Thomas Alexander Cochrane, cidadão britânico, foi o primeiro almirante da Armada brasileira, colocação criada única e exclusivamente para ele, que a exerceu entre 1823 e 1827, no período em que lutava para submeter as províncias do norte do país, ainda resistentes ao poder centralizador do Rio de Janeiro. Cochrane foi segundo Gilberto Freyre, “um aventureiro, no bom e no mau sentido, correndo riscos, servindo e, ao mesmo tempo, disputando proventos materiais”²⁸.

Mas nem todos os estrangeiros tiveram o sucesso de Cochrane, que recebeu o título de Marques do Maranhão por suas vitórias nas batalhas de independência e contra a Confederação no Equador. A pedido do almirante inglês, mais de 500 marinheiros ingleses

²⁷ POZO, Gilmar. Cotidiano e revolta no primeiro reinado. USP, São Paulo, 2014.

²⁸ FREYRE, Gilberto. Op cit

foram trazidos para a marinha brasileira, mas o alto valor pago pelos contratos, fez o governo brasileiro procurar saídas mais baratas²⁹.

O coronel William Cotter, a mando do estado brasileiro conseguiu recrutar, como promessas que posteriormente não seriam cumpridas, em torno de 2.400 a 2.600 camponeses irlandeses, todos sem treinamento militar. Os maus tratos e o descumprimento de acordos provocou um levante irlandês em 1828 que causou uma série de conflitos entre estrangeiros e brasileiros em junho daquele ano.

Após um castigo corporal em um soldado alemão, considerado abusivo pelos batalhões estrangeiros, ocorreu uma rebelião contra oficiais brasileiros. Em especial o major Benedicto Thiola famoso por ordenar um castigo de 800 chibatadas a um soldado irlandês. Após 500 chibatadas, o soldado teria se jogado para a morte ao pular no mar. O major ordenou reconduzir “o cadáver ao quadrado e de espada desembainhada impôs aos tambores que apliquem ao morto as 300 pancadas que faltavam”³⁰ Os irlandeses não esqueceram tal episódio e durante a rebelião o major foi cruelmente morto.³¹

A revolta dos mercenários botou frente a frente irlandês e alemães contra brasileiros, em sua maioria negros. A relação entre os dois grupos já era tensa anteriormente. Gilmar Pozo afirma que as brigas eram constantes e mostra que apesar de versões diferentes tais conflitos acabavam como mortos e feridos:

Segundo o Reverendo Walsh, um padre irlandês no momento em que os irlandeses apareceu uma insurreição dos negros imediatamente tomou lugar, e um ataque foi deferido contra esses homens desarmados, que quietamente passavam pelas ruas”. Nestes primeiros conflitos vários ficaram feridos e ao menos dois terminaram mortos, sendo que os enfermos ficaram sem auxílio do governo brasileiro para os devidos tratamentos¹⁶⁴. Algum tempo depois, em frente ao mesmo quartel, conforme descrição de um brasileiro dono de escravos publicada em um conhecido periódico, quando “pelas sete horas, e meia da noite, mandando eu a rua um dos meus escravos [...] um soldado, ou um daqueles sujeitos ali aquartelados de pé descalços, por força talvez da bebedeira, em que estaria, quase matasse naquela ocasião ao referido escravo com uma furiosa brecha que lhe abriu na cabeça³²

²⁹ VALE, Brian. Marinheiros Ingleses na Marinha do Brasil (1822-1850). In: Revista Marítima Brasileira. Vol.119. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1999.

³⁰ FBN. Ofício do comandante McGregor, Doc.04, N°2

³¹ Idem

³² POZO, Gilmar. op cit

Segundo o Aurora Fluminense,³³. O medo de invasões e assassinatos fez que os moradores do centro do Rio armassem seus escravos para combater os irlandeses e alemães rebelados que segundo o jornal estavam saqueando as lojas das ruas próximas ao quartel que haviam conquistado. O saldo do conflito foi desastroso, mas os número reais de mortos e feridos continuou sendo debate na imprensa e no governo brasileiro. Pozo escreve:

Embora o Conde do Rio Pardo tenha apresentado em seu relatório a morte de somente quatro brasileiros e de vinte três estrangeiros, Bosche, que esteve no dito quartel, apresentou números mais drásticos. Segundo seu relato, “morreram em combate setenta e três homens do nosso batalhão, entre os quais dezenove alemães, sem contar os feridos, dos quais muitos vieram a falecer posteriormente. Entre os brasileiros perderam noventa e sete infantes e vinte e três soldados de cavalaria, sem contar os feridos”, sendo o “número de civis e dos negros mortos foi ainda maior”. Mesmo que os dois tenham exagerado em suas versões, se compararmos com os números arrolados posteriormente pode se presumir que os estrangeiros morreram em maior número. Uma testemunha ocular afirmou o número de “duzentos e trezentos indivíduos” que acabaram feridos ou mortos, nos periódicos dos dias seguintes ao conflito, esse número somente se manteve alto entre os estrangeiros. Particularmente, O Censor Brasileiro observou que “dos irlandeses faltam 100, e 50 dos alemães [...] e a perda nacional não passando de dez ou doze, inclusive os escravos³⁴

Diferente versões foram apresentadas pela imprensa. No Rio Herald, um jornal publicado por comerciantes ingleses durante um breve período no fim da década de 1820 a guerra ocorrida no centro do Rio, fora provocada pela imprudência de armarem negros, que possuíam um espírito vingativo³⁵. Os irlandeses teriam apenas se defendido pois a rebelião era focada apenas no fim dos maus tratos.

O Aurora fluminense contra atacou ao afirmar que “muita gente está persuadida que os negros se acham na escala de civilização um pouco acima dos soldados irlandeses”³⁶ e que a demora do governo em agir, obrigou a população do Rio armar-se e armar seus escravos para enfrentar fúria dos irlandeses..

³³ Aurora Fluminense 14/06/1828

³⁴ POZO, Op cit

³⁵ “revengeful spirits of the Blacks and Mulattoes for such was their conduct on wednesday night from the liberty given them”. The Rio Herald 16/06/1828

³⁶ Aurora Fluminense 18/06/1828

O pintor Debret, que se encontrava na capital do Império na ocasião do conflito, escreveu em seu livro de viagens a extrema violência ocorrida na cidade. Segundo Debret “entre os infelizes que nesse dia sucumbiram ao ódio nacional e furor das facções, havia um natural de Brunswick, a quem cortaram nariz, orelhas e outras partes do corpo, que aqui não posso nomear, e enfiadas num cordão lhas penduraram ao pescoço”³⁷.

Tanto pintor, quanto os relatórios feitos por militares irlandeses e brasileiros descrevem os gritos entoados pelos brasileiros durante a querela. Segundo o relatório da Divisão da Guarda e Polícia no Rio de Janeiro eram comuns gritos xenofóbicos sobre matar os estrangeiros e expulsá-los do país e alguns comerciantes franceses alegaram que “sua segurança individual se acha gravemente comprometida”, pois “alguns gritos de ameaça se tem levantado” contra eles.³⁸ O Aurora também noticiou que comerciantes ingleses tiveram que fechar as portas por eram ameaçados simultaneamente pelos irlandeses e pelos brasileiros que identificavam ingleses e irlandeses como o mesmo povo.⁴²

É possível relativizar a falta de conhecimento geográfico dos moradores da cidade do Rio de Janeiro. Se tecnicamente os irlandeses não eram britânicos, pois eram naturais de outra ilha, o território fazia parte do Império inglês. Não é provável que a revolta tenha tido maiores consequências para os ingleses moradores da corte após o arrefecimento dos ânimos e nem para as relações entre os dois impérios, visto a continuidade das trocas comerciais. Mas é interessante notar que em um período em que o antilusitanismo estava no auge, um conflito sangrento mas pontual exacerbou sentimentos xenofobos mais gerais.

Mas foi o medo de uma recolonização no contexto da Independência que continuou por boa parte do Primeiro Reinado que casou o afastamento entre brasileiros e portugueses. Com tal ambiente propício, a Inglaterra tornou-se sem sombras de dúvidas a maior parceira política e comercial do império brasileiro sem qualquer interferência da enfraquecida ex metrópole .

Apesar do antilusitanismo, o governo brasileiro não tomou nenhuma grande decisão diferente das decisões da antiga metrópole em relação ao governo inglês. O movimento de independência, assim como a queda de d. Pedro I, ao invés de romper os antigos tratados e

³⁷ DEBRET, Jean Baptiste. Viagem pitoresca e histórica ao Brasil. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1978

³⁸Cópias das cartas diárias da Divisão Militar da Guarda da Polícia, Doc. 08, nº4. ⁴² Aurora Fluminense 15/06/1828

diminuir a influência inglesa, acabou sendo essencial para a manutenção da preeminência britânica no país.

O processo de reconhecimento do Brasil como um país independente contou com uma grande participação da Inglaterra. As potências da Santa Aliança, não pareciam dispostas a reconhecer a nova nação. Alexandre, Czar russo, chamava Dom Pedro de “rebelde e parricida”³⁹ e apoiava as cortes portuguesas que não aceitavam a criação do novo país. Em dificuldades, o Brasil viu-se obrigado a recorrer ao país que possuía a maior influência sobre Portugal. O governo inglês ficou em uma incomoda situação. A independência brasileira poderia causar um problema na hereditariedade do trono português, que poderia cair nas mãos de D. Miguel, com claras inclinações favoráveis a França.

Entretanto, algumas questões, como o medo de perder a lucratividade do tratado de 1810 e a nova aproximação da França com Portugal, fez a Inglaterra apoiar a independência, procurando claro, defender os interesses econômicos da coroa britânica.

George Canning e Sir Charles Stuart⁴⁰ foram diretamente responsáveis pelo acordo entre Brasil e Portugal, que dava ao primeiro o reconhecimento do segundo quanto à independência. Stuart, teve que contornar várias questões, como a afirmação de D. Pedro I como herdeiro do trono lusitano e a maneira que essa independência seria apresentada, como uma conquista brasileira ou uma generosa concessão portuguesa.⁴⁵

Uma comissão mista, com a colaboração inglesa determinou o valor de uma indenização de dois milhões de libras esterlinas pela perda de propriedade pública da coroa portuguesa no Brasil. Na prática, houve uma transferência da dívida lusitana com os bancos ingleses, que passou a ser paga pela coroa brasileira. Com o acordo, tanto Portugal quanto a Inglaterra reconheceram a independência, seguidos por diversos países⁴¹.

³⁹ MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.p 170

⁴⁰ George Canning (1770-1827) foi um ministro de exterior e depois primeiro ministro do império britânico.Ficou conhecido como um defensor das independências dos países americanos. Sir Charles Stuart(1779-1845) foi um membro do corpo diplomático britânico que intermediou as relações entre Brasil e Portugal após a independência do primeiro. Ganhou do império brasileiro o titulo de marques de Angra. In In Oxford Dictionary of National Biography, Oxford University Press, 2004 ⁴⁵Ibid.,p 174

⁴¹ A Áustria reconheceu o novo estado em dezembro de 1825. No ano seguinte o estado foi reconhecido por França,Vaticano,Suécia,Holanda e Prússia. Os norte-americanos foram os primeiros a fazer esse reconhecimento, e eram publicamente favoráveis à independência de todas as colônias da

A ajuda diplomática inglesa não foi gratuita. Ainda durante o processo de reconhecimento de independência, Canning deixa clara a vontade inglesa de fazer valer no novo país os tratados que anteriormente haviam sido feitos com a antiga metrópole portuguesa. A criação do império brasileiro não prejudicou o comércio e a política inglesa na região. Ao contrário, a independência aumentou a proeminência inglesa no Brasil, tanto econômica quanto cultural.⁴⁷

A situação do novo país independente não era simples. Era função de Imperador governar um país de dimensões continentais, e formado por realidades políticas, sociais e geográficas, bastante diversas. A independência também foi ponto de partida para uma busca dos políticos e intelectuais brasileiros de uma identidade nacional.

Segundo Eric Hobsbawm e Terence Ranger, provavelmente não há lugar ou tempo investigados pelos historiadores nos quais não ocorreram a invenção das tradições.⁴² Contudo, segundo os autores, existem momentos em que uma ruptura ajuda a exterminar certas tradições e fazem emergir outras. Os casos da independência e dos conflitos com a Inglaterra parecem ser bons exemplos de situações em que a busca de construção de uma identidade nacional tornou-se clara.

O princípio por essa construção segue contornos claros. Era baseado na Europa e no seu modelo de civilização que o Brasil deveria se espelhar, mas mesmo tempo que se procurava achar uma identidade única. A partir disso, nota-se que para que uma ideia de nação ser construída havia também a necessidade de distinção, do outro. Ou seja, elementos capazes de garantir uma identidade nacional eram necessários, como mostra José Carlos Reis:

As identidades são relacionais e mudam em cada relação. A identidade precisa de algo fora dela, da alteridade, outra identidade, que ela não é, e nessa relação com o outro, as identidades são construídas. Uma identidade exclui, cria o exterior. Ela é uma homogeneidade interna, um fechamento. É um ato de poder. As identidades são construídas no interior do jogo de poder e da exclusão. Não são naturais, mas

América, reconhecendo o Brasil independente antes mesmo de Portugal.⁴⁷ MANCHESTER, Alan K. Op cit

⁴² Entende-se “por “tradição inventada” um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que significa, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). A Invenção das Tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

A relação do Brasil com a Inglaterra seguia o caminho da alteridade, como a civilização inglesa ao mesmo tempo como modelo e adversário. E a imprensa, a partir do primeiro reinado, tornou-se uma importante plataforma de discussão e um termômetro desse paradoxo⁴⁴.

As relações políticas entre uma nação recém-criada, já endividada e a maior potência mundial foram, como não poderiam deixar de ser, extremamente desequilibradas. A Inglaterra tornou-se automaticamente a maior credora das dívidas brasileiras e o receio que os Estados Unidos pudessem estender sua influência na América do Sul tornou ainda mais importante a presença da política do país dentro da Corte de d. Pedro I.

Havia entre os membros do governo brasileiro aqueles que não possuíam nenhuma simpatia por essa desequilibrada parceria. Muitos, que poucos anos antes como súditos portugueses haviam vivenciado a regência inglesa em Lisboa e a imposição de acordos, não viam com bons olhos a volta dos tratados comerciais agora que o país havia se livrado de vez do pacto colonial. Mas essa discordância era muito mais teórica que realmente prática visto que o momento pós-independência parece ter sido o de maior proeminência inglês no Brasil.⁴⁵ As vozes dissonantes haveriam de esperar a vez para serem ouvidas.

1.3 Anglofobia e Anglofilia no Brasil

As discussões sobre o ensino da Língua Inglesa no Brasil tomaram forma durante as discussões sobre a criação de cursos superiores em território nacional, ainda em 1823. Em 19 de agosto, Martim Francisco, à época deputado pelo Rio de Janeiro, em nome da Comissão de

⁴³ REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2007

⁴⁴ Segundo Benedict Anderson, a imprensa desempenhou papel fundamental na construção do que ele chamou de “comunidades imaginadas”, pois segundo o autor, a imprensa permitiu “narrar” a nação, possibilitando assim que aqueles as sensações de identificação entre seus membros fosse fortalecida, construindo assim a nação. Cf. SMITH, Anthony D. *O nacionalismo e os historiadores*. In. BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

⁴⁵ MANCHESTER, Alan. *Op cit*

Instrução Pública, leu um projeto de lei criando duas faculdades, uma na cidade de São Paulo e outra na cidade de Olinda. O fechamento da Constituinte por d. Pedro I postergou a discussão que recomeçou em 1826. Com a proposta de uma universidade na Corte, os deputados passaram a discutir quais seriam os conhecimentos tidos como requisitos para a matrícula. Além de retórica, filosofia, geometria e latim, a discussão sobre línguas estrangeiras ganhou forma.

O Professor Guilherme Tilbury autor do livro “Arte inglesa” foi ao parlamento defender a importância do estudo da língua inglesa :

Quizera mais que se estudasse francez e inglez, que são depositos de saber, não ha duvida. A lingua ingleza não sei se deve preferir a qualquer outra das modernas, por ser a lingua daquella nação onde é plantada a liberdade e a melhor fórma de governo. Deus permitta que nós tenhamos aquella fórma de governo consolidada entre nós! (apoiado geralmente) por ser aquelle, que mais estabilidade pode dar á felicidade do genero humano, sem ameaçar a queda daquelles que occupão o throno. Deus permitta que imitemos esse povo de heróes! ⁴⁶

Sua anglofilia é notada durante toda sua obra, principalmente na sua comparação entre o inglês e o francês.

Os inglezes, meus senhores, distinguem-se pela sua moral, não só entendida, mas praticada. Distinguem-se tambem pela sua lingua. A lingua ingleza é grande, é muito grande; por consequencia, devemos aprendel-a. Parece-me mal que, sendo um povo, com que temos tantas relações, quem se destina a maior cultura, deixe de aprender essa lingua. Eu não determinaria que se exigisse logo o exame della, mas que não se conferissem os grãos sem que primeiro se mostrasse ter della conhecimento. Quem ama aquella lingua, ama as cousas que estão nella; porque são tão boas, tão singelamente expostas naquella lingua, com differença tal de expressão, que em nenhuma outra se encontrão. Na singeleza nenhuma lingua se compara com ella: não é só singular pela expressão, mas principalmente pela maneira simples com que emite as cousas, pela falta de ornato e (deixem-me assim explicar) de cuidado com que apresenta as idéas. Do pouco que tenho lido dessa lingua, tenho concluido que esse é o seu genio; entretanto vejo outras, como a franceza, que apresentam as cousas, ainda as mais triviaes e baixas com ornatos

⁴⁶ OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Mito de Inglaterra - Anglofilia e Anglofobia em Portugal (1386-1986). Lisboa: Gradiva, 2014. P 185

empolados e superficiaes, de maneira que dão motivo para suspeitar-se sempre da sinceridade do escriptor⁴⁷

Tal simpatia aos ingleses parecia estender-se ao Gabinete ministerial do mesmo ano, como sugere um ofício de 19 de junho remetido às Comissões de Diplomacia e de Fazenda pelo senador e Ministro dos Negócios Estrangeiros Antonio Luís Pereira da Cunha, o Marquês de Inhambupe (1760-1837), dando conta de suas atividades:

A Inglaterra, que tem tomado tanta parte nos negócios do continente americano, mostrou que a sua política era sempre favorável para promover a paz neste hemisfério, e as suas relações com o povo brasileiro e europeu foram sempre tão ligadas aos seus próprios interesses, que S. M. Imperial escolheu a Corte de Londres para ser o teatro das primeiras negociações. E, suposto que esta tentativa não seguisse o seu devido efeito, pela oposição que se encontrara no Ministerio português, todavia os esforços de amizade praticados pelo Gabinete britânico e a desteridade com que o Ministerio dirigiu a negociação obtiveram o desejado fim pelo tratado de 29 de agosto do ano passado, celebrado entre os plenipotenciários brasileiros e Sir. Charles Stuart, como plenipotenciario de S. M. Fidelíssima [D. João VI], de que resultou o pleno reconhecimento da nossa Independência⁴⁸

Apesar da campanha em favor da língua inglesa como requisito para a matrícula, ainda era o francês, a chamada língua universal, idioma em que se escrevia as melhores obras sobre política, economia e direito. Entretanto, a anglofilia dos intelectuais do parlamento, motivada por pressupostos político-econômicos, dado o contexto de negociações nas quais o Brasil estava envolvido com a Inglaterra, de certo contribuiu para que a Língua Inglesa alcançasse o status de disciplina escolar em 1831.

Ao eleger alguns modelos estrangeiros para a construção de identidade política nacional nacional, num momento em que o país tinha acabado de negociar a sua independência, parte da classe política preferiu se apropriar dos autores britânicos, bem como do liberalismo Inglês, para defender os interesses da coroa brasileira, cercada por repúblicas influenciadas pela independência dos Estados Unidos e pela revolução francesa.⁴⁹

⁴⁷ Idem

⁴⁸ INHAMBUPE, Marques de. Ofício às Comissões de Diplomacia e de Fazenda. 1823. Senado Federal

⁴⁹ MANCHESTER, Alan. Op cit

Os discursos políticos, assim como os textos em panfletos e jornais eram repletos de citações a grandes pensadores ingleses, especialmente Hobbes e Locke. Mesmo que em alguns momentos tais citações fossem feitas apenas por motivos quase estéticos, como José Murilo de Carvalho afirma em seu texto “retórica como chave de leitura”, ou seja, sem qualquer ligação lógica entre o discurso proferido e as ideias dos ilustres britânicos, a importância dos escritores consagrados torna-se claro. O uso de pensadores ingleses, legitima o ponto defendido pelo político ou pelo jornal, mesmo quando os escritos do intelectual fossem opostos ao ponto defendido⁵⁰

A anglofilia e a anglofobia eram percebidas concomitantemente tanto na sociedade quanto na imprensa da corte. Afirmer que os jornais do Rio de Janeiro foram se tornando anglofóbicos em meados do século XIX, mesmo quando Inglaterra e sua cultura eram citados como exemplos a serem seguidos, é bem menos paradoxal do que se aparenta. A construção de uma identidade brasileira foi discutida a partir de exemplos e estruturas que de alguma forma triunfaram nos ambientes políticos e econômicos. Desse modo, além da herança portuguesa, os modelos mais admirados vieram das maiores potências europeias, a saber, Inglaterra e França.

A relação luso-inglesa não influenciou apenas os tratados comerciais que o Brasil teria, mas de certo modo também enraizou alguns pensamentos negativos em relação a política externa inglesa. Para Luiz Eduardo Oliveira até mesmo o mito de criação do império português tem a Inglaterra como personagem, no caso antagonista, principal.

O panfleto distribuído nas ruas de Lisboa e do Porto é um exemplo de uma crítica, virulenta para se dizer o mínimo, sobre o poder político inglês em solo lusitano após as guerras napoleônicas. O papel manuscrito refere-se a lord Beresford, considerado o regente de facto em solo português. Já no título, o sarcasmo: “Obra nova intitulada entrada do careca pela barra”. E na sequência, insultos direcionados ao militar e aos brasileiros: “Tornastes a voltar filho da Puta / Do País das araras, e coqueiros/ Oh mal haja os Bananas Brasileiros / Que vivo te deixaram nessa luta”⁵¹

⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. Op cit

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de, NEVES Lucia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio de Neri Campos (Orgs.). Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Editora UFMG, 2012

Tal descontentamento se acentua com a execução de Gomes Freire de Andrade. Levou a protestos e intensificou a tendência antibritânica, o que conduziu o país à Revolução do Porto e à queda de Beresford (ainda 1820), que impedido de desembarcar em Lisboa ao retornar do Brasil, onde conseguira de D. João VI maiores poderes.

Ainda na década de 1820, duas questões pautaram as relações entre Brasil e a Inglaterra. A busca da Inglaterra em assegurar novos contratos de comércio e o sempre discutido fim do tráfico negreiro. O comércio com o Brasil, todavia, aumentava em um ritmo incrível. Em 1825, as exportações para o país ainda eram ligeiramente menores que para as Índias Ocidentais britânicas, porém eram metade de tudo que vinha para a América (com a exceção dos Estados Unidos). A questão maior ainda era a mesma, o tráfico negreiro. Nos primeiros meses do ano, o embaixador Charles Stuart vem até o Brasil para o já mencionado tratado de reconhecimento da independência e o tratado comercial que incluísse a supressão do comércio de africanos.

A independência é reconhecida rapidamente, com a assinatura da convenção que legitimava a existência do Império brasileiro diante da Inglaterra. A segunda missão, contudo, não saiu como o governo inglês havia estipulado. O embaixador inglês resolveu agir por conta própria, negociando dois tratados separados: um comercial e outro exclusivamente referente ao tráfico negreiro. Diante do ocorrido, o Foreign Office optou, no ano seguinte, pela não aprovação do último.⁵²

Para Manchester foi a discordância sobre o tráfico negreiro que direcionou o declínio da preeminência inglesa no Brasil. Tal afirmação torna-se menos forte ao se notar que durante todo o século XIX a Inglaterra continuou sendo o maior parceiro comercial brasileiro, mas é inegável que o problema acarretou uma grande tensão presentes na imprensa em diferentes momentos.

Os tratados sobre o tráfico eram vistos de maneiras distintas pelos dois países. Mr. Pennel, cônsul inglês da Bahia afirma que o público de modo geral parecia “encarar os tratados com a Inglaterra, relativos ao tráfico de escravos, mais como ditames de uma autoridade superior, da qual é licito fugir, do que tratados que são forçados a executar.”

⁵² BETHELL, Leslie. A abolição do comércio brasileiro de escravos, pp. 74-77; e WADDELL, D. A. G. política internacional e a independência da América Latina”, pp. 257-59.

A discussão sobre a assinatura do tratado, foi tema da imprensa recém-nascida no país. Entraram em cena dois novos periódicos que, mesmo tendo vida curta, posicionaram-se de lados opostos com relação ao tráfico de escravos. O primeiro deles foi a Atalaia da Liberdade, folha redigida por João Maria da Costa, que mostrou-se a favor da assinatura do tratado com o governo inglês Já o “O Verdadeiro Liberal”, redigido pelo francês Pierre Chapuis, defendia a continuação do tráfico. Tal jornal foi um dos maiores opositores de todos os tratados firmados com a Inglaterra⁵³⁵⁴.

Isso não necessariamente queria dizer que parte da imprensa fosse totalmente favorável em relação ao tráfico e a escravidão. Chapuis assim como parte dos que escreviam na imprensa eram a favor do fim do tráfico, mas defendia um processo paulatino “sem fazer gritar os habitantes, sem abalo, e insensivelmente”. Além disso defendia que a decisão fosse tomada pelo próprio governo brasileiro e não por pressão inglesa. Somente nesse caso, advertia, “todos abençoarão as sábias providências do Augusto Monarca que reina nestas belas regiões”, mesmo tendo plena consciência de que a política inglesa fosse “interesseira” e “inteiramente especulativa”.⁵⁵

Panfletos também foram publicados sobre a questão. Alguns possuíam defesa ao tráfico, mas de forma mais branda que os textos de Azeredo Coutinho por exemplo. Outros, seguindo o discurso do editor O verdadeiro liberal defendiam uma decisão unilateral brasileira

“mostrando ao Universo logo que chegue este suspirado tempo, que não foi por influência, e menos receio [da Inglaterra], que Ele tocará a Glória que O espera por esse resultado: mas que pelos mesmos sentimentos que O levarão a fazer livre a Nação Brasileira, O farão também chegar ao Grau de Esplendor quando se anunciar ao mesmo Universo. PEDRO O I IMPERADOR do Brasil Deu a este País uma sábia Constituição. O MESMO PEDRO I conseguiu, e pôs em prática a abolição do inveterado Comércio da Escravatura .”⁵⁶

O novo imperador brasileiro e seu governo conseguiram atrasar o novo tratado em dois anos, mas em 1827 foi concretizado. O documento era bastante parecido com o acordo entre

⁵³ SODRÉ, Nelson Werneck . História da imprensa no Brasil. 4a edição. Rio de Janeiro: Mauad,

⁵⁴ , p. 98;

⁵⁵ O Verdadeiro Liberal, 04/03/1826 e 18/03/1826

⁵⁶ Discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do comércio da escravatura: que este tráfico não tem a barbaridade, horror, e desumanidade que se lhe quer atribuir; e que só ao Iluminado Ministério Brasileiro pertence marcar, e acelerar a época de o proscrever em seus estados. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1826, pp. 15-31.

Portugal e Inglaterra feito 17 anos antes. Pregava-se paz e amizade entre os dois países, liberdade de consciência religiosa, inviolabilidade de domicílios, mutua liberdade de comércio e os mercadores teriam o privilégio de fazer pagamentos à alfândega da mesma maneira que os súditos brasileiros. A taxa de importação permaneceria muito baixa, apenas quinze por cento. A taxa de duração do tratado foi de quinze anos a contar da data de ratificação, porém continuaria em vigor mesmo após esse prazo, até que uma das partes do contrato notificasse seu termino. Em caso dessa notificação, o contrato ainda valeria por dois anos, antes de findo.

O tratado não foi bem recebido na Assembleia:

a Convenção feita com o Governo Britânico sobre a forçada abolição do Comércio de Escravos (forçada pelas ameaças de hostilidades no caso de oposição da nossa parte). Desaprovo o inconstitucional Decretamento do crime de Pirataria, e todas as suas bárbaras consequências: e declaro que o Governo, e a Nação Brasileira foram coatos, obrigados, oprimidos, sujeitados e compelidos pelo Governo Inglês a uma onerosa, e degradante Convenção sobre os nossos negócios internos, domésticos, puramente Nacionais, e da única competência do livre, e Soberano Poder Legislativo, e do Augusto Chefe da Nação Brasileira.⁵⁷

O acordo entre os dois países, dava como limite de prazo para o fim do tráfico negreiro, até o dia 13 de março de 1830. E mesmo com as tentativas da embaixada brasileiras em Londres, de prorrogar o prazo, Aberdeen estava resoluta em fazer valer o tratado. A data chegou e passou, sem nenhuma diminuição do volume do tráfico.

O deputado Cunha Mattos em um discurso na assembleia mostrou claramente a opinião dos parlamentares brasileiros sobre a Inglaterra e o tratado

“Quem quer exercitar obras de caridade neste mundo não tem precisão de sair fora de sua pátria, os ingleses querem fazer-se senhores da África, assim como já estão na Ásia, [...] falem-nos verdade e não nos venham iludir com filantropias imaginárias.”⁵⁸

A imprensa brasileira continuava debatendo profundamente o assunto. Curiosamente, os impressos pareciam acreditar no fim completo do tráfico negreiro, principalmente os jornais ligados aos liberais exaltados. A Aurora Fluminense permite verificar muito bem esse

⁵⁷ Cf PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826- 1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011

⁵⁸ Idem

movimento: em 1828, afirmava que “o tráfico da Escravatura, não tarda a findar entre nós”; em 1829, dizia que “próximo, bem próximo está por consequência o termo desse tráfico”; e, em 1830, não tinha dúvidas de que “a cessação do tráfico é por muito lados [...] um grande benefício para o Brasil.”⁵⁹

A imprensa foi palco de discussões de novos projetos relacionado à escravidão. O mais comum propunha a adoção de novas máquinas e ferramentas para compensar a falta de mão-de-obra. O Diário Fluminense, um dos maiores defensores da ideia, chegou a publicar um artigo sobre o sucesso de tais em Cuba e na Louisiana, onde havia uma equação entre alta taxa de produção e baixa quantidade de escravos empregados..⁶⁰

Outros jornais como o Aurora Fluminense, propunham a a manutenção da escravidão por crescimento vegetativo interno, por meio da melhoria do tratamento dos cativos.⁶¹ Tal proposta tem clara influência do pensamento abolicionista inglês e segue o exemplo da república norte-americana, onde o fim do comércio de africanos havia dado lugar à reprodução interna da população escrava.

A Fala do Trono de 1830, que abriu o ano de trabalhos do parlamento, também repercutiu em vários periódicos, sendo publicada no Diário Fluminense e republicada n’O Brasileiro Imparcial. Nela, o Imperador não deixava dúvidas: “o tráfico da escravatura cessou”.

Obviamente o tráfico não cessou no ano de 1830, mas após o assassinato do opositor Libero Badaró e a famosa Noite das garrafadas em 1831, governo de d. Pedro I degradingolou. Com sua abdicação os embates políticos se tornaram mais virulentos e houve um acirramento maior em questões nacionais, entre elas, a questão do tráfico negreiro. Com o controle de um Gabinete formados por liberais moderados, em 7 de novembro de 1831, foi promulgada a primeira lei nacional sobre o tráfico, mais conhecida como Lei Feijó, tendo em vista o esforço empenhado por esse político para a sua urgente aprovação. A lei, posteriormente conhecida para inglês ver, também parece ter sido levada a sério pelos jornais, principalmente os que apoiavam o Gabinete.

⁵⁹ PARRON, Tâmis. Op cit

⁶⁰ o Diário Fluminense, 05/05/1829 e 19/06/1830

⁶¹ Aurora Fluminense, 05/10/1829 e 11/08/1830; ver também o artigo que menciona o tratamento que os escravos recebiam na Roma antiga em 30/07/1830.

A lei possuía um conteúdo bastante progressista. Com base no Código Criminal a, o decreto previa a punição dos responsáveis pela importação de escravos, mas não apenas os comandantes das embarcações, mas também os financiadores das viagens e os compradores do produto do tráfico. Em 12 de abril de 1832, outro decreto determinou que as autoridades, no caso a polícia e os juízes de paz deveriam vistoriar as embarcações suspeitas, além de cobrar dos traficantes um depósito para reexportação dos escravos. E talvez a passagem mais inesperada, a possibilidade de um escravo pleitear sua própria liberdade no caso do mesmo ser vítima do tráfico após a proibição do comércio.

Uma pista fornecida pelo historiador inglês Leslie Bethell demonstra que os próprios traficantes de escravos também temiam o cumprimento da lei ou pelo menos a reação dos ingleses. Houve uma retração no tráfico em 1831, que resultou não tanto da repressão policial, mas do abastecimento exagerado do mercado quando estava próximo de vencer o prazo estabelecido pelo tratado com os ingleses para a extinção do comércio de escravos

Os diplomatas ingleses parecem concordar que havia uma verdadeira vontade da Regência Feijó de acabar com o tráfico mas não havia muita esperança de sucesso. Em carta do de Ouseley para Palmerston o diplomata inglês afirma que “os interesses dos habitantes desse país, geralmente derrotando as intenções do Governo, tornam vãs as tentativas de suprimir o tráfico de vez.”⁶²

Os anos posteriores foram de tentativas da Inglaterra de ampliar o seu poder de combate ao tráfico. As cláusulas do tratado permitiam os ingleses interceptarem navios provavelmente transportando escravos contrabandeados. Porém navios negreiros, equipados obviamente com objetos próprios de transporte de escravos, não podiam ser abordados se tivessem vazios. O embarque de escravos na costa africana era feito rapidamente e quando os navios zarpavam até o alto mar, era menos provável uma interceptação.

Em 1831, visconde de Palmerston procurou uma solução, quando tentou acrescentar o direito de interceptação em navios com equipamentos de transporte de escravos. O momento político brasileiro, porém, não era propício para nenhuma decisão duradoura. Em 1837 um projeto atendendo a vontade da Inglaterra, conhecido como projeto de Barbacena, foi aprovado no Senado, mas acabou derrotado na câmara dos deputados. Em 1842, outra tentativa sem sucesso. A proposta de abertura de discussão foi recusada pelo ministro do

⁶² MANCHESTER, Alan. Op cit p 153

exterior no Brasil. Justiniano José da Rocha deixa claro o sentimento do país em seu jornal “O Brasil” que “se há hoje no país ideia vulgarizada e eminentemente popular, é que a Inglaterra é nossa mais cavilosa e pertinaz inimiga.”

A imprensa fluminense, principalmente os jornais ligados mais diretamente com os Partidos políticos, jogavam com o tema escravidão em momentos politicamente oportunos. Em diversos momentos alguns jornais elogiavam a postura inglesa de Palmerston e sua dureza contra o tráfico negreiro. Todavia nenhum jornal do começo da década de 1830 apoiava as pressões comerciais inglesas e tal panorama também parecia ser verdadeiro também em relação a sociedade em geral. Talvez nenhuma demonstração seja tal clara quanto os versinhos de um autor anônimo que Freyre afirma ter sido proclamados na época: “não se pesca mai de rede, não se pode mai pescá, que já sube da nutiça, que os ingrês comprou o má”.⁶³

⁶³FREYRE, Gilberto. Op cit

2. Conflitos diplomáticos e consolidação da anglofobia

2.1 Bill Palmerston e sua influência

Não era apenas o Brasil que estava na mira inglesa. Em Portugal a pressão para o fim do tráfico era igual ou maior. Contrariado com as negativas lusa para um tratado que pusesse fim no tráfico negreiro, Palmerston em correspondência particular, afirmou que Portugal estava “moralmente em guerra” com a Grã-Bretanha e, caso não tomasse cuidado, o estaria “também fisicamente”.

Portugal, assim como o Brasil, resistiu por quase duas décadas em fazer um acordo com a Inglaterra que efetivamente terminasse com o tráfico negreiro em seu território e em suas possessões africanas. Todavia, após o fim da guerra civil portuguesa, a paciência do Foreign office pareceu chegar ao fim e a pressão para a promulgação de um tratado que interditasse o comércio de escravos e permitisse, ao mesmo tempo, uma ação mais extensa e eficaz dos cruzeiros da Royal Navy .

Em novembro de 1835, Portugal ficou muito próximo de assinar tal tratado, mas a queda o ministério de José Jorge Loureiro, considerado muito anglófilo, atrasou ainda mais qualquer decisão sobre o tráfico. As discussões entre os políticos lusos possuem certa semelhança com os debates que seriam travados quase quinze anos depois em terras brasileiras. Ao invés de curvar-se a Inglaterra e ferir a honra nacional, o governo português preferiu se adiantar e tomar a decisão de forma independente. Visconde de Sá da Bandeira, sucessor do governo Loureiro, cancelou as negociações com o governo londrino e tratou de aprovar o decreto de

10 de setembro de 1836, no qual proibia a exportação de escravos em todos os domínios portugueses⁶⁴

Tal decreto não teve grandes consequências efetivas e a pressão inglesa não arrefeceu. O ministério de Sá Bandeira em correspondência com o foreign office, afirmava ser impossível tomar medidas mais drásticas pelo perigo de possíveis rebeliões coloniais de comerciantes prejudicados pelo fim do tráfico. Em adição a isso, a Marinha lusa não possuía nem navios e nem marinheiros suficientes para a perseguição de navios negreiros. Para assinar o tratado, Sá da Bandeira exigiu dos britânicos a “formal e explícita garantia” de que os domínios na África continuariam pertencendo à Coroa, a despeito de “qualquer sublevação que aí pudesse ocorrer em virtude da abolição do tráfico”. Tal exigência foi considerada descabida por Palmerston e foi considerada mais um exemplo de um sentimento anti britânico do governo Sá Bandeira.

Em 10 de julho de 1839, a Câmara dos Lordes apresentou, em caráter de urgência, um projeto de lei para a supressão do tráfico de escravos português. O documento concedia aos vasos de guerra ingleses poderes para interceptar e apresiar navios com bandeira portuguesa (ou sem bandeira alguma) que transportassem escravos ou que estivessem equipados para fazer esse transporte. A proposta também previa que os navios capturados ficariam sob a jurisdição dos tribunais de Marinha britânicos. Polêmico, o projeto não foi aprovado imediatamente pela Câmara dos Comuns. Palmerston precisou, um mês depois, reconduzi-lo à nova votação, na qual foi finalmente aprovado, virando lei em 24 de agosto.

Da mesma maneira que ocorreria seis anos depois no Brasil, o decreto causou indignação em Portugal, tendo a imprensa como símbolo desse sentimento. Até mesmo os políticos portugueses recorreram às penas para estabelecer suas críticas. O panfleto do Visconde de Sá da Bandeira⁶⁵ é um documento relativamente extenso para o gênero e em suas quase setenta páginas discorre sobre as relações Portugal Inglaterra no período com especial ênfase na questão do tráfico de escravos. O autor elabora uma extensa e significativa argumentação com o objetivo de marcar alguns pontos; o não interesse do governo português na manutenção do tráfico de escravos, acompanhado pela deslealdade com a qual o governo

⁶⁴ MARQUES, Joao Pedro, Os sons do silêncio, pp. 195-203

⁶⁵ SÁ DA BANDEIRA, Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo, visconde de. O tráfico da escravatura e o Bill de lord Palmerston. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1840. 69 p. BNRJ – D.O.R. 99A, 24, 12.

britânico conduziu a questão e uma firme crença de que o tráfico de escravos só seria viável quando terminasse a escravidão em todos os territórios.

De forma geral, o tom do texto é cordial, algo bastante diferente do que se observa nos panfletos anônimos, mas incisivo e claramente anti-britânico:

“o nobre lord serviu-se de expressões altamente injuriosas contra Portugal e seu governo, e alguns de seus colegas o imitarão. Fácil seria retribuir com usura. Que guardem, porém inteira para si a glória que disso lhes possa caber”⁶⁶

A estratégia discursiva aqui adotada é clara, através da recusa da adoção de termos “injuriosos”, para utilizar uma expressão empregada pelo próprio autor, estabelece-se uma relação de oposição calcada na civilidade. Em um de seus trechos mais inspirados, o Visconde de Sá da Bandeira denuncia o que ele enxerga como hipocrisia inglesa, proíbe o tráfico, mas permite a comercialização do ópio:

“E o governo britânico está dando ao mundo hum grande exemplo desta verdade com o monopólio do opio, que da Índia se manda para a China onde essa droga, vai a cada anno envenenar milhões de pessoas”⁶⁷

Há no texto um cuidado de não ofender diretamente a Inglaterra enquanto nação. Essa precaução não se estende, no entanto, a indivíduos ingleses separadamente. Sobre o caso da apreensão do navio Camões no rio Benim em 1837, o visconde Sá da Bandeira é bastante enfático em sua descrição das atitudes do comandante inglês responsável pela intervenção na embarcação de origem portuguesa: “eis um caso de sórdida avareza e maldade” (p. 21). A partir desse caso específico, a crítica se amplia e passa a abarcar o mote principal do panfleto, o tratado Palmerston:

“como outros de semelhante natureza, se deve obviar na redação do tratado, a fim de que não se repitão – o que certamente não se conseguiria com a redação que lord Palmerston pretendia que o governo portuguez aceitasse sem a mínima alteração”⁶⁸

⁶⁶ Idem.p 4

⁶⁷ Idem.p 12

⁶⁸ Idem.p 21

Todo o processo envolvendo Grã-Bretanha e Portugal foi acompanhado atentamente pela imprensa do Rio de Janeiro, com o Jornal do Comércio publicando inclusive o bill em sua totalidade⁶⁹

A atenção e temor brasileiro pareciam bastante pertinentes. O decreto interferia diretamente no contrabando para o Brasil, que se utilizava bastante da bandeira portuguesa. Além disso era bastante claro que a situação de Brasil e Portugal era parecida, pois ambos haviam feito tratados para abolir o tráfico com a Inglaterra e não estavam cumprindo-os de acordo com o estipulado.

Quanto à atuação da Royal Navy contra navios brasileiros, esta seguia parâmetros semelhantes, ou seja, o aumento da repressão. Entre 1839 e 1842, 150 navios que realizavam o tráfico foram apreendidos na costa africana, muitos deles julgados e condenados no tribunal misto de Freetown, que na maior parte das vezes não contava com o comissário brasileiro presente.⁷⁰ Membros mais empolgados da imprensa saquarema clamavam por ações militares e criticavam de maneira astuta o governo liberal que não declararam guerra ao “Pirata Gabinete Inglês”⁷¹

A situação brasileira estava próxima do insustentável. Torres Homem, ainda no final do ano de 1841 previu “uma guerra com a Grã-Bretanha, ou a cessação do tráfico; tal é o dilema sobre que o Brasil tem de decidir-se não para um futuro remoto, mas talvez dentro de dois ou três anos, quando muito. Esperar uma terceira coisa, é cair na mais grosseira e fatal ilusão”.⁷²

O exemplo português e o fim da validade do tratado de 1827 incendiou os debates tanto na imprensa quanto no Parlamento. Os discursos possuíam claros traços antibritânicos, tão visíveis que os enviados ingleses designados para obter um novo tratado com o governo brasileiro consideravam que jornais da Corte eram “absurdamente violentos e impertinentes” por acharem que a Grã-Bretanha aspirava “escravizar o Brasil com tratados”.⁷²

⁶⁹Jornal do Comércio, 26/01, 31/01, 16/04, 28/04, 29/04, 30/04, 22/05, 29/06, 30/06, 01/07, 16/07 e 24/09/1839. O texto do bill Palmerston está no último número citado. O Sete d’Abril publicou artigo sobre o tema em 30/01/1839. O Despertador estampou artigos de periódicos estrangeiros em 09/04, 12/07, 30/07 e 27/09/1839.

⁷⁰ MANCHESTER, Alan. Op cit

⁷¹ O Despertador 12/11/1841

⁷²O Maiorista, 27/11/1841

⁷² BETHELL Leslie . A abolição do comércio brasileiro de escravos, pp. 266-67; J. M. Pereira da Silva. Memórias do meu tempo. (1ª edição: 1895). Brasília: Senado Federal, 2003, p. 135-36. ⁷⁹O Brasil, 13/10/1841.

Um exemplo desses jornais foi o periódico O Brasil. Tal folha foi ferrenha combatente contra a assinatura de qualquer novo acordo com a Inglaterra. Conclamava uma união entre brasileiro e afirmava que

“Embora conservasse feições diversas, a fisionomia da imprensa da capital foi sempre a mesma na questão do tratado com a Inglaterra: todos os periódicos, quaisquer que sejam as nuances que o separem, órgãos da opinião nacional, alto ecoaram o voto eminentemente brasileiro – Não queremos tratados O governo inglês quer intimidar-nos para ao depois obrigar-nos a fazer um tratado, senão mais desfavorável ao império, ao menos pautado pelas disposições do tratado de 17 de agosto de 1827. Invasão do nosso território, desrespeitando nossa nacionalidade, zombando de nossa fraqueza”⁷⁹

A unanimidade contra a Inglaterra, presente nos jornais pode ser analisada de duas formas, e que de certa maneira podem ser complementares. A primeira é a aversão que a sociedade da Corte possuía contra o domínio político e econômico da Inglaterra sobre o Brasil. Como afirmou o deputado Holanda Cavalcanti, de maneira perigosamente honesta, um dos motivos para a resistência ao tratado era não se curvar diante da Inglaterra.

De fato; eu, pela minha parte, digo que não persegui esse tráfico nas últimas administrações. Confesso-o, e não tenho vergonha disso. – E sabeis a razão? Eu disse [...] a quem me perguntava por isso, disse-o, Sr. Presidente, depois que apareceu um ato do parlamento inglês querendo que os brasileiros fossem seus súditos, e eu não me reconheço por súdito da Grã-Bretanha!⁷³

Até mesmo a pretensa filantropia britânica era atacada pelos jornais. O editor do jornal saquarema “O Instinto”, afirmava que os ingleses possuíam dois motivos para a querela com o Brasil. O primeiro deles seria o extermínio das embarcações dos demais países para “animar a sua própria Marinha com as valiosas presas, que resultam de seus cruzeiros”. O segundo deles seria a aniquilação de seus concorrentes, produtores de gêneros tropicais, no mercado mundial. Não haveria, portanto, qualquer gesto humanitário no interesse pelo fim do tráfico. Tal pensamento encontrava eco em outros jornais e panfletos que percorriam as ruas do Rio de Janeiro, inflamando ainda mais a população contra a Inglaterra.

O outro motivo para o posicionamento unânime, ou quase, dos impressos da Corte era o momento político brasileiro entre o fim da década de trinta e começo da década de 1940. O

⁷³Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987

regresso conservador estava em curso e o programa dos políticos conservadores como Bernardo Pereira de Vasconcelos e Carneiro Leão (marquês de Paraná, em 1854), Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí, em 1854) e Paulino José Soares de Souza (visconde do Uruguai, em 1854) consistia em reforçar a autoridade monárquica e restabelecer a centralização político-administrativa, através também do poder da imprensa, veículo de agitação durante o período regencial. Mesmo os sobreviventes políticos liberais como Torres Homem, que escrevia *O Maiorista* (1841-42) não apoiaram um tratado com a Inglaterra, apesar de criticarem a proteção regressista ao tráfico negro.

A continuação do tráfico tornou-se quase uma bandeira dos saquaremas e a continuação da prática durante a década de 1840 pode ser considerada uma mostra de poder do grupo. A coroação de d. Pedro II, tentativa liberal de barrar o crescimento regressista, apenas deu força para aqueles que eram contra o cessar do tráfico.

Durante Ministério da Maioridade, de orientação liberal, conhecido como o Ministério dos Irmãos, pois era formado, entre outros, pelos irmãos Antônio Carlos e Martim Francisco de Andrada e os irmãos Cavalcanti, futuros Viscondes de Albuquerque e de Suassuna o tráfico de escravo diminuiu.⁷⁴ Isso foi suficiente para os regressistas, já a maioria do parlamento após as eleições do cacete de 1840, criticarem duramente o ministério como fantoches dos ingleses. Dissolvida a Casa temporária em 1842, o deputado Saquarema J. M. Pereira da Silva aproveitou o tempo vago para traduzir do francês a “*Historia criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças dos irlandezes até o envenenamento dos Chinas*”, a que acrescentou 200 páginas de autoria própria sobre a história de muitos fatos modernos tanto no Brasil como em Portugal.⁷⁵

Tal livro, quase uma bíblia da anglofobia, critica veementemente a maneira como a Inglaterra trata suas relações diplomáticas, políticas e militares. Mais do que isso, afirmava ser a Inglaterra um mal para a humanidade, dando como exemplo o assassinato dos irlandeses e a guerra do ópio que varreu o território chinês.

⁷⁴ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Capítulos de Historia do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Pag 84

⁷⁵ Elias Regnault. *Historia criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças na Irlanda até o envenenamento dos Chinas*, traduzida do francês, aumentada e anotada com a história de muitos fatos modernos tanto no Brasil como em Portugal. Trad. de Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 2 vols., 1842.

A relação entre os dois países era marcada pelo desentendimento. A aversão contra Inglaterra e sua política intervencionista já era bastante perceptível, principalmente nos jornais conservadores. Para a maior contrariedade dos ingleses, os ministérios saquaremas haviam caminhado para trás nos diálogos para o fim do comércio escravo. A maior potência do mundo não aceitaria isso com facilidade e promulgaria uma lei que ditaria a maneira como a relação entre os países seria vista no Brasil.

2.2 Ecos do Bill Aberdeen

Esta lei, decretada em 8 de agosto de 1845, autorizava as comissões mistas anglobrasileiras a capturar e julgar navios com bandeira brasileira que faziam tráfico de escravos. O ato traz em seu preâmbulo as medidas impostas na aprovação da convenção sobre o tráfico negreiro de 23 de novembro de 1826, entre o então imperador d. Pedro I e o falecido rei Jorge IV, sendo que tal convenção já agia em defesa da abolição do tráfico. Ademais, apresenta também certos liames legais com tratados concluídos entre d. João VI e o mesmo rei Jorge IV, nas datas de 1815 e 1817, demonstrando que a falta de ação brasileira na questão não era recente, mas contava com, ao menos, quarenta anos. Tal lei foi a resposta dada pela Inglaterra ao fim do tratado sobre tráfico e a negativa brasileira na assinatura de um novo.

Segundo o entendimento do Visconde do Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, Ministro dos Negócios Estrangeiro, em março 1845 o compromisso assumido, por tratado, do Brasil com a Inglaterra se extinguia e deveria ser renovado. Segundo Abaeté apesar das gestões do Império brasileiro para a extensão do tratado, as circunstâncias históricas da negociação não avançaram e, portanto, ficavam abolidas as tratativas do acordo de 1826, ratificado em 1830.

Antes mesmo do ato ser promulgado a legação brasileira em Londres comunicou o protesto do governo brasileiro ainda 25 de julho de 1845, sobre o descumprimento, por parte das comissões mistas, das estipulações presentes em comum acordo entre as coroas brasileira e

inglesa sobre o combate ao comércio de escravos, além de enfatizar a unilateralidade das decisões inglesas, desrespeitando a soberania nacional.⁷⁶

A notícia da promulgação da lei chegou se propagou no Brasil somente em setembro. Os jornais acompanharam com atenção todo o desenrolar do “Bill”. O Diário do Rio de Janeiro de 2 de setembro demonstra preocupação com a provável assinatura da lei, afirmando que apenas os Estados Unidos não se curvam aos covardes ataques ingleses. O Jornal do Commercio do dia 15 transcreveu a troca de correspondência entre os governos dos dois países e até mesmo entre lord Aberdeen e a legação inglesa no Brasil, afirmando o desrespeito e desonestidade da Inglaterra. O mesmo periódico, em geral pouco enfático em assuntos políticos, intensificou as críticas ao Bill ao afirmar “se tratar de uma legislação que fere os princípios de autonomia das nações e que dá o direito ao governo brasileiro de agir de forma recíproca”⁷⁷

O Bill Aberdeen conseguiu inflamar ainda mais o sentimento anglofóbico. Mesmo a oposição liberal criticou ferozmente o ataque a soberania nacional. Limpo de Abreu, político liberal afirmou que “impossível é deixar de reconhecer esse abuso injustificável da força que ameaça os direitos e regalias de todas as nações livres e independentes”. O texto do Visconde de Abaeté foi publicado em todos os jornais da Corte que quase unanimemente procuravam ressaltar a ilegitimidade da ação inglesa através de argumentos jurídicos. Abaeté afirmava que

“...e sendo um dos artigos explicativos também adoptados e renovados pela dita Convenção de 1826 o artigo separado de 11 de setembro do mesmo anno, conforme o qual aquellas medidas devião cessar depois de 15 annos contados desde o dia que o tráfico de escravos fosse totalmente abolido...”⁷⁸

Com a publicação os impressos queriam provar que se extinguia com o fim do tratado com a Inglaterra o compromisso do Estado brasileiro de permitir a “visita” em navios suspeitos de tráfico e o direito dos navios ingleses de aprisionarem traficantes em águas brasileiras, não existindo base legal para a promulgação da lei.

⁷⁶Diário do Rio de Janeiro 08/09/1845

⁷⁷Jornal do Commercio 15/09/1845

⁷⁸ ABAETÉ, Visconde (Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil) Protesto contra o acto do Parlamento Britanico, Imprensa del comercio del Plata,

Uma das bases do governo saquarema, soberano no poder no momento da promulgação do ato, eram os grandes proprietários de terras que usavam primordialmente o trabalho escravo. Com o fim dos prazos dos tratados entre Brasil e Inglaterra, os saquaremas, bastante estáveis no poder, resolveram resistir de forma clara aos desejos britânicos de fim do tráfico. As esperanças da defesa dos interesses brasileiros por um outro país europeu foram logo perdidas quando tanto a França quanto Portugal apoiaram, inclusive militarmente, os interesses da Inglaterra

Curiosamente, o ato foi estrondosa derrota de política externa, mas uma vitória dos saquaremas na política interna. Se desde 1842 os liberais estavam bem enfraquecidos, a ação unilateral inglesa quase silenciou qualquer voz favorável a assinatura de novos tratados com

1845

a Inglaterra.⁷⁹ Subitamente, também pela pressão do governo e da imprensa, ser a favor ou contra ao tráfico não era mais um ponto na pauta. A discussão importante era a afronta que a Inglaterra cometia ao ignorar os “direitos de um povo”.

José Murilo de Carvalho, em d. Pedro II, narra o referido contexto, em paralelo à vontade do Imperador de abolir a escravidão e a percepção de que a abolição seria um ato de despotismo: “A situação era esdrúxula (...) A se dar crédito às posições dos críticos, inclusive republicanos, o abolicionismo era o despotismo, o escravismo era a democracia”⁸⁰

A falta de algum grande apoio ao decreto britânico é mais uma demonstração de duas grandes forças presentes na sociedade brasileira, o Partido Conservador e a anglofobia. Em diversas vezes os liberais, tanto na tribuna do parlamento quanto na imprensa, clamaram pelo fim do tráfico negreiro as vezes de forma paulatina e as vezes até mesmo de forma imediata. Mas a imposição inglesa indignou tanto a sociedade da Corte que qualquer apoio mais concreto, pelo menos nos dias posteriores da promulgação, foi silenciado.

⁷⁹ Segundo o Diário do Rio de Janeiro, o único deputado a aplaudir o abolicionismo inglês foi Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II; São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

A força dos saquaremas pode ser vista principalmente depois da promulgação do ato. Ao invés de busca de um tratado com a Inglaterra, os políticos conservadores mantiveram a posição totalmente contrário ao desejo inglês. Uma lei interna sobre tal tema só foi promulgada cinco anos depois, a conhecida lei Eusebio de Queiros. Tal episódio é tão simbólico que Alan Manchester o considera o começo do fim da proeminência inglesa no Brasil. Mesmo que exista um certo exagero nas palavras do autor, visto que a Inglaterra continuou sendo o país que mais vendeu mercadorias para o Brasil até o começo do século XX, as manifestações contra a Inglaterra e a recusa de terminar com o tráfico mostraram que as relações já não eram amistosas.

Um curioso panfleto, que depois virou livro foi lançado. O “Inglaterra e Brasil – Tráfego de escravos” foi assinado por “um deputado” que segundo o Dicionario Bibliographico Portuguez, de Innocencio é o deputado Pereira da Silva. O livro é uma coletânea de artigos publicados no jornal O Brasil com o título “O bill de lord Aberdeen”. Os textos, pendendo claramente para a defesa do tráfico, são marcados por argumentos de feição jurídica, e claramente buscam defender a posição brasileira no cenário das leis internacionais.

Aberdeen segundo as correspondências trocadas com embaixada inglesa no Brasil, tinha intenção de substituir o ato por um tratado o mais rápido possível, mas em 1846 o governo Peel cai e sobe lord John Russel como primeiro ministro e novamente Palmerston como ministro do exterior. Este último parecia menos disposto a fazer novos tratados e acreditava que o ato Aberdeen fornecia subsídios jurídicos para uma ação sem precedentes da Marinha britânica. De fato, o ato não seria revogado até o ano de 1869, bem depois, portanto, do final efetivo do tráfico africano de escravos para o Brasil.

O Bill também sofreu críticas dentro da própria Inglaterra. A utilização de força militar para exercer pressão em favor do fim do tráfico negreiro no Brasil contou com a objeção dos quakers e da Anti-Slavery Society, que observavam tal prática como oposta ao pacifismo que caminharia junto com o desejo de abolição da escravatura.

No parlamento brasileiro os deputados que ainda permaneciam abertamente a favor do fim do tráfico eram chamados de entreguista. José Murilo de Carvalho, em d. Pedro II, narra contexto, demonstrando o dilema interno do Imperador entre abolir a escravidão e a percepção de que a abolição seria um ato de despotismo: “A situação era esdrúxula (...) A se

dar crédito às posições dos críticos, inclusive republicanos, o abolicionismo era o despotismo, o escravismo era a democracia!⁸¹

Os anos posteriores foram marcados por posições duras de ambos os lados. A Inglaterra realmente cumpriu o Bill à risca. E os jornais do Rio de Janeiro, a cada novo caso de navio capturado repetiam as críticas contundentes. A maior diferença, no entanto, era o caminho de tais críticas percorriam. Os jornais liberais pediam uma nova lei nacional para terminar com a injustiça inglesa enquanto os conservadores conclamavam uma resistência, sem curvar se contra piratas.

2.3 O caso Cormorant

Tal dualidade torna-se mais clara quando no ano de 1848, dois importantes jornais são criados. O liberal Correio Mercantil surgiu em 1º de janeiro e foi resultado da metamorfose de vários jornais anteriores. O primeiro foi o Pharol Constitucional, lançado em 1842, que mudou o nome para Pharol no ano seguinte, transformou-se em O Mercantil em 1844 e, finalmente, no Correio Mercantil, quando era controlado por Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, o ‘Velho Barreto’. A ligação da folha com o Partido Liberal era notória e durante os quase vinte anos de existência o jornal sempre deixou claro sua posição política. O Jornal do Commercio afirmou que o Correio Mercantil nunca havia sido “uma empresa comercial onde auferisse lucros pecuniários, mais ou menos avultados; ao contrário, dele sempre se utilizou como um meio de apresentação de propaganda de suas ideias liberais”⁸²

No mesmo ano nasce a folha conservadora OCorreio da Tarde. O jornal durou apenas 5 anos, mas foi responsável por uma série de desavenças e discussões imprensas com o Mercantil. Entre seus escritores está um dos mais proeminentes membros do Partido Conservador Bernardo Pereira de Vasconcelos. Vasconcelos foi apontado pelo próprio Correio Mercantil como o alter ego de Brasilicus, um pseudônimo usado no jornal que acusava os liberais de anárquicos e discutia a importância de centralização política para o império.

⁸¹ CARVALHO, Jose Murilo de. Op cit

⁸²Jornal do Commercio 05/05/1868

É através desses dois periódicos e a maneira que ambos trataram o entrevero entre a fortaleza de Paranaguá e o navio de guerra inglês HMS Cormorant, que pode-se notar a complexa relação entre a política interna brasileira e as tensas negociações diplomáticas com a Inglaterra.

Pouco menos de dois meses antes da vigência da lei Eusebio de Queiroz, em 23 de junho de 1850, o brigue-escuna brasileiro Polka, fundeado no porto de Macaé, próximo à fortaleza local, foi interceptado por dois escaleres do vapor de guerra inglês Sharpshooter. Oficiais ingleses pediram os passaportes do navio, não obtendo resultados. Voltaram uma hora depois, com a presença do comandante da embarcação britânica, exigindo pela segunda vez tais documentos, dessa vez apresentados pelo comandante da embarcação brasileira. De noite, os ingleses retornaram e atracaram ao Polka, trancaram os tripulantes e largaram as amarras em direção a Cabo Frio, onde alastraram o navio, de propriedade de Antônio Leopoldino Ribeiro, suposto traficante de Barra de São João.²³ No dia 18 de junho, esse mesmo vaso de guerra inglês interceptou a sumaca Malteza, com destino a Cabo Frio, afundada na madrugada do dia seguinte próximo a Maricá, "sob as barbas" da Fortaleza Santa Cruz, em Niterói. Cinco dias depois, os ingleses desembarcaram a tripulação da embarcação na praia de Santa Luzia, no Rio de Janeiro. Quem, no dia seguinte, transmitiu pessoalmente essa informação ao jornal Correio Mercantil, do Rio de Janeiro, foi Felix Antunes Moreira, genro de José Gonçalves, provavelmente, uma das "várias pessoas da praça" que estavam na embarcação, podendo ser até mesmo um dos tripulantes da Malteza. Vale registrar que essa informação ao jornal da Corte partiu de um crítico das ações dos ingleses, que apelava ao chavão nacionalista para desqualificar a perseguição britânica

O Correio da Tarde noticiou ainda na primeira semana de julho de 1850 os boatos que vinham de Paranaguá, na época ainda parte de São Paulo, sobre um navio inglês que afundara um navio brasileiro suspeito de praticar transporte de escravos e ainda atirar contra a fortaleza da região. Mesmo enfatizando que a notícia provinha de um boato, a folha já deixa clara seu descontentamento com a "política pirata" inglesa.

O Correio Mercantil do mesmo dia citou o mesmo boato mas com opinião um tanto diversa. Ao mesmo tempo que condenou o possível ataque inglês, que atentaria contra a honra nacional, condenou também o péssimo papel do governo brasileiro em não fazer valer a lei de 1831.

O Mercantil de 8 de julho conta que em 29 de junho de 1850 o Cormorant veio de Cabo Frio para Paranaguá em busca do brigue Sereia, suspeito de ter desembarcado cerca de 800 africanos em Macaé. Na localidade do porto do Alemão, na Ilha de Cottinga. O navio inglês encontrou navios já conhecidos como envolvidos no tráfico de escravos, entre eles os Campeadora, Dona Anna (que também escondia-se sob a denominação Leônidas ou Leonídia) e próprio Sereia. Após captura-los o navio seguia para alto mar no dia primeiro de julho quando foi surpreendido por três tiros vindo do forte e por isso respondeu belicamente. Com o prosseguimento do conflito, o Cormorant pôs a pique dois brigues que já estavam encalhados e prejudicavam as manobras.

A versão do Tarde é bem mais enfática e virulenta. Com o título pirataria inglesa o jornal retrata que o navio inglês afundou um navio ao seu bel prazer (o Astro) e capturou os outros navios a revelia de qualquer prova. Após críticas ao modo que o Cormorant conduziu a situação, o Tarde faz uma extensa lista de destruição e morte causada pela Marinha inglesa e critica o Mercantil por defender tal aliado em prejuízo da honra nacional, tendo como base apenas um acontecimento “do calamitoso ano de 1831”.

O acontecimento que o jornal se refere parece ser a lei contra o tráfico de 1831. O impresso usa de um expediente bastante forte dentro do Partido Conservador que é considerar a regência como um período anárquico e, portanto, não legítimo para produção de leis. O Mercantil por sua vez, faz exatamente o oposto. Durante toda a sua cobertura sobre o confronto o jornal faz questão de lembrar que se a virtuosa lei de 1831 fosse cumprida, o Brasil não precisaria passar por essa humilhação e injustiça.

Curiosamente, apesar das claras diferenças, os dois jornais usam do mesmo expediente para tratar sobre a questão ao proporem que o assunto tráfico negreiro e honra nacional sejam vistos separadamente. A diferença primordial, no entanto, é que enquanto o Mercantil fornece um enfoque maior no tráfico, o Tarde trata apenas da defesa da honra nacional

O Mercantil apesar de afirmar que a troca de tiros foi um triunfo, ressalva que tal triunfo ocorreu apenas pelas inúmeras derrotas que o país havia sofrido ao não tratar dignamente sobre o comércio de escravos. “Sustentai a dignidade do país mas acabe com o tráfico!”⁸³.

⁸³Correio Mercantil09/07/1850

No mesmo número o jornal pede tranquilidade aos governantes para tratar de uma questão que pode provocar um confronto contra um país estrangeiro poderoso.

O Tarde pela sua vez , critica ferozmente os políticos e imprensa liberais pelo que ele considera uma tentativa de defesa aos ingleses. O jornal dá sua versão do conflito.⁸⁴ Após o ato de pirataria do vaso de guerra inglês “valorosos jovens” seguiram para a fortaleza da Ilha do Mel, enfrentando uma tempestade apenas para” defender a bandeira nacional”. Quando o navio inglês se propôs a levar suas presas para o alto mar, o comandante da fortaleza embarcou em um escaler para subir a bordo do Cormorant para que tal ação fosse impedida. Um ataque ao escaler pegou a "guarnição" do forte de surpresa. Interpretando a ação como um ato hostil e beligerante, a fortaleza passou a disparar contra a embarcação inglesa.

Começou assim um combate entre ambos que durou cerca de meia hora. O navio inglês levou a pior. Combatendo em águas interiores e com suas manobras limitadas pelo reboque, o Cormorant teve a sua roda de bombordo danificada e a popa atingida. Um marinheiro inglês morreu e outro ficou ferido. Apenas por vingança, o capitão britânico afundou os navios apreendidos sem direito a um julgamento, como o próprio Bill Aberdeen ordenava. Do lado brasileiro, apenas feridos leves. Segundo O Tarde uma vitória completa.

Tal versão tem sérias divergências do que o capitão enviou para o Foreign officer. Em carta o militar faz uma contextualização dos eventos.⁸⁵ A flotilha inglesa chegou ao Brasil, vinda da África, em setembro de 1849, sob o comando do contra-almirante Barrington Reynolds. A nau capitânia era a veterana fragata, com 34 anos de serviço, HMS Southampton, sob o comando do capitão Nicholas Cory e guarnecida com quase 60 peças de artilharia.

Havia ainda a corveta a vapor com hélices HMS Sharpshooter sob o comando do tenente John Barley, a corveta a vapor HMS Rifleman sob o comando do tenente Stephen Smith Lowther Crofton, a corveta a vapor HMS Tweed sob o comando de lord Francis Russell, a corveta a vapor HMS Harpy sob o comando do tenente Dalton, a corveta a vapor com rodas laterais HMS Cormorant sob o comando do capitão Herbert Schomberg e barcos de apoio que traziam carvão da Inglaterra.

⁸⁴Correio da Tarde 09/07/1850

⁸⁵ Ver CLOWES, Sir William Laird. “The Royal Navy A History. From the earliest times to the present”, Volume VI, Londres, 1901

O Cormorant era uma corveta da Classe Drive, tinha casco de madeira, havia sido lançado em 1842, possuía propulsão a vapor e a vela, com uma grande roda de pá na lateral. Tinha um deslocamento de 1.590 toneladas, 55 metros de comprimento, uma tripulação com 45 homens e um armamento de quatro canhões laterais de calibre 64 e duas torres sobre eixos com canhões de calibre 80.⁸⁶

Utilizando-se de dois escaleres e sob o comando dos tenentes Charles Maxwell Luckraft e Herbert Philip de Kantzow, os brigues Dona Ana Serea foram examinados já na costa de Paranaguá.,o comandante do terceiro brigue, o Astro, resolveu afundá-lo para evitar que a “carga” fosse pilhada e o navio apreendido. Os tripulantes dos navios teriam ido até a Fortaleza e aberto fogo contra o navio inglês que apenas defendeu-se. Os dois brigues capturados foram seriamente atingidos pelo próprio fogo brasileiro e Schomberg afundou-os na entrada da baía. Mas a galera Campeadora prosseguiu em viagem até Serra Leoa.

David Carneiro em "A História do Incidente Cormorant" apresenta muitos documentos escritos na localidade de Paranaguá, principalmente por indivíduos ligados ao Partido Conservador. As páginas são dedicadas às características psicológicas que contrapunham, naquele momento, o Brasil e a Inglaterra.

Um curioso comparativo biográfico do capitão do Cormorant, Schomberg, com do major responsável pela Fortaleza da Barra da Ilha do Mel, Ferreira Barboza é realizado. Ao orgulho do primeiro corresponderia a humildade do segundo. As fontes que parecem convencer plenamente Carneiro sobre a valentia heroica dos defensores do Forte, são um exemplo de uma estratégia de convencimento muito presente nos jornais a partir do Bill Aberdeen até a questão Christie: o paralelo entre a prepotência inglesa e a humildade e valentia brasileira. O Caso Cormorant não causou maiores problemas entre as duas nações, visto que o Bill Aberdeen continuava sendo o maior ponto de conflito na relação, mas tornou-se uma boa estratégia de retórica para a propagação de um patriotismo fundado no conflito contra o poderoso império britânico.

A relação entre a pressão inglesa e o fim do tráfico negreiro é óbvia, mas seria simplório identificar a proibição do comercio de escravos apenas como um fruto do desejo da Inglaterra. A considerável distância de 5 anos entre o Ato Aberdeen e a lei Eusebio de Queirós mostra uma autonomia do governo brasileiro pouco presente na historiografia sobre

⁸⁶ CLOWES, Sir William Laird. Op cit.

o estudo. O império brasileiro não possuía condições políticas, econômicas e bélicas para um confronto contra a nação mais poderosa do mundo, mas tal afronta não seria esquecida. A relação amistosa entre os dois países havia se deteriorado.

2.4 Lei Eusébio de Queirós

O projeto de Eusébio de Queirós, visando ao fim do tráfico de escravos, é aprovado na Câmara dos Deputados em 17 de julho de 1850, no Senado em 13 de agosto do mesmo ano e se torna lei em 4 de setembro ainda em 1850. A pressão inglesa com certeza é um dos elementos provocadores da lei, mas não pode ser considerado o único. Para corroborar tal percepção pode se afirmar o relativo fracasso inglês na redução do fluxo de escravos, dado que, segundo estimativas, o comércio intensificou-se: 19.453 em 1845; 50.324 em 1846; 56.172 em 1847; 60.000 em 1848, e; 54.000 em 1849.⁸⁷

Entre outros motivos, o momento tornou-se propício, pois, as duas bancadas conservadora e liberal chegaram a um consenso sobre a importância do fim do tráfico. Retomam, então, o projeto de Caldeira Brant, de 1837, aparentemente com o fim de extinguir o fluxo de escravos e seguir em concordância com a lei de 1831, chegando até a acrescentar um outro ingrediente para a repulsa com relação aos escravos: a inferioridade étnica, como nas palavras de Dias de Carvalho, ministro do Império:

O Brasil não ganha com a introdução dessa espécie de população [...], entendo que o maior cuidado e empenho do governo deve ser introduzir colonos brancos, para assim arredar essa população heterogênea que [...] não deixa de inspirar alguns receios. Fatos têm havido no país que demonstram não serem esses receios infundados⁸⁸

Paulino José Soares de Souza, ministro do estrangeiro e conhecido pelo título de visconde do Uruguai, exerceu grande influência na preparação da lei de 1850. Em discurso publicado em quase todos os jornais, Uruguai afirma que extinção do tráfico trazia benefícios sociais, humanitários e principalmente políticos.

⁸⁷ O argumento de aumento do tráfico aqui apresentado se alinha com a obra de Cervo e Bueno e Ecosteguy Filho. Importante frisar que outros trabalhos apontam para fatores de redução no tráfico escondidas pelo governo brasileiro.

⁸⁸ Cf ECOSTEGUY FILHO, João Carlos; Concepções escravistas de Império: Saquaremas, tráfico de africanos e escravidão na formação do Estado imperial brasileiro (1837- 1850). Fundação Biblioteca Nacional. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa – Ministério da Cultura, 2008

Segundo essa nova lei, os navios brasileiros que transportassem escravos, ação já proibida pela lei Feijó de 1831 e pela convenção de 1826, que estivessem desembarcando-os, ou ainda que estivessem aparelhados para o tráfico negreiro, eram passíveis de captura pelas autoridades brasileiras; a importação para o Brasil era declarada pirataria, algo contestado abertamente contra o Bill Aberdeen, e os principais envolvidos estariam sujeitos a punições.

A lei não era tão progressista como a de Feijó, mas seria a responsável direta pela quase extinção do tráfico. Os grandes latifundiários continuaram a ser julgados pelo júri popular, o que reduzia suas chances de condenação. Todavia, em face da intensificação da fiscalização e da nova competência judiciária, a condenação dos comerciantes de escravos foi efetiva. “O fato de não ter sido retomado o tráfico certamente se deveu à ação do governo, pois não faltaram tentativas.”⁸⁹ As disputas com a Inglaterra arrefeceram durante a década de 1850, mas certas rugas ainda permaneciam e a aliança não era mais como na época da independência.

A distância tornou-se ainda mais clara em 1858, quando um tratado entre dois países criou uma comissão mista que julgaria todas as queixas de uma nação contra a outra. Quando as queixas foram apresentadas, tornou-se claro que as reclamações brasileiras eram contra as decisões das antigas comissões mistas de 1827 a 1845, ou contra os apresamentos feitos depois de 1845 sob a égide do Aberdeen Bill. A Inglaterra não acatou as queixas, pois considerava as questões superadas, e foi Christie, já representante inglês no Brasil quem, em 1860, orientou o comissário inglês a não tratar destes assuntos. O governo brasileiro acenou discordância com a posição inglesa. O Visconde de Maranguape defendeu que:

“é preciso que os brasileiros saibam até que ponto o seu Governo tem defendido os seus interesses, os seus direitos e a dignidade nacional, para que se sujeitem, aplaudindo-o, aos sacrifícios pecuniários que o Governo Britânico pretende impor lhes.”⁹⁰

Pimenta Bueno no mesmo conselho é ainda mais enfático nas críticas aos ingleses:

“no pressuposto, que a Seção teve em vistas, de que o Governo Inglês não admita reclamação alguma, que tenha por origem o tráfico, não modifica a opinião consignada no parecer, supõe mesmo que ela deve ser adotada. Em

⁸⁹ CARVALHO, Jose Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. 2ª Ed. Rio de Janeiro : UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

⁹⁰ Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987

matéria tão importante convém uma análise rigorosa. Na verdade se o Governo Inglês não admitir nenhuma dessas reclamações, únicas que o Brasil tem, para que fim ir-se-á criar nova Comissão mista? Será evidentemente para julgar somente as reclamações inglesas e nenhuma brasileira. No seu pensar isso teria alguma coisa de humilhante, e não traria vantagem alguma, nem na solução das questões, nem na poupança de sacrifícios.”⁹¹

A diferença do papel que a comissão mista tinha para os dois países, mostra o desajuste de discursos e pretensões entre o governo brasileiro e britânico. Para a Inglaterra, a comissão serviria para que as vazias respostas brasileiras sobre os interesses britânicos no país se tornassem ações efetivas e não meramente cortesias e desculpas sem maiores desdobramentos práticos. A maneira que a diplomacia brasileira recebia pedidos, queixas ou até mesmo ordens inglesas é um interessante objeto de estudo para ampliar os debates das relações internacionais no século XIX. Não havia, exceto em situações limites de tensão, animosidade ou desafio por parte do Brasil nas correspondências trocadas entre os dois países. Tais sentimentos, porém, eram presentes na política interna e nos jornais que circulavam pelo Rio de Janeiro. Tal panorama mudou apenas após a maior questão diplomática entre os dois países, a questão Christie.

⁹¹Inventário analítico do arquivo da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1987

3. Conflitos diplomáticos (1861-1862)

Na análise feita por José Murilo de Carvalho, 17 liberais foram eleitos nas eleições que ocorreram no fim de 1856 e começo de 1857. O liberal Francisco Otaviano era mais otimista,: “Que Câmara a nova! Já há 23 liberais conhecidos eleitos. Nos antigos saquaremas há mil nuances”; e, meses depois: “Na Câmara nova há 25 dos antigos luzias e mais de 25 saquaremas independentes, ou dos que não querem chefes dominadores do círculo TorresPaulino”. Do mesmo modo, o conservador e então ministro da Conciliação, João Maurício Wanderley, afirmou: “a nova Câmara em sua maioria conservadora tem tanta gente nova que difícil será dirigi-la. A oposição trará de 25 a 30 membros que se foram arregimentados darão que fazer”.⁹²

As eleições de 1857 foram as primeiras com o novo marco legal, fruto da concreta política conciliatória levada a efeito pelo Marques do Paraná, a lei do círculos.⁹³ Era a primeira vez desde a queda do ministério de Francisco de Paula Sousa e Melo que o Partido Liberal conseguia eleger uma bancada minimamente expressiva em termos numéricos, mesmo que ainda obviamente minoritária.

A minoria liberal não conseguiu frear a reforma da Lei dos círculos, proposta principalmente pelo alto escalão saquarema, que sentiu-se prejudicado pela nova lei. Não havia contudo um dualismo estrito entre liberais e conservadores. A reforma também foi criticada por conservadores próximos do finado Paraná. A Conciliação conseguira introduzir um novo elemento, inteiramente ausente dos confrontos políticos anteriores a 1853 como foram os caso de Nabuco de Araújo ou o próprio marquês de Olinda “que, fiéis muitas vezes à memória de Paraná, preferiam manter incólume sua obra”

A alteração da legislação eleitoral não mudou o panorama da eleição de 1857, e o número de Liberais aumentou ao invés de diminuir nas eleições de 1860. O número de “novos conservadores” também aumentou, diminuindo o poder de ilustres saquaremas. O ministério

⁹² Informações extraídas de correspondências: Francisco Otaviano (15/12/1856 e 13/1/1857) e João Maurício Wanderley (7/2/1857). PINHO, Wanderley. O Barão de Cotegipe e o seu tempo. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937. PINHO, Wanderley. Cartas de Francisco Otaviano. Rio de Janeiro/Brasília: Civilização Brasileira/INL, 1977. Sobre Pereira da Silva: SILVA, J. M. Pereira da. Memórias de meu tempo. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, s/d. Apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do Império, p.58-59.

⁹³ A lei dos círculos visava a eleição distrital, em que apenas um parlamentar seria eleito, ao invés de três.

de Duque de Caxias, tentou pacificar a incomum crise interna dentro do seio do Partido Conservador, mas a ruptura já estava clara.

A imprensa liberal comemorou esse avanço. O *Actualidade*, um dos jornais mais combativos comemorou

“O resultado até aqui conhecido das eleições municipais em diversas localidades do império, vai denunciando um acontecimento da mais súbita importância. O Partido Liberal, que de 1849 para cá tem vivido ora adormecido na modorra do desânimo, ora acalentado nos braços soporíficos da Conciliação, e sempre comprimido pela pesada e ciosa mão do poder central, renasce cheio de vigor e esperança, desenrola seu estandarte em todos os ângulos do império, e cômico de sua força arroja-se na liça com denodo e resolução.”⁹⁴

O *Correio Mercantil* também mostrava claramente o lado que representava. No ano de 1860 com Otaviano tomando as rédeas e com o acirramento das tensões partidárias, esta folha passa a se referir aos antigos chefes do Partido Conservador (Itaboraí, Uruguai, Eusébio) como os integrantes do “consistório” saquarema. Segundo Otaviano “Eusébio era o papa; Itaboraí, Uruguai, Sayão Lobato e outros eram cardeais, e todos formavam o consistório.

O *Diário do Rio de Janeiro* também se pronunciou. Após quase dois anos de um hiato de publicação, o jornal mais antigo da Corte voltou a carga liberal sendo liderado pelo atuante Joaquim Saldanha Marinho, que defendia um abandono da maneira saquarema de pensar política e louvava a facção do Partido Conservador que rompia com o grupo tradicionalmente mais poderoso:

“Conservadores e conservadores, na atualidade não se conhecem mais ou se guerreiam desabridamente. Entre a facção desse Partido que se denomina moderada e a outra que é conhecida pela [designação de] vermelha, a distância é longa e a distinção profunda. Uns combatem por um princípio, e outros apenas lutam por se constituírem os senhores absolutos de todas as posições oficiais, para reparti-las por si e pelos seus.”⁹⁵

Em janeiro de 1861, os resultados das eleições estavam mais claros, e a surpresa da boa votação liberal foi grande até entre os membros do Partido. Os liberais ainda não eram maioria, mas a instabilidade quase inédita dentro do Partido Conservador, mostrava que

⁹⁴*Actualidade* 22/10/1860

⁹⁵*Diário do Rio de Janeiro* 08/10/1860

ilustres saquaremas estavam perdendo terreno. O mesmo Diário do Rio de Janeiro, na sessão de correspondência

“O Sr. Eusébio derrotado na sua freguesia, e figurando como suplente!!! Santíssimo nome de Jesus! O Sr. Ferraz derrotado no Sacramento, e como penúltimo suplente!!! Meu Deus! Santos fortes, santos imortais! E ainda derrotados os Srs. [visconde] de Uruguai e [barão] de Muritiba! E ainda derrotado o Sr. presidente [da província do Rio de Janeiro] Silveira da Motta! Que revolução foi essa nas altas regiões? Será isto um sonho? “⁹⁶

A gradual perda de território do grupo saquarema mais tradicional, ligados as figuras da trindade, derrubou o Gabinete do Visconde de Abaeté⁹⁷ um antigo liberal que se bandeou para as fileiras conservadoras. O seu sucessor Ângelo Moniz da Silva Ferraz, o Barão de Uruguaiana, um político considerado imprevisível tanto pela imprensa liberal quanto pela conservadora, também caiu após as eleições de 1860, que claramente demonstravam uma composição política diferente na Corte. Em um período conturbado, uma liderança forte e confiável foi a escolha da Casa. O escolhido era o já renomado marques de Caxias.

Caxias, considerado um conservador moderado⁹⁸, reuniu um Gabinete repleto de conservadores, procurando reunificar o Partido. Entre os escolhidos estiveram: José Maria da Silva Paranhos, Francisco de Paula Negreiros de Sayão Lobato, José Antônio Saraiva e José Ildefonso de Sousa Ramos. Paranhos foi um dos políticos conservadores que participaram mais ativamente da Conciliação proposta por Paraná. Entre os saquaremas “puritanos”, Sayão Lobato, um ferrenho crítico de qualquer ligação com o Partido Liberal, foi nomeado ministro da justiça. Não houve

A política nos primeiros anos década de 1860 começava, portanto, trilhando um caminho mais liberal (apesar de mais tímido que no período regencial), que culminaria com as instabilidade política que derrubaria o ministério de Caxias em maio de 1862. A distância entre saquaremas e luzias tornaram-se menores e as novas composições partidárias propiciaram um crescimento do liberalismo.⁹⁹

⁹⁶ Diário do rio 25/01/1861

⁹⁷ HOLANDA, Sergio Buarque de Holanda. Capítulos de historia do império. . São Paulo: Companhia das Letras, 2010

⁹⁸ Idem

⁹⁹ Segundo Sergio Buarque de Holanda, na eleição de 1857, protegidos pelos ex-conservadores Olinda e Zacarias, uns 23 liberais voltaram à Câmara, formada por 120 deputados. Na eleição seguinte, em 1860, eles vieram ainda em maior número e melhor qualidade. Compuseram uma

Houve nesse período a emergência e os desdobramentos da “Liga” (Partido) Progressista do Império, composta por uma união de políticos provenientes do Partido Liberal e a dissidência vinda do Partido Conservador. A chamada Liga Progressista ganha uma forma concreta no intervalo entre as sessões legislativas de 1861 e 1862, aproveitando o enfraquecimento do Gabinete Caxias¹⁰⁷, que não conseguiu reverter a ruptura dentro de seu Partido.

Os novos reagrupamentos causaram certas mudanças de nomenclaturas, que passaram a ser usadas tanto pela imprensa conhecida como liberal e conservadora. O termo saquarema, que anteriormente designava todo o Partido Conservador, passou a ser usado apenas para designar o grupo político ligado a trindade saquarema. Entre a imprensa liberal (e posteriormente a imprensa progressista) o termo “emperrados”¹⁰⁸ começou a ser usado jocosamente para referir-se ao grupo. O termo puritanos também passou a ser usado, até mesmo pelo imperador brasileiro¹⁰⁹, para separar o grupo de Eusébio de Queiroz do grupo conservador que participava da Liga.

O Constitucional, jornal conservador ligado ao grupo de Queiroz, citou em 1862 um outro termo usado, vermelho ou rubro. Ironicamente, a cor representava a oposição do conservadorismo na Europa, o que faz o Constitucional abraçar o termo, defendendo que em um país que tudo estava ao contrário, a definição era propícia.

Os políticos liberais e conservadores que se opuseram aos emperrados, ficaram conhecidos como ligueiros. Após a transformação da liga em um Partido, os próprios membros denominaram-se progressistas.

A queda do Gabinete de Caxias foi a materialização da força da liga recém criada. As saídas de Sá e Albuquerque e de Saraiva das suas respectivas pastas de ministérios, mostrou instabilidade no Gabinete. Caxias, notando a queda iminente, procurou Dom Pedro para que a Câmara fosse dissolvida, o que o imperador negou, pois tal prática poderia trazer “consequências desastrosas”.

Moço, por São Paulo, Silveira da Mota, pelo Paraná, Francisco José Furtado, pelo Maranhão e Tavares Bastos

¹⁰⁷ HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira (Tomo II: o Brasil Monárquico; Vol. 7: do Império à República). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

poderosa bancada em que se distinguem Teófilo Otoni e seu irmão Cristiano, eleitos por Minas Gerais, Francisco Otaviano e Saldanha Marinho, pela província do Rio de Janeiro, José Bonifácio, o

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ HOLANDA, Sergio Buarque. Capítulos de História do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

No dia 9 de maio, em meio a Fala do Trono, Zacarias Goes pediu uma emenda no projeto de governo, um claro desafio ao Gabinete no poder. No dia 21 do mesmo mês, ficou clara a vitória da oposição. Não foi uma vitória folgada, mas foi o suficiente pra forçar a queda de Caxias. Após anos de controle saquarema, a política brasileira voltava a um período de instabilidades e dúvidas sobre o futuro.

A liga, apesar da vitória, ainda era bastante instável em sua organização política. O mesmo Saraiva que foi ministro de Caxias e se debandou para o outro lado, foi o primeiro a citar a Liga dentro da Câmara.¹⁰⁰, como um novo grupo política no Brasil. Usando o parlamento inglês como exemplo, d. Pedro II chama Zacarias Goes para montar um novo Gabinete, já que havia sido o político, que no momento já podia se considerar um exconservador, que mais havia se destacado na derrubada do Gabinete anterior.

Os dias seguintes mostrariam que a divisão na casa era quase equânime. A vitória da liga havia sido conseguida em um dia que alguns deputados ministeriais não estavam presentes, e com a Câmara com todos os seus membros ainda era uma tarefa difícil precisar que grupo possuía a maioria. Notando a dificuldade que seria lidar com uma assembleia dividida, Zacarias defendeu a mesma manobra que seu antecessor e pediu a dissolução da Câmara, o que foi novamente negado por D. Pedro II.

O Constitucional voltou sua carga contra Zacarias e Saraiva¹⁰¹, que consideravam aventureiros e sem responsabilidade para governar um país com tantas questões presentes. O momento conturbado permitiu uma última cartada dos conservadores, que após apenas quatro dias, conseguiram derrotar uma Liga ainda sem forma, e acabar com o efêmero Gabinete.

O dia 28, começou com uma discussão sobre o projeto de promoções na Armada. Sales Torres Homem e outros propuseram se adiasse a discussão "até que a Câmara se convencesse de que o ministério estava disposto fiel e restritamente a executar as suas disposições".¹⁰²

¹⁰⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. op. cit. p 156

¹⁰¹ Constitucional, 08/08/1862

¹⁰² FARIA, Julio Cesar. José Bonifácio, o Moço (1827-1886). Rio de Janeiro. 1944

Mesmo com o protesto da Liga, a votação ocorreu após o pedido de Cruz Machado e tal pedido conseguiu o apoio da maioria, 49 votos contra 43.

O Gabinete dos Anjinhos, apelido jocoso dado ao ministério de Zacarias que foi “morto antes de aprender a engatinhar” acabou sendo uma lição para os ligueiros e a última vitória por um longo tempo pelo lado dos puritanos. A assembleia estava dividida, mas a rápida queda do Gabinete da Liga serviu para aparar as arestas da relação entre antigos liberais e conservadores que culminou em um estreitamento de laços.

A tensão política dos primeiros anos da década de 1860 foi tão alta que até mesmo a figura inviolável do Imperador foi criticada. Quintino Bocaiúva, com o pseudônimo de Philemon, atacava Pedro II, fato que causou grande repercussão e conflitos na imprensa fluminense.¹⁰³ No panfleto “A Opinião e a Coroa”, Bocaiúva criticava o que ele chamava de governo pessoal, a teia de favorecimento entre uma oligarquia política e o Imperador. O envolvimento do imperador com essa política estaria claro nas escolhas ministeriais, que, se em teoria seriam objeto de sua atribuição moderadora, eram na prática o reflexo do favorecimento de uma parcela de pessoas que rodeavam o trono, principalmente membros do Partido conservador.

Outro motivo de intensa discussão foi o lançamento do opúsculo anônimo chamado “da Natureza e o Poder Moderador”. O texto, que criticava o poder moderador, foi rapidamente descoberto como obra de Zacarias de Góes e Vasconcellos e afirmava “que sem responsabilidade, não haveria equilíbrio entre os poderes”¹⁰⁴ A intranquilidade dentro do parlamento parecia influenciar inclusive a relação entre os partidos e o Imperador.

Tanto a imprensa conservadora quanto a liberal, participaram ativamente durante o conturbado período, buscando aliados entre seus leitores. Para o conservador Regenerador a criação de uma Liga formada por conservadores e liberais era “ridícula” e até “desairosa” aos liberais, enquanto para o Diário do Rio de Janeiro¹⁰⁵ ela representava o início do fim do monopólio político da oligarquia. O caso do panfleto de Philemon também causou grandes

¹⁰³ BARBOSA, S. M. 'Panfletos vendidos como canela': anotações em torno do debate político nos anos 1860. In: CARVALHO, José Murilo (org.). Nação e Cidadania no Império: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

¹⁰⁴ Idem

¹⁰⁵ Diário do Rio de Janeiro 27/05/1861

debates entre os dois jornais, com ataques trocados contra famosos membros dos dois partidos, como o próprio Quintino Bocaiúva e o visconde de Uruguai.¹⁰⁶

A formação de novo ministério foi uma tentativa de apaziguar os ânimos: os homens convocados foram quase todos políticos nortistas da ala moderada do Partido Conservador, alheios às querelas de Partidos. Tinha como homem de frente, Olinda, um homem intimamente ligado com o Marques de Paraná e com a Conciliação. Além dele, foram chamados Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o visconde de Albuquerque e João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, um político já ligado a Liga Progressista

O situação da câmara dos deputados promoveu um ministério de estadistas cujo valor não era negado por nenhum dos dois grupos políticos. Tal governo seria conhecido como o Gabinete dos Velhos. Mesmo com uma grande quantidade de conservadores apoiando o novo ministério, a ala saquarema mostrou certa contrariedade pelos rumos que a assembleia tomava. Torres Homem, deputado responsável pela moção que derrubou o primeiro Gabinete da Liga e antigo liberal afirmou que o novo ministério certamente merecia a confiança dos deputados pelos nomes que o compõem, apesar de não poder “ser considerado como expressão genuína da maioria dessa casa”

A realocação de Sinimbu, o homem da Liga no ministério, da pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para a da Justiça, principal mecanismo governamental de intervenção no processo eleitoral, mostra o caminho que o Gabinete de Olinda pretende trilhar.¹⁰⁷ Sinimbu troca postos de justiça que anteriormente era ocupado por conservadores por homens próximos da Liga Progressista.

O maior poder de Sinimbu, e sua “promoção” para a pasta da Justiça indicava que, se o ministério não conseguisse mais se sustentar e obtivesse a anuência de d. Pedro II para dissolver a Câmara, as próximas eleições seriam realizadas sob o controle dos homens da Liga.¹¹⁸ A reação dos conservadores pela medida de Sinimbu, pode ser vista em uma notícia do Constitucional, após a demissão do político alagoano do ministério.

Ingrato inconsiderado, audacioso, violento, odiento e prevaricador, o Sr. Sinimbu foi nos seus dois últimos ministérios da Agricultura e Justiça uma

¹⁰⁶Diario do Rio de Janeiro maio, junho de 1861, Regenerador maio, junho de 1861.

¹⁰⁷ NEEDELL, Jeffrey. The Party of Order. Stanford, Stanford University Press.2006

¹¹⁸ Idem,p128

calamidade, um escândalo! Demissões em massa nos cargos policiais, nomeações vergonhosas ou inconvenientes para a polícia e guarda nacional, nomeações e remoções desgraçadas e acintosas na magistratura, compromissos ruinosos e ilegais a companhias de estradas de ferro e aposentadorias forçadas de membros da alta magistratura do país, com violação flagrante da constituição, formam a coroa cívica desse ministro fatal [...].¹⁰⁸

As eleições de 1863 mostraram os caminhos que a década de 1860 iria tomar. As urnas manifestaram-se contra os conservadores históricos, e a vitória, por grande maioria, coube aos progressistas. Até 1868 seriam predominantes no parlamento e líderes dos ministérios recorrentes.

Era o Gabinete de Olinda que estava no poder durante a questão Christie. Sinimbu nos últimos dias do ano de 1862, deixou de ocupar o Ministério da Agricultura, Comércio, e Obras Públicas, passou a ser ministro da Justiça, em um primeiro momento provisoriamente (pelo afastamento de Maranguape) e a partir de fevereiro de 1863 de foram definitiva.

A difícil relação com a Inglaterra e a ascensão de um novo grupo político, o futuro Partido progressista são dados importantes para se entender os desdobramentos que levaram a questão anglo brasileira a ganhar tanta importância na Corte e na sociedade em geral.

3.1 A questão Christie

A costa gaúcha foi atingida por tempestades durante as primeiras semanas de junho do ano de 1861. O mau tempo foi a razão para que vários navios fossem a pique ou ficassem seriamente danificados.¹⁰⁹ Entre eles, o Prince of Walles, um navio fabricado na Escócia que estava fazendo uma rota de Glasgow até Montevideu quando afundou a 14 milhas da costa do Rio Grande do Sul na região de Albardão¹¹⁰ provavelmente na madrugada entre os dias 7 e 8.

O naufrágio do Walles não foi amplamente noticiado nos jornais fluminenses nos dias posteriores ao acidente. Além da dificuldade de acesso e informação da região pouco

¹⁰⁸Constitucional 18-06-64

¹⁰⁹ O Correio Mercantil do dia 30 de junho de 1861 cita o patacho inglês Hound que encalhou na praia e O Annie Walker navio de Liverpool, que teve grandes danos provados pelas ondas. Cita também os brigues Alexandrina, Prazeres e Maria Isabel que tiveram problemas na costa próxima Bojuru.

¹¹⁰ Albardão fica há 96 quilômetros da cidade de Rio Grande, no extremo sul da costa gaúcha.

habitada, o afundamento do Guahyba, navio do Rio de Janeiro na mesma região foi noticiado com maior interesse em um primeiro momento. O Correio Mercantil na edição do dia 12 de junho de 1861 fornece apenas um parágrafo sobre o acidente do navio inglês. Não parece haver menor dúvida para o jornal, que a causa do naufrágio foram as péssimas condições climáticas que acometiam a costa gaúcha durante o inverno. Até a passagem de um cometa e sua possível participação na piora das tempestades foi citada. Nos dias posteriores, novas informações foram divulgadas, entre elas, que os corpos de quatro tripulantes foram resgatados e que apenas pequena parte da carga chegou até a praia.¹¹¹

Coisa parecida noticiou o Diarrio do Rio de Janeiro .Uma edição do começo de julho apenas cita o naufrágio de uma barca inglesa e da morte dos tripulantes.¹²³A edição do dia 18 apresenta um pouco mais de detalhes, inclusive citando um conflito entre o cônsul inglês, Mr. Vereker e o presidente da província sobre o possível roubo de mercadorias .Entretanto a mesma edição conta que o conflito estava “felizmente terminado”¹¹² mesmo com a confirmação da pilhagem.

O Actualidade de 3 de julho, cita apenas que as tempestades na costa gaúcha haviaM causado “sinistros” A edição do dia 24, ainda sem citar o Prince of Walles, apresenta uma recomendação do administrador da barra do Rio grande do Sul para que os navios que navegassem pela região não fossem carregados com mais de “14 e meio de água”. Nenhuma das poucas notícias presentes no jornal tiveram grande destaque. Em um momento em que o país passava por uma ferrenha disputa política, o naufrágio e as reclamações inglesas obtiveram as páginas finais dos jornais.

Os jornais do Rio Grande do Sul deram maior atenção ao caso.¹¹³As poucas notícias na Corte sobre o acidente e seus desdobramentos vieram dos três impressos da região de Rio Grande, cidade próxima de Albardão. O Diarrio do Rio Grande, o Echo do Sul e o Commercial deram distintos enfoques ao caso, o que demonstra uma a dificuldade de averiguação de fatos, o que parece ter contribuído para o aumento das tensões posteriormente

¹¹¹Correio Mercantil 12/06/1861 ¹²³
Diarrio do Rio de Janeiro 18/07/1861

¹¹² idem

¹¹³ Para maiores informações ver o trabalho de Juliano Marques “o caso do Prince of walles”
<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28961/000774524.pdf?sequence=1>¹²⁶Commercial
15/06/1861

, O Diário de 15 de junho qualifica a pilhagem contra as mercadorias do Prince of Walles como “espantosa”. O Commercial deixa claro que na praia sobraram apenas “fazendas, louças e carvão de pedra”¹²⁶

O Echo do Sul foi o primeiro a afirmar que 10 corpos foram encontrados (uma criança, uma mulher e oito homens). Os outros dois jornais diziam que apenas cinco vítimas foram encontradas. O Diário do Rio Grande também apresentou novas informações sobre o estado dos corpos

“só foram encontrados os quatro cadáveres por eles(subdelegado) submetidos tendo sido encontrado um enterrado e três expostos ao tempo, no meio do campo! Os corpos estavam em muito mau estado, comidos dos urubus e quase em esqueleto”¹¹⁴

Não houve porém, qualquer menção ao assassinato de nenhum dos tripulantes em nenhum dos três jornais. Os textos sobre o tema focavam mais na enorme quantidade de naufrágios na costa gaúcha e o terrível tempo que o inverno de 1861 trouxe. O Diário do Rio de Janeiro e o Correio Mercantil repetiram as informações dos jornais gaúchos citando a lista dos objetos encontrados, o mau estado do corpo e a cerimônia fúnebre organizada por Vereker em homenagem aos falecidos.¹¹⁵ Após julho, nenhuma outra reportagem sobre o assunto foi feita até abril de 1862

A mudança da cobertura do naufrágio, tanto na capital do império quanto no Rio Grande do Sul ocorreu após as acusações de Christie e suas exigências de indenização pela carga que teria sido roubada.¹¹⁶ Além disso o representante inglês também acusou brasileiros de assassinar os marinheiros. Cartas de Mr. Vereker, ainda em 1862, demonstram que o cônsul deu certeza a seus superiores que os assassinatos aconteceram, e que até mesmo os homens responsáveis pela investigação dos fatos ocorridos estavam envolvidos nos roubos e interceptações de mercadorias do navio.¹¹⁷

A chegada de dois vapores de guerra ingleses a costa do Rio Grande do Sul em Abril de 1862 foi a primeira prova concreta de que Christie não hesitaria de usar a força bélica para conseguir seus objetivos. Enquanto a chegada dos navios ingleses era vista com alarme pelos

¹¹⁴Diário do Rio Grande 24/06/ 1861

¹¹⁵ Diário do Rio de Janeiro e o Correio Mercantil do dia 28/06/1861

¹¹⁶ Christie exigia 6.525.19 libras esterlinas . 5.500.00 pelos carregamento e 1.025.19 pelo frete.

¹¹⁷ CHRISTIE,William. Notes of brazilian question.Londres,1864

¹³¹Commercial 15/04/1862

periódicos fluminenses, os jornais gaúchos digladiavam-se sobre os motivos dos vapores ingleses terem ancorado na costa gaúcha.¹³¹ Nessa guerra de versões, o Echo, um jornal obviamente opositor do delegado e subdelegado responsáveis pelo caso, chega a afirmar no dia 15 de maio de 1862 que “houve assassinatos e roubos” no Prince of Walles.

O Actualidade de 22 de maio, apesar de sem grande alarde, escreveu sobre a chegada dos navios de guerra a Porto Alegre. Na seção de correspondência, apresenta as notícias segundo a versão do Echo. Cita os assassinatos como fatos, o que posteriormente seria peremptoriamente negado pelo próprio impresso, além de culpar as autoridades locais pela situação.

A despeito das ordens do tempo do presidente Antão, os Srs delegado Camarim e juiz Garcez não tomaram conhecimento do fato. A vista da reclamação armada britânica, os mesmos receberam novas ordens. Mas contentaram-se a sair da cidade...em uma fazenda bailando ,bebendo e dormindo em casa dos culpados¹¹⁸

A retirada dos navios ingleses da costa de Porto Alegre cessou com as já diminutas notícias sobre o naufrágio. Os eventos de 1º de janeiro de 1863 fizeram os jornais recordarem e se aprofundarem no caso. Em geral, os impressos fluminenses trataram o caso como um naufrágio acidental e criticavam veementemente as declarações de Christie. Se antes de primeiro de janeiro, o embaixador britânico era visto como um homem tempestuoso ,após a data ele passou a ser exemplo de vilania e de um verdadeiro inimigo do Brasil.

A versão inglesa foi contada no Correio Mercantil de 1º de janeiro de 1863. um relato de uma comitiva inglesa até o Rio Grande do Sul ,enviada para o Marques, apareceu na primeira página do jornal. O texto escrito por Christie tenta demonstrar que a investigação policial foi mal feita e que detalhes importantes sobre o naufrágio foram ignorados. Além disso, os ingleses teriam encontrado pouca cooperação dos envolvidos no caso, com proibições e negativas para se contatar testemunhas. Tais ações foram consideradas suspeitas pela delegação que usa o fim do texto para reforçar a ideia de crime contra súditos da coroa britânica.

O relato conta que o cônsul britânico no Rio Grande do Sul , Mr. Henry Vereker procurou o magistrado da região de Albardão no dia 13 de junho de 1862 após saber que corpos foram encontrados na praia e desconfiar que se tratava de marinheiros ingleses.

¹¹⁸Actualidade 22/05/62

Ao chegar à praia, Mr. Vereker teria se deparado com muitas cargas na areia. Muitas das caixas teriam sido abertas e o conteúdo retirado. O relato afirma que muitas caixas pareciam estar secas como se tivessem sido “trazidas por botes até a praia”. Afirmava também que dez corpos foram encontrados, alguns longe da praia, e todos não possuíam nenhum dinheiro nos bolsos e nem contavam com seus relógios. Além disso, mercadorias intactas foram encontradas na casa de Bento Soares, o magistrado da região.¹¹⁹

Mr. Vereker teria exigido um exame nos cadáveres, o que teria sido negado de forma “suspeita” pelo subdelegado responsável pelo caso. Apenas quatro corpos chegaram até a cidade de Rio Grande e a maioria dos corpos não foi sepultada, estando em péssimo estado de conservação. Apesar disso os exames nos corpos foram suficientes para identificar a causa mortis como afogamento. Christie no fim do relato acusa com todas as letras os governos provincial e imperial de encobrirem crimes de furto contra os corpos dos marinheiros e de possíveis assassinatos dos marinheiros que teriam chegado à costa com vida.¹²⁰

As cartas trocadas pela delegação inglesa no Brasil com seu governo central mostram a certeza de Christie e Vereker sobre o assassinato dos tripulantes do navio. Entretanto a maior queixa, presente em quase toda carta enviada para Londres é relacionada ao papel das autoridades brasileiras na resolução das questões. As cartas de Christie, mesmo possuindo a linguagem formal que tais documentos devem ter, mostravam a incredulidade do inglês perante as negativas e omissões brasileiras diante dos pedidos de informação e de indenização feitos pela coroa britânica.

A versão do governo brasileira é hegemonicamente defendida pelos jornais fluminenses. Para o Brasil não existia nenhuma prova de assassinato dos tripulantes do Prince of Wales. Ao contrário, os corpos que possuíam a condição de passar por autópsia mostravam o afogamento como causa mortis. O roubo das mercadorias que chegaram até a praia não era negado por nenhum dos jornais, mas o Diário do Rio de Janeiro reforça a dificuldade de acesso ao local do naufrágio, além da recorrente presença de ladrões e assassinos, que em local tão ermo poderiam ter se apoderado dos objetos sem grandes dificuldades.¹²¹

¹¹⁹ CHRISTIE, William. Op cit.

¹²⁰ Idem

¹²¹ Diário do Rio de Janeiro 03-01-63

A atuação da polícia também foi defendida pelos impressos da Corte. Para o Actualidade, a quantidade de depoimentos tomados e a constante troca de informações do delegado com Mr. Vereker mostrariam a vontade brasileira de solucionar o caso. As acusações de Christie seriam injustas dadas as enormes dificuldades para a resolução do caso em um local tão distante.

O Diariodo Rio de Janeiro publicou um memorando feito pelo governo brasileiro para explicar sua posição no caso Prince of Walles. Defendendo-se das acusações de Christie sobre a resistência do estado brasileiro em investigar, o governo imperial cita a grande distância da região de lugares povoados e a quantidade de malfeitores que fogem do Uruguai e poderiam ter participado do saque. “Por mais que se esforçasse, era negócio de tempo e perseverança”¹²²

O saque em si, foi confirmado pelo governo, que afirmou através de um relatório que muitas testemunhas só foram ouvidas pela força da violência, pois a maioria fingia-se doente ou fugia quando era chamada pelo governo. Pelo mesmo motivo, a presença do oficial inglês foi rechaçada pois era extremamente improvável que algum suspeito confessasse sua participação no roubo ou uma testemunha desse uma pista se houvesse um inglês próximo. Pelo menos catorze pessoas foram indiciadas e alguns permaneceram presos, como foi o caso de um homem conhecido como Joaquim Carpinteiro.

O Diario também publicou a demissão do inspetor do quartirão e o sub delegado de Tahim, pois as autoridades brasileiras acreditaram que o primeiro agiu errado em soltar um suspeito que “evadiu-se para o Oriente”¹²³. Sobre o sub delegado, indivíduo que segundo Vereker havia participado do saque, o jornal apenas deixa claro que ele não se portou como uma autoridade, sem maiores acusações.

Sobre o juiz de paz, Venancio Bento Soares, os jornais simplesmente ignoraram as acusações e o Mercantil¹³⁸ enfatizou que se Mr. Vereker afirmou ter visto na casa do juiz duas bíblias que estavam entre os objetos roubados do naufrágio posteriormente, o mesmo não pode ser dito em seu primeiro depoimento.

A sanidade de Vereker, algumas vezes também chamado pelos jornais de Mr.

¹²² Idem

¹²³ Correio Mercantil 01/01/63

¹³⁸ Correio Mercantil 10/01/63

Vereker, foi posta a prova por todos os jornais fluminenses estudados. Segundo as edições de janeiro, o cônsul inglês da província gaúcha, saiu do Brasil completamente enlouquecido, fato não comentado por Christie em nenhuma de suas correspondências. O Diário do Rio de Janeiro cita as pretensas alucinações de Vereker, que segundo os boatos considerava estar correndo perigo de vida, algo negado peremptoriamente pelo governo brasileiro.

O memorando preparado pelo marques de Abrantes, parece ter convencido ainda mais a população da Corte sobre a pouca coerência do ultimato de Christie. O último parágrafo trata especificamente da impossibilidade de se aceitar o ultimato sobre o Prince of Walles

O Sr Christie exige o pagamento pelo navio assim como pelo seu frete. Admitido o princípio, haveria quem se responsabilizasse não só pelo crime dos depredadores, como também pela imperícia e má fé dos capitães e até pela fúria dos mares e dos ventos.¹²⁴

O caso, portanto, tornou-se um impasse. Entretanto não se pode ignorar que a maior parte das discussões sobre o caso aconteceram próximo ou depois do começo do ano de 1863, data que o bloqueio do porto foi concretizado. De junho de 1861 até dezembro de 1863, pelo menos pelos jornais da Corte, o caso foi praticamente ignorado, mesmo com outros conflitos que se seguiram entre brasileiros e ingleses.

3.2 Incidente do HMS Emerald

Um caso menos conhecido de rusga diplomática entre Brasil e Inglaterra ocorreu na Corte no mesmo mês do naufrágio do Prince of Walles. Na noite de 24 de junho, houve uma briga entre membros da fragata britânica HMS Emerald e tripulantes de um bote do tráfego do porto do Rio de Janeiro. O bote, tripulado por soldados brasileiros fazia a travessia entre o cais do Pharox e o forte de Villegaignon e, segundo relatos apresentados nos jornais, uma discussão entre as duas tripulações ocorreu ainda dentro do mar. Durante a briga, de maneira pouco explicada, um dos soldados brasileiros, Vicente Ramos foi lançado ao mar e acabou se afogando.

Ironicamente, o caso teve uma repercussão claramente maior do que o naufrágio do Prince of Walles, nos dias posteriores ao ocorrido. Não foi digna de manchete, mas foi discutida

¹²⁴ Diário do Rio de Janeiro 01/01/63

mais amplamente do que o episódio que entraria para a história como o início da questão Christie.

As primeiras notícias, já nos jornais do dia seguinte ao ocorrido, davam conta de um conflito entre marinheiros e o desaparecimento do marinheiro após a agressão advinda do Emerald¹²⁵. O Correio Mercantil cita um ataque covarde de ingleses a brasileiros, e o seu texto é republicado no A Actualidade. O Diário, de maneira bastante dramática, conta o ocorrido como um ataque de piratas contra homens inocentes. O marinheiro morto, não sabia nadar e desesperado para se salvar, teria se agarrado ao escaler em que se encontrava o oficial inglês. O britânico teria acertado a mão do “desgraçado” com a espada, fazendo-o se afogar. O ataque teria acontecido por uma suspeita de furto de um chapéu que os britânicos “alegres” haviam perdido após uma festa.

O ocorrido parece ter irritado verdadeiramente os redatores do Diário, que saindo um pouco da maneira fleumática usada para tratar as maiores potências da época, chamou a briga de “vil assassinato” que nem mesmo a “própria e tradicional arrogância britânica” poderia explicar. O jornal ainda afirmou que se o caso tivesse acontecido no meio do Rio Tamisa, rio que cruza a capital inglesa, as humilhações que o pavilhão brasileiro iria sofrer seriam “inimagináveis”. Por fim, o Diário exige do Almirante Warren e de Christie uma indenização para a família do marinheiro morto, além de punição severa aos culpados.

O Correio Mercantil do dia 27 cita uma carta enviada pelo comandante do navio inglês, que diz não ter havido nenhum ataque por parte britânica. Após o relatório policial, as autoridades brasileiras denunciaram dois ingleses que teriam participado no conflito, o oficial Francis May e o marinheiro Willian Langford.

O governo brasileiro solicitou ao embaixador Christie que os dois envolvidos fossem encaminhados à fragata brasileira Constituição, onde deveriam aguardar o julgamento. Christie informou que a Emerald estava de partida para a Europa, o que de fato ocorreu em 27 de junho, após apenas 10 dias atracado no porto, mas o oficial e o marinheiro foram transferidos para a fragata Forte¹²⁶. O Diário do Rio de Janeiro de 29 de junho apresenta um pedido, de forma mais cordial que o feito anteriormente, mas ainda assim incisiva, de

¹²⁵Correio Mercantil 26-06-61

¹²⁶Diário do Rio de Janeiro 29-06-61

continuidade de cooperação dos representantes ingleses no Brasil. Valendo-se de um tom elogioso e quase bajulador que normalmente se dirige a grande potência escreve:

“Nem um momento hesitamos de acreditar que o Sr Contra Almirante Warren e a legação inglesa fizessem justiça as reclamações do governo. Os delegados da nação que vivem a frente da civilização não podem desmentir com fatos as ideias de que são representantes. Confiamos que provados os fatos, será feita justiça.”¹²⁷

A mensagem era clara. As medidas à civilidade britânica eram uma estratégia de pressão, para que a resolução do caso não fosse barrada pela indisfarçável disparidade de força entre as duas nações. O Correio Mercantil de 30 de junho de 1861 em uma publicação a pedido, aponta uma versão dos fatos escrita “por um inglês”. Na nota, um marinheiro inglês teria perdido o chapéu que foi parar nas mãos de um membro da tripulação do bote. Ao pedir de volta o chapéu, o inglês teria sido ignorado e a balsa teria perseguido o bote. Com a aproximação, e mesmo com os gritos dos ingleses que não haveria nenhum ataque, os integrantes do bote pularam ao mar. Os ingleses, ao invés de golpes de espada, teriam jogado remos para que os que se afogavam se salvassem.

O Diário, já em 11 de julho, publica um extrato de um relatório feito pelo Chefe de polícia, em que o caso é aprofundado. A versão apresentada pelo guarda marinha Francis May é bastante parecida com a apresentada “por um inglês” no Correio Mercantil. May disse estar a bordo de uma “escalar” para chegar até a fragata, quando um chapéu de um dos marinheiros voou para perto do bote dos brasileiros. Mesmo sem nenhuma agressão, todos teriam pulado do bote. Dentro do mesmo, não havia nenhum outro utensílio além do anteriormente citado chapéu, que foi resgatado por dois ingleses.

A versão do soldado da Marinha Simão Rodrigues Quevedo é bastante diferente. Segundo o brasileiro, eram cinco os tripulantes do bote: o próprio Simão, o soldado Vicente Ramos, o vigia de alfândega João Jose de Sá e dois remadores, Joaquim e Jerônimo. Quando o bote chegou na altura da “ponta do Trem”, foi interceptado pela barca inglesa. May e outros quatro homens armados com espadas e remos, começaram a surrar os brasileiros. Todos teriam pulado no mar para escapar do ataque, com exceção de Vicente Ramos, que com os golpes estava em “completa prostração”. O próprio May teria jogado o marinheiro ao mar, e

¹²⁷ Idem

após este voltar à tona, lhe deu um golpe com o remo que o teria feito voltar para o fundo, de onde não retornou. Os jogados ao mar teriam sido salvos por membros da fragata brasileira Pavuna, sem nenhuma ajuda oferecida pelos tripulantes do navio Emerald.

Tanto João Jose de Sá quando os remadores Joaquim e Jeronimo contaram versão idêntica à do marinheiro brasileiro, acrescentando que os ingleses além de não terem oferecido ajuda, tentaram impedir a aproximação dos homens que estavam no mar, tentando acertá-los com os remos.

Os tripulantes da fragata Pavuna também confirmaram tal versão. O mestre da Armada nacional, Manoel Braga, afirma que foi ao socorro das vítimas ao escutar os gritos de pedido de socorro e se deparou com um bote vazio e um “lanchão guarnecido por ingleses”. Retirou da água os quatro naufragos e afirmou que houve um princípio de ataque dos ingleses contra o escaler que só foi interrompido quando os britânicos perceberam que o Pavuna era um navio com armamento bélico. Além disso teria visto um oficial inglês na proa do lanchão com uma espada na mão.

Além da transcrição do relatório policial, o Diario do Rio de Janeiro publicou a acareação feita entre o marinheiro Simão Rodrigues Quevedo e o oficial inglês no dia 5 de julho. Quevedo, segundo o jornal, reconheceu imediatamente Francis May entre outros quatro oficiais. Tal ato foi seguido pela abertura de processo contra o inglês.

O tempo passou e os ingleses não se manifestaram. Quando indagada, a embaixada se desculpava sempre com a ausência temporária do embaixador Christie. No dia 16 de julho o diplomata Evan Baillie, encarregado interino dos negócios de Sua Majestade Britânica, informou que o contra-almirante Richard Warren, comandante em chefe da estação, deixou o porto do Rio de Janeiro levando os dois indiciados para a Grã Bretanha.

Em novembro do mesmo ano o almirante Warren voltou ao Rio de Janeiro com a sua frota. Novamente a embaixada britânica foi indagada sobre os dois membros de sua Marinha envolvidos na morte do soldado do batalhão naval. O Governo de Sua Majestade Britânica negou a legitimidade da justiça brasileira de julgar oficiais ingleses. Porém o almirante Warren estaria disposto a discutir a indenização aos familiares da vítima.

O Diario do Rio de Janeiro de 17 de novembro usa a primeira página para cobrar o ministério conservador pela fraqueza em casos de conflitos contra países mais fortes. O jornal acusa o governo de passividade, usando como exemplo a não punição dos culpados

pelo afogamento de Ramos. Segundo o Diário, o processo so iniciou-se pela boa vontade do Almirante Warren e foi abandonado antes do final, ou no mínimo escondido do público. A pensão oferecida para a família da vítima teria sido a única resolução do processo, fazendo o impresso declarar que para os olhos do governo brasileiro, “algumas libras esterlinas pagam um assassinato”¹²⁸

O governo brasileiro já havia sido cobrado em edições de novembro do A Actualidade , do Correio Mercantil e do próprio Diário. O Actualidade de 18 de novembro, republicando uma notícia que anteriormente havia saído no Diário do Rio de Janeiro¹²⁹, pergunta em que pé se acha o processo e se os culpados já haviam sido julgados. O “mistério” deveria acabar pela “honra nacional”.

O Diário do Rio de Janeiro de 2 de dezembro usa o caso, para atacar novamente o Ministério e especialmente Taques, o ministro do estrangeiro. O jornal ironiza um caso que ocorreu no último dia de novembro, em que um guarda Marinha inglês tentou visitar o vapor de guerra brasileiro e foi impedido. Taques, segundo o diário, anunciou o ocorrido como uma vitória brasileira, esquecendo-se do caso mais importante dos “dois brasileiros afogados”, assassinados por ingleses do Emerald, que dias depois saíram “impunes pela barra afora”. Como não existe nenhuma informação de um segundo morto, provavelmente o número incorreto deveu-se a um rompante exagerado do jornal, procurando criticar mais durante o ministro.

Não se pode ignorar que o caso foi mais explorado com o prisma de incompetência e fraqueza do Ministério de Abaete pelos jornais liberais. Mas é interessante notar que as críticas também são direcionadas a Inglaterra e sua Marinha. Apesar do suposto agressor era inglês, Christie nem mesmo cita o incidente na sua longa troca de cartas com o governo brasileiro, ignorando totalmente uma questão em que um súdito da rainha era o acusado e não a vítima.¹⁴⁵

3.3 Prisão dos oficiais da fragata Forte

¹²⁸Diário do Rio de Janeiro 17-11-61

¹²⁹Diário do Rio de Janeiro 08-11-61 ¹⁴⁵

CHRISTIE, William. Op cit.

Na noite de 17 de junho de 1862 três tripulantes da fragata HMS Forte, o capelão George Clemenger, o tenente Eliot Pringle e o aspirante Geoffrey Homby, totalmente à paisana, entraram em conflito com policiais brasileiros no Alto da Tijuca. Após discussão com sentinelas que se encontravam na cabine, houve uma luta corporal e os três oficiais da Marinha britânicas foram presos.

As ações que acarretaram a prisão foram causas de grandes discordâncias entre o governo brasileiro e o inglês. Os depoimentos dos policiais brasileiros e dos oficiais britânicos divergiam frontalmente. O alferes Braz Cupertino de Amaral, em depoimento, disse ter percebido três homens segurando varas de madeira e incomodando os transeuntes. Após uma discussão, o clérigo, visivelmente bêbado, teria tentado agredir Cupertino, que com ajuda de mais dos homens tiveram que usar a força para prender os três oficiais, que se recusaram a dar nomes e patentes.

Clemenger deu outra versão aos fatos que foi publicada no Correio Mercantil apenas em 1863¹³⁰. O capelão que eles e seus companheiros andavam tranquilamente pela Tijuca a fim de pegar o trem das sete horas, quando foram interpelados pelos policiais. Após perguntar em português “O que quer você” foi violentamente agredido com uma baioneta e preso mesmo falando em alto e bom som seu nome e sua patente. Os policiais teriam ainda obrigado os britânicos a caminharem do alto da Tijuca ao centro. O capelão também negava estar bêbado, dando a conta do hotel em que haviam feito a refeição como prova da pouca quantidade de álcool que ingeriram.

O dono do hotel em que os ingleses fizeram a refeição, Robert Bennet, afirmou em seu depoimento que os três homens haviam bebido três garrafas de vinho e meia garrafa de conhaque e que não saberia dizer se os oficiais continuaram ou não a beber durante o trajeto de volta até o encontro com os policiais.

Um dos depoimentos mais decisivos para que o governo brasileiro não aceitasse as reclamações posteriores de Christie foi dado pelo austríaco Rodolph Muller,¹⁴⁷ que serviu como intérprete para a conversa entre brasileiros e ingleses. Para Muller, estava claro que os oficiais britânicos não estavam em seu “juízo normal” e que o clérigo parecia ser o mais afetado. Além disso, o austríaco afirmou que explicou aos detidos os motivos da prisão e que eles em nenhum momento da noite falaram seus nomes ou patentes.

¹³⁰Correio Mercantil 03/01/1863

Apesar da prisão de três oficiais britânicos não ser algo que possa ser considerado corriqueiro, não parece haver muitas dúvidas de que o tamanho que o caso tomou tem muito mais a ver com a delicada relação entre os países do que realmente com o encarceramento propriamente dito.

As intensas reclamações de Christie, que tomou como verdade absoluta os depoimentos dos britânicos, não foram amplamente divulgadas durante os meses de junho e julho de 1862. Da mesma maneira que o caso do naufrágio do Prince of Wales, os impressos deram mais enfoque aos casos após o bloqueio dos portos.

Em 1862, apenas comentários mais genéricos foram feitos na imprensa. Da mesma maneira que o caso do marinheiro brasileiro, os jornais trabalharam mais como apaziguadores do que como acusadores e trataram o caso como um infeliz incidente que em nada abalaria a relação entre países.¹³¹

Já no dia primeiro do ano de 1863, os jornais Correio Mercantil, Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro, A Actualidade, O Constitucional e a Patria publicaram grande parte da correspondência entre Christie e o Marques de Abrantes, entre elas cartas que tratavam das prisões. O Actualidade, por exemplo, cita as palavras de Christie em uma das cartas¹⁴⁹, que acusa a polícia brasileira de fabricar uma acusação “perseverante e decidida falsidade” e culpa o “governo imperial pelo ultraje que os três oficiais foram vítimas”. O Actualidade em tom de ironia pergunta se Christie não acharia justo com toda sua descortesia que o nome do marques de Abrantes fosse riscado dos senadores do império.¹³²

O Actualidade de 3 de janeiro amplia o debate sobre o caso dos oficiais presos, ao trazer um memorando feito pelo governo brasileiro sobre o caso, que também foi publicado em outros jornais. O memorando faz uma espécie de acareação entre os depoimentos dos policiais brasileiros e dos ingleses. Para o jornal, a disparidade entre os relatos impossibilitaria de se conhecer a verdade se não fossem os relatos de “parte desinteressada”, os senhores Bennet e Muller que se aproximavam muito mais da versão dos policiais do que dos britânicos. Diferente do caso do naufrágio em que o jornal faz certas concessões aos pedidos de Christie, a folha defende o trabalho do corpo policial inteiramente.

¹³¹Diário do Rio de Janeiro 01/08/1862 ¹⁴⁹ CHRISTIE, William. op cit.

¹³²Actualidade 01-01-63

O Constitucional segue a mesma linha do Actualidade. Mesmo com visão política distinta, os jornais concordam na total inocência dos policiais. A edição de primeiro de janeiro traz críticas pesadas ao comportamento de marinheiros ingleses no Brasil;

“Constantemente desembarcam em nossos portos, marinheiros e oficiais ingleses, que se entregam ao vício da embriaguez e constantemente a polícia tem cumprido seu dever, acautelando-os de alguns acidentes. Christie julga comprometida a honra da bandeira da sua nação, a ponto de a supor afrontada...Quem poderia crer?”¹³³

O Diário do Rio de Janeiro, Correio Mercantil e Jornal do Commercio foram um pouco mais comedidos ao falar sobre o caso, mas consideraram os pedidos de Christie sobre o caso forte como “injustos” e “ultrajantes”¹⁵². Assim como os outros jornais de grande circulação da Corte, publicaram a correspondência entre Abrantes e Christie.

Os acontecimentos ocorridos durante os anos de 1861 e 1862 envolvendo ingleses e brasileiros tiveram intensa cobertura da imprensa a partir da primeira semana de 1863. O caso do naufrágio do Prince of Walles e a prisão dos oficiais da fragata forte foram contados até a exaustão, com publicação de relatórios policiais e correspondências de indivíduos envolvidos no caso. Não causa estranheza que tais eventos tenham entrado para historiografia como pertencentes a um crescente acirramento dos ânimos que acarretou no clímax do cerceamento do porto do Rio de Janeiro.

Um minucioso trabalho de pesquisa pelos jornais, mostra que aparentemente, os casos não tiveram tanta importância na época em que ocorreram e suas consequências imediatas foram ampliadas apenas para que o cerco pudesse ser explicado. O caso do marinheiro brasileiro morto, relativamente esquecido como parte do conflito entre os dois países, parece corroborar com isso.

Apesar do caso ter tido uma considerável publicidade em comparação com o naufrágio e prisão, não foi escolhido pela historiografia como uma “parte” da posteriormente nomeada questão Christie. Diferentemente dos outros acontecimentos em que a Inglaterra cobrava uma atitude do governo brasileiro, o caso do conflito na Bahia de Guanabara foi usado principalmente como um sinal de fraqueza do ministério conservador.

¹³³Constitucional 01-01-63 ¹⁵² Diário do Rio de Janeiro 03-01-63 e Correio Mercantil 04-01-63

A relação entre Brasil e Inglaterra não era a mais amigável nos primeiros anos da década de sessenta do século XIX, principalmente no que se referia ao posicionamento dos países sobre escravidão. A busca de um tratado comercial também não deve ser esquecida, além da pouca simpatia geral que o governo britânico causava entre os brasileiros, desde de antes da independência.¹³⁴ Mas o fechamento do porto foi um ponto totalmente fora da curva de normalidade que pautava as relações diplomáticas entre os dois países e diferentemente dos eventos anteriores, consideravelmente menores, causou grandes consequências.

Os boatos que um conflito com a Inglaterra poderia ocorrer, foram noticiados apenas nos últimos dias de dezembro de 1862. No *Actualidade* de 30 de dezembro, foi divulgado que os oficiais da Marinha brasileira estavam dormindo a bordo dos navios desde de o dia 27 de dezembro e que Christie havia dado um ultimato cujo o prazo já havia acabado. As exigências do diplomata inglês foram descritas no impresso de uma maneira mais geral, sem grande detalhamento, mostrando que a urgência das demandas inglesas não parecia ser conhecida pelo público em geral.

O *Constitucional* de 31 de dezembro também cita a propagação de boatos sobre o conflito com a Inglaterra e critica o governo progressista pela falta de informação sobre o caso, estando a população “na mais absoluta ignorância”. Os dois impressos, tendo visões políticas opostas, viam a questão da mesma maneira em dois pontos a população deveria ser informada sobre o caso e que o principal culpado para a eminente crise seria Christie e seu gênio belicoso.

Os jornais de maior circulação, entre eles o *Diario do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil* citaram as exigências inglesas, mas em nenhum momento acharam dignas de ser a principal notícia da primeira folha. As coisas iriam mudar somente após a movimentação da Marinha inglesa no ocaso do ano de 1862.

Na tarde do dia 30, o vapor de guerra HMS *Stromboli* partiu do porto da cidade do Rio de Janeiro. Na manhã seguinte foi a vez do HMS *Curlew* desatracar. Conforme instruções do almirante Warren, os navios de guerra britânica iriam abordar navios brasileiros e impedir a livre saída do porto para pressionar o governo a cumprir as exigências de William Christie em nome da coroa britânica.

¹³⁴ MANCHESTER, Alan. Op cit. Pp 120

O Almirante Warren deu ordens para que os demais navios de sua frota fossem espalhados pelos principais portos brasileiros. Assim, o Sattelite foi enviado para a Bahia, o Dotterel para o Rio Grande do Sul e um terceiro para Pernambuco. Dessa maneira a Royal Navy estaria se precavendo caso o conflito se intensificasse e se espalhasse por outras províncias do país.

Não houve nenhuma batalha marítima. A frota brasileira era dividida em três unidades ou divisões. A primeira defendia a capital do Império, enquanto as outras duas eram divididas entre as outras províncias do Nordeste e do Norte. A chance de uma batalha acabar com o resultado favorável para o Império brasileiro eram bastante reduzida.

A cidade do Rio de Janeiro, possuía apenas quatro embarcações que contavam com material bélico no começo de 1863. A Corveta Bahiana era a única bem equipada com 21 canhões, e os barcos a vapor Paraense, Jequitinhonha e Maracanã, contavam todos com apenas um canhão a bordo. O maior navio brasileiro, a fragata Constituição com seus 33 canhões, estava avariado e sem condição de navegar¹³⁵

Não há informações precisas sobre a quantidade de navios ingleses sob as ordens do Almirante Warren. Sabe-se que a já famosa e infame, pelo menos para os habitantes da cidade, fragata HMS Forte possuía 51 canhões e que pelo menos outros quatro navios de menor porte tinham sido avistados próximos a costa brasileira.

Mesmo com a dificuldade de obter informações dos navios ingleses, pode-se dizer que o poder bélico próximo ao porto do Rio de Janeiro não era tão assustador como se supunha na Corte. Os encouraçados ingleses, os navios mais poderosos da Marinha britânica, não se encontravam na costa americana e os navios que aqui se encontravam eram antigos, quase obsoletos, com a exceção do HMS Forte. Entretanto uma batalha parecia estar fora de cogitação. Mesmo com a força Marinha diminuta, uma única fragata inglesa ainda possuía mais poder bélico do que todos os navios brasileiros que estariam prontos para o combate.

Ao todo, cinco embarcações foram capturadas: o vapor Paraíba, o patacho Chaves, as sumacas Áurea e Senhora do Carmo e o palhaborde Trinta e Um de Outubro. As mesmas foram enviadas para a baía das Palmas e ficaram sob a guarda do comandante Forbes do HMS Curlew.

¹³⁵ MAIA, Prado. História Naval brasileira. Ed da Marinha, Brasília, 1982

A confirmação do apresamento dos navios brasileiro ainda no primeiro dia do ano de 1863 fez explodir uma onda de indignação entre os habitantes do Rio de Janeiro. Segundo o próprio Christie, tamanha comoção não havia sido vista no Corte desde a promulgação do Bill Aberdeen.

A questão anglo-brasileira, nome dado pelo conflito na época, foi a notícia de primeira página durante todas as primeiras semanas do ano, todas direcionadas de alguma maneira à figura pessoal do ministro britânico. Algumas histórias supostamente ocorridas em anos anteriores, foram convenientemente lembradas, como a briga de Christie com o Webb, o diplomata americano, ou conflitos que o inglês teria provocado em Buenos Aires durante sua estadia como representante inglês no país. Tais casos não haviam sido alvo da imprensa brasileira quando ocorreram mas existem algumas possibilidades podem ser listadas para explicar a escolha do momento em que essas histórias vieram à tona.

A primeira é que as histórias não surgiram antes porque foram realmente inventadas posteriormente ao fechamento do porto, para intensificar a imagem de Christie como vilão. O principal defensor dessa tese, é o próprio Christie, que em carta para lord Russel, reclama de uma campanha difamatória feita pelos jornais.¹³⁶

A outra possibilidade, é que o silêncio sobre as enérgicas atitudes de Christie foi proposital e diplomático. Os jornais não eram, como até hoje não o são, corpos independentes da sociedade, sem capacidade de se influenciar e ser influenciado. O Jornal do Commercio e o Diário do Rio de Janeiro eram impressos com estreitas ligações com o governo. Outros impressos como A Actualidade e o Constitucional apesar de mais violentos nas críticas, possuíam entre seus editores e jornalistas, muitos políticos influentes.¹³⁷ Um embate direto contra uma diplomata inglês não seria bom politicamente, e portanto, evitado. Mas essa estratégia, se verdadeira, parece ter sido completamente esquecida na virada do ano de 1862 e 1863.

O Actualidade de primeiro de janeiro, chama a atenção em uma das suas manchetes para a “ignorância de Christie” O jornal ataca Christie dizendo que o inglês, apesar de ser um homem da lei, não pareceu ter tempo para atender as distinções que nessa matéria “faz os

¹³⁶ CHRISTIE, William. Op cit

¹³⁷ Entre os muitos políticos pode-se destacar Torres Homem e Pedro de Calasans no Constitucional e Teófilo Otoni no Actualidade.

direitos de gente” A mesma edição traz a notícia de uma manifestação feita por 700 pessoas que exigia a entrega de passaporte do ministro inglês. O Actualidade também faz críticas a maneira como Christie se expressava, o que, segundo o jornal, mostra falta de cortesia e de domínio da língua.

O Diario do Rio de Janeiro publicou que Christie procedia com violência e má fé, com infantil inconseqüência. O impresso, mostrando que o foco das críticas era apenas o ministro inglês, fez questão de destacar que Christie não merecia o “beneplácito dos eminentes estadistas da grã Bretanha”¹³⁸.

O Correio Mercantil do primeiro dia do ano acusa Christie e o Almirante Warren de usarem de pretextos para arrancar do Brasil um novo tratado comercial. Um pouco diferente de outros jornais, o Correio Mercantil não parecia, pelo menos em um primeiro momento, disposto a colocar em Christie toda a culpa pelo conflito. Ao contrário, o jornal relembra o bill aberdeen como “atentorio para um povo que se diz o protetor das nações livres.”¹³⁹

O Constitucional segue linha parecida a maior parte dos jornais. Apresenta Christie como alguém isolado diplomaticamente, até mesmo dos seus concidadãos que habitam a cidade do Rio de Janeiro. O impresso defende que Christie quer se “celebrizar” as custas do império brasileiro, e “o fará, se assim o deixarem.”¹⁵⁹

Christie em si, não sentia-se seguro pelas ruas do Rio de Janeiro. Apesar do Actualidade declarar a prepotência do embaixador ao andar pelas ruas de Botafogo sem nenhum constrangimento.¹⁶⁰, Christie temia por sua vida, ao se tomar por verdade o que escrevia em suas cartas para Lorde Russel e o Foreign Office. Dizia que ameaças contra sua vida eram comuns e que um ataque a casa onde funciona o consulado era possível, já que o local havia sido cercado por uma multidão ameaçadora.¹⁴⁰ Em carta a Lord Russel, deixou claro que

¹³⁸ Diario 05-01-63

¹³⁹ Correio Mercantil 04-01-63 ¹⁵⁹

O Constitucional 09-01-63 ¹⁶⁰

Actualidade 07-01-63

¹⁴⁰ As notícias sobre as represálias iminentes causaram grande tumulto na cidade. Fizeram-se discursos na Bolsa de Mercadorias. Christie recebeu notas ameaçadoras, o Governo Brasileiro colocou guardas na sua residência, e ele temia sair à rua. Ao se saber das primeiras represálias a comoção foi ainda maior. In.GRAHAM.Richard. Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Grã Bretanha em 1863 .Revista da Usp.1973

considerava provável um represália contra sua casa e não considerava que os guardas brasileiros em sua porta fossem garantir sua segurança.

Um panfleto assinado por “um brasileiro” mostra, com menos amarras do que um impresso, o desejo de vingança de alguns. O texto, que infelizmente não foi encontrado em sua forma original, tem parte transcrita pelo liberal e combativo *Actualidade*, que em uma edição, usando as palavras do panfleto, pergunta se Christie "autor de toda nossa vergonha e humilhação, não se acha no interior desta mesma cidade e não passeia sobranceiro e tranquilo por onde quer?"¹⁴¹

Percebe-se uma mudança no tom de Christie. Christie escreveu a Abrantes que estava pronto, “a considerar qualquer proposta razoável como, por exemplo, entregar-se todas as questões em disputa a um árbitro imparcial” O abrandamento do discurso de embaixador inglês torna-se claro. Seja por ter notado que a situação saiu de controle ou apenas por estratégia argumentativa, Christie tornou-se mais ameno nas palavras e exigências. A sugestão de arbitramento por um terceiro imparcial, feita logo após o bloqueio do porto do Rio de Janeiro, não havia sido feita nas longas cartas trocadas em dezembro entre ele e o governo brasileiro.

Quando *Stromboli*, navio que participou do apresamento, retornou ao porto do Rio de Janeiro no dia 4 de janeiro de 1863 trazendo a tripulação e os passageiros dos barcos aprisionados, a chance de um conflito foi grande, pois dezenas de pessoas esperavam o desembarque e o desfecho da crise ainda não estava certo. Como retrata o quadro Vitor Meireles, (Figura 1) no dia 4, uma multidão se reuniu no Paço Imperial, dando vivas ao Imperador e protestando contra as ações inglesas.¹⁶³

¹⁴¹ *Actualidade* 06-01-1863 ¹⁶³
Actualidade 07-01-63



Figura 1: Pintura de Vitor Meireles – D. Pedro no Paço

Ainda no dia 3 de janeiro, reuniram-se para traçar uma nota que fosse aceitável para ambas as partes. Christie tinha boas relações com o barão de Mauá e relações cordiais com Abrantes e provavelmente o clima hostil convenceu o inglês da importância de um rápido desfecho. O secretário particular de Abrantes e Christie trabalharam na elaboração de um memorando que serviu como minuta de um acordo. O Brasil concordou em pagar sob protesto o que o governo inglês exigia no caso do Prince of Wales e escolheu levar o assunto Forte ao arbitramento. O governo inglês estava livre de aceitar ou rejeitar o que seu representante e os brasileiros elaborassem.

Algumas estratégias argumentativas existentes desde o Antigo Regime foram usadas nesse conflito. Como a figura do soberano era considerada sagrada e inviolável, uma das maneiras menos arriscadas de criticar o governo era direcionar os erros de administração a ministros e conselheiros, que muitas vezes enganavam ou não obedeciam às ordens do sempre competente e honesto mandatário. Mesmo em momentos de grande excitação política, como no contexto da independência, da abdicação ou de revoltas, principalmente no período regencial, a figura do imperador foi preservada, com exceções pontuais. Obviamente, essa blindagem foi enfraquecida no decorrer do Segundo Reinado com a crescente força do republicanismo e com crise política no parlamento, mas ainda era consideravelmente forte em 1863.

A maneira encontrada pela maior parte da imprensa fluminense para criticar as decisões da coroa britânica foi direcionar as causas do conflito à figura de William Dougal Christie. Sem diminuir a importância do embaixador inglês no contexto, tal manobra, a de personificar o inimigo na figura de um homem, mostra a total consciência da imprensa fluminense da disparidade de forças entre os dois impérios e uma tentativa de não piorar a situação brasileira perante a força bélica britânica.

Não se pode ignorar entretanto, que nos primeiros dias após o aprisionamento dos navios, os jornais foram bastante virulentos em relação a Inglaterra. Talvez o momento tenso tenha descortinado uma já conhecida anglofobia, que, segundo Graham, era uma característica herdada dos colonizadores portugueses. O Diário do dia 3 afirma não ter muita de esperança que o governo britânico reprovasse a conduta de Christie.¹⁴² Apesar de tal opinião demonstrar que o jornal considerava que o diplomata inglês tinha agido por conta própria, o jornal deixa claro o descontentamento pela maneira como a Inglaterra trata os países menos poderosos.

O Actualidade vai ainda mais longe. Não obstante tecer pesadas críticas ao ministro pleno inglês, o jornal considera um erro jogar toda a responsabilidade sobre seus ombros; “Pura ilusão! A violência que sofremos já estava há tempos sendo meditada nos conselhos da Inglaterra. A intervenção francesa no México...fizeram ciúmes a Grã Bretanha.”¹⁶⁵

O Actualidade projeta até mesmo uma possível guerra, pois, em um prognóstico sombrio, não acreditava que a intenção inglesa era pacífica. Para o jornal, a única maneira da Inglaterra atacar o país era pela a guerra no mar, pois um ataque por terra seria prontamente combatido pela população do Rio, Salvador ou Recife. O jornal também procura invocar coragem nos potenciais combatentes brasileiros, ao citar o ano de 1810, “ano que os ingleses não conseguiram dobrar os argentinos”¹⁶⁶. O jornal chega a propor a mudança temporária da capital para o interior do país, além de afirmar a importância de se conservar as plantações de café do Vale do Paraíba. O jornal buscava obviamente, dar confiança a sociedade da Corte, acabando o texto com a corajosa afirmação “Os ingleses hão de perder mais que nós nessa luta. Viva a dignidade nacional!”¹⁶⁷

¹⁴² Diário do Rio de Janeiro 03/01/1863

A edição de 5 de janeiro é ainda mais raivosa. Chama a Inglaterra de nação de mercadores, e considera antigos governos brasileiros, provavelmente os conservadores, como traidores da pátria por se sujeitarem a um país sem generosidade.

Mas mesmo o *Actualidade* não se furtou em dar a Christie um grande destaque, principalmente com o decorrer da questão, deixando acusações contra o governo inglês em um segundo plano. A partir da edição de 6 de janeiro, data que a guerra já parecia menos provável, o diplomata se tornou o centro das atenções. Além de contar histórias sobre o passado do inglês, o jornal ironicamente informa que o quarto que serviu de moradia para o diplomata havia sido anteriormente de um ministro prussiano que havia enlouquecido e transferido para um hospício. “Será essa o futuro de Christie”¹⁶⁸

O caminho escolhido foi retratar o embaixador inglês como alguém fora da realidade, com uma gana desenfreada por poder e conhecimento. Curiosamente, alguns adjetivos usados

¹⁶⁵ *Actualidade* 04\01\1863

¹⁶⁶ *Idem*¹⁶⁷

Idem

¹⁶⁸ *Actualidade* 06\01\63

pelo próprio Christie para explicar os problemas brasileiros, são usados pelos impressos para acusa-lo de ser pouco civilizado, pelo seu passado como diplomata na América Central.¹⁴³

Além dos jornais anteriormente citados, *A Semana ilustrada*, periódico com grande vendagem dentro da Corte, também mergulhou no conflito anglo-brasileiro. O impresso, que era produzido em oito folhas pequenas, possuía como diferencial as criativas ilustrações que reproduziam os acontecimentos da semana. Assim a *Semana Ilustrada* nas primeiras semanas do ano de 1863 deu bastante atenção a figura de Christie e a “covardia” britânica. Uma dessas caricaturas mostra o diplomata em pé sobre um suporte escrito “Fluid gun powder”¹⁴⁴. E, em seguida, a frase: “Para ti, W.D.C. 36^o”. Christie segura uma bomba como um pavio aceso e se dirige a um grupo de pessoas, algumas com sacos de dinheiro.¹⁴⁵(FIGURA 2)

Embaixo existe um texto, representando o diálogo entre Christie e o povo brasileiro, mostrando a arrogância e o poder do inglês.

¹⁴³ MENDONÇA, Renato. *Op cit*

¹⁴⁴ Pode ser traduzido como “poder de fogo fluido”

¹⁴⁵ *Semana Ilustrada* 21/01/1863

“– Christie audi nos... – Si, yes, mim agora ouve povo brasileiro, porque vi ter razão e fala direito, e conhece que mim gosta mais de nota de banco que de nota diplomática. Se vossê [sic] fala sempre comiga assim, eu estar sempre sua amiga de vossê, porque mim não gosta de briga. Escuta: outro dia Jonatas manda mim plantar batata, e eu responde manda Jonatas plantar algodão: Jonatas fica furiosa e quer logo briga comiga: mas John Bull correr para Petropole, tomar fresca na sua cabeça. Quando pode ouvir tinir dinheiro, John Bull não faz tinir espada.”¹⁴⁶

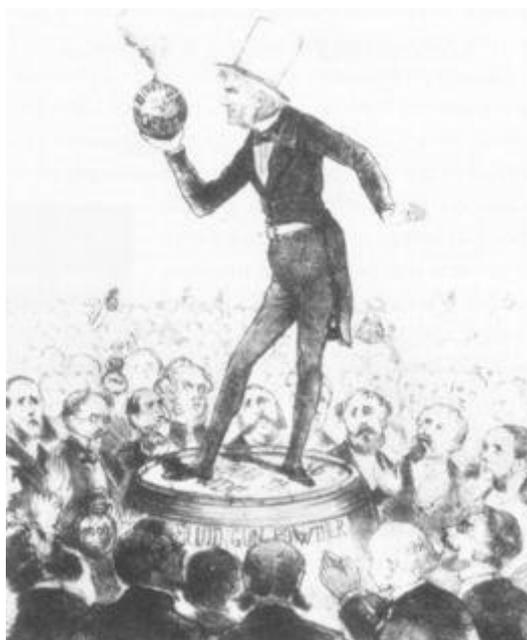


Figura 2: Charge da Semana Illustrada

A edição de 4 de janeiro contém um desenho (ver figura 3) que representa a desigualdade de forças entre os países. A figura apresenta, à esquerda, um jovem índio, representando a nação brasileira, portando arco e flecha, enfrentando, à direita, um militar inglês, portando dois canhões, mostrando documento, com a inscrição: “Ultimatum”. Ao mesmo tempo, mostra a coragem brasileira e uma legenda que procura fortalecer o Brasil e intensificar possíveis perdas comerciais inglesas:

Mister John tome cuidado
Não me faça aqui banzé –
Já ficou sem algodão
Agora fica sem o café –

¹⁴⁶ Idem

Na edição 111, de 25 de janeiro, é publicada uma imagem de um marinheiro inglês, possivelmente o próprio Christie com um pé na Europa e um pé no Brasil (Figura 4). Segundo Angela Teles, na charge em questão destacam-se:

“no primeiro plano, perna estendida de marinheiro inglês, com diminutas flechas, sobre território brasileiro. O marinheiro inglês está representado por uma figura híbrida, corpo humano e cabeça de leão, animal emblemático de identidade da nação britânica. As flechas, por sua vez, simbolizam a nação brasileira, armas dos índios, que representados em proporções diminutas em relação à gigantesca figura leonina, representativa da nação britânica, que foi atingida ao ousar estender o seu domínio aquele território do outro lado do Atlântico, habitado por valentes guerreiros.”¹⁴⁷



Figura 3: Charge da Semana Illustrada

A diferença de tamanho, entre as pequenas flechas e o gigante inglês, novamente simboliza a disparidade de forças entre os dois países. E mais uma vez, ganha destaque a coragem dos brasileiros que enfrentam um inimigo mais poderoso. A charge possui uma legenda que procura ressaltar essa coragem e a ganância inglesa:

In illo tempore dixit [Naquele tempo disse] Christie os seus patrícios: Desejando dar-vos que comer, eu estendi uma perna desde a Inglaterra até o Brasil, onde consegui pôr o pé: mas Infelizmente uma chuva de flechas

¹⁴⁷ TELLES, Angela. Desenhando a nação. Revistas ilustrada no Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: Funag, 2010

lançadas pelos caboclos Me fizeram mais que depressa desocupar o ponto.¹⁴⁸



Figura 4: Charge da Semana Illustrada

As divergências políticas, entretanto, não são claramente vistas nos diferentes impressos nos primeiros dias do ano de 1863. Todos os jornais pesquisados, tanto os liberais quanto os conservadores pediam a união de todos os brasileiros e elogiavam a postura do império e principalmente o povo brasileiro perante a agressão britânica. De novo a Semana Illustrada usa o humor, para interpretar os acontecimentos do país. A capa do periódico no último dia de janeiro mostra um leão, representando a Inglaterra enfrentando em uma briga o Moleque, um garoto negro personagem sempre presente na revista (FIGURA 5). A legenda afirma que o leão queria dar uma dentada no Moleque, mas teve medo. E o medo podia fazer sua cova¹⁴⁹

O Diário de três de janeiro elogia o comportamento da monarquia brasileira. “A atitude franca e enérgica tomada pelo governo brasileiro tem satisfeito até agora os brios nacionais.” Dois dias depois, em um texto patriótico, antibritânico e conclamando o povo brasileiro a se preparar para a guerra, independente da “cor ou política”, o jornal pede ao governo que não esmoreça e continue defendendo o Império. No dia 6, o impresso conclama

¹⁴⁸ Semana ilustrada 07-01-63

¹⁴⁹ Semana Illustra 31/01/1863

que da mesma maneira “que o imperador e seu governo podem contar com a força do povo, o povo pode contar com o seu monarca”.



Figura 5: Charge da Semana Illustrada

Em nenhum dos jornais brasileiro estudado, foi encontrada alguma notícia sobre ataques a ingleses resistentes na Corte. Houve no máximo, notícias sobre um plano de boicote de produtos ingleses e recusa de papéis britânicos nos bancos brasileiros.¹⁵⁰ Ao contrário, os jornais eram unânimes em mostrar a civilidade e bondade do povo brasileiro, que respondia com cordialidade a vil agressão de Christie, ao não agredir e nem depredar posses dos comerciantes ingleses, abundantes na cidade.¹⁵¹

¹⁵⁰Correio Mercantil 07-01-63

¹⁵¹ Idem

Existe um jornal estrangeiro, porém, que noticiou¹⁵² um curioso conflito. O New York Times afirma em uma reportagem publica em fevereiro de 1863, que a indignação brasileira foi tamanha, que holandeses que morava na cidade do Rio de Janeiro foram agredidos ao serem confundidos com ingleses. Entretanto essa foi a única notícia envolvendo agressões encontrada.

A não existência de casos documentados em jornais de agressões e brigas entre brasileiros e ingleses, que contraria boa parte da historiografia sobre o assunto¹⁵³, pode ser explicado de algumas maneiras. A mais óbvia é que os casos não foram documentados porque eles realmente não aconteceram e a notícia do New York Times fora fundada apenas em um boato. Nesse caso, haveria um exagero historiográfico segundo o qual as passeatas e discursos contra a Inglaterra foram confundidos com ataques e agressões. Com a exceção óbvia de Mr Christie, considerada persona non grata, os outros súditos de sua majestade não teriam tido maiores problemas com o clima tenso entre os governos dos dois países

A opinião de alguns comerciantes ingleses, presentes nas páginas dos jornais, corrobora essa visão. A opinião desses ingleses era que o diplomata inglês havia agido com irresponsabilidade e não recebia nenhum apoio de outros britânicos moradores da cidade do Rio de Janeiro¹⁵⁴. O próprio Christie confirma tal posição ao afirmar no “Notes about the Brazilian Question” que não havia motivos plausíveis para que os negociantes terem se alinhado ao Brasil e de esnobarem a “proteção”

“English merchants in Brazil need the strong arm of their government to protect them. None know better than the traders of Manchester and Liverpool, or at any rate than their agents and correspondents in Brazil, that fear is the only effectual security for justice, and that the British navy is the right arm of British merchants”¹⁵⁵

¹⁵² New York Times 08/02/1863 em http://spiderbites.nytimes.com/free_1863/articles_1863_02_00000.html

¹⁵³ Obras de Sergio Buarque de Holanda e Renato Mendonça por exemplo, citam brigas e ofensas contra ingleses durante o bloqueio do porto.

¹⁵⁴Diario do Rio de Janeiro 08-01-63

¹⁵⁵ “Os comerciantes ingleses no Brasil precisam do braço forte do seu governo para protegê-los . Ninguém sabe melhor do que os comerciantes de Manchester e Liverpool, com seus agentes e correspondentes no Brasil, que o medo é a única segurança efetiva para a justiça , e que a Marinha britânica é o braço direito dos comerciantes britânicos” Tradução nossa in CHRISTIE, William. Op cit pag 10

Entretanto, cartas trocadas por membros do alto escalão do governo brasileiro tornam importante o questionamento sobre essa suposta paz. Cansação de Sinimbu, ao escrever para o “compadre” e representante brasileiro em Londres, Carvalho Moreira, apresenta um ambiente menos pacífico em comparação com as notícias dos maiores impressos fluminenses¹⁵⁶.

A imagem de um povo civilizado, com cultura e que enfrenta as dificuldades sempre com honra e dignidade foi perseguida pela imprensa desde da época da independência¹⁵⁷. Tal imagem era reforçada para se contrapor a de uma sociedade atrasada, no meio da salva, baseada na escravidão. Tal civilidade, contrastaria com a agressividade desmedida britânica, e ainda um reforço na ideia de que o inimigo não era todo e qualquer inglês, e sim William Dougal Christie

Christie considera-se vítima de um complô, praticado por Sinimbu com a ajuda de Ottoni e Saldanha Marinho do Diário do Rio de Janeiro. Tal complô era uma surpresa para Christie pois teria sido produzido entre adversários políticos. O plano era apresentar o desfecho da questão como uma vitória brasileira e uma derrota humilhante da Inglaterra e de Christie.

Segundo Christie, mr Hollocombe, o cônsul inglês, foi até ele no dia 7 de janeiro, relatando um aumento da hostilidade brasileira contra súditos da rainha. Houve ameaças e xingamentos a comerciantes e principalmente a empregados do consulado. O acirramento de ânimos seria, segundo o diplomata britânico, culpa de Sinimbu, que teria inflado o ego dos brasileiros.

Na versão de Christie, a solução dos problemas foi fornecida por ele, em conversa com o marques de Abrantes, com a exigência de uma mudança nos textos dos jornais, publicação de notas ausentes e da modificação da imagem da Inglaterra como derrotada, algo supostamente aceito prontamente pelo ministro, que também estaria indignado.

Essa indignação não parecia tão veementes na nota do dia 6 de janeiro. Nela, Abrantes apenas contemporiza o uso de algumas expressões nas correspondências oficiais que foram transcritas, alvos de reclamação de Christie. Na nota, o ministro do estrangeiro diz ser

¹⁵⁶ SINIMBU,C (Carta) 8 de abril de 1863.para MOREIRA.C.Londres.

¹⁵⁷ Ver NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e Constitucionais , a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

impossível frear palavras mais fortes em uma situação tão tensa. O marquês, pelo menos nas cartas, não relata nenhuma omissão de correspondência publicadas nos jornais,

Mesmo com o aparente controle da crise, ficou claro que mr Christie não era mais um convidado desejado em terras brasileiras. A pressão popular, mesmo com a dúvida sobre a veracidade das ameaças de morte, aliada com a discordância do governo brasileiro de receber oficialmente o diplomata, fizeram Christie partir em direção a Londres, temendo por sua segurança. Em carta, o ministro diz

“Durante esse período os jornais estiveram ocupados tentando instalar a ideia que o procedimento veio de mim pessoalmente, inventando que o governo de sua majestade era contra a ação. O diário oficial também usava essa linguagem. Houve uma excitação geral contra mim. Fui ameaçado de morte”¹⁵⁸

Sua partida não parece ter sido divulgada com antecedência por motivos de segurança. A precaução parece ter sido uma boa ideia, ao pensar que provavelmente um comitê de despedida não seria para lhe desejar boa viagem.

A *Semana Ilustrada*, parece demonstrar o sentimento da sociedade fluminense perante Christie. Durante todo o conflito, o jornal de Fleuss não se furta em ironizar a figura do diplomata britânico. Durante todo o conflito, o impresso fez questão de fazer várias insinuações sobre um suposto alcoolismo de Christie. Várias ilustrações foram publicadas com a figura de Christie bebendo ou mesmo bêbado.¹⁵⁹

A partida de Christie também foi comemorada pelo jornal. A edição 114, do dia de 25 fevereiro, mostra na capa a figura do Moleque, personagem usual do impresso, junto com outros garotos negros, acenando lenços brancos para um barco que se afastava da Bahia de Guanabara. No navio com a bandeira inglesa encontra-se Christie, indo embora de vez das terras fluminenses. Na legenda, o português é misturado com kimbundu e umbundu, línguas africanas do grupo banto, que pareciam ser conhecidas nas ruas do Rio de Janeiro

Vai-se embora enfadadinho
Sem um adeus me dizer
As saudades que me deixa
Por dez réis posso vender

¹⁵⁸ CHRISTIE, William, op cit. p 42

¹⁵⁹ *Semana Ilustrada* 04-02-63

Uê Cambeta Uarave
Caravê waringá
Lord Cristi com cerveja
Vai batata cúria.

A ida de Christie arrefeceu ainda mais a crise. A imprensa do Rio de Janeiro, entretanto, não pareceu esquecer a facilidade com que a esquadra inglesa cercou o porto da capital do Império brasileiro. O Diário do Rio de Janeiro, o correio mercantil, o Actualidade e o constitucional foram unânimes em considerar o Brasil pouco preparado para um confronto bélico. Durante a primeira semana de janeiro de 1863 e mesmo nos meses posteriores, a imprensa clamou por um maior gasto público em material bélico, principalmente nas fortificações da Corte. A facilidade que a esquadra inglesa teve ao “sequestrar” os navios brasileiros, mostrou a precariedade das defesas brasileiras. O Constitucional afirma que todos os fortes da cidade do Rio de Janeiro contavam apenas com 4 canhões utilizáveis.¹⁶⁰ Assim, a questão Christie aqueceu o debate sobre a importância do fortalecimento da área militar, que iria ser concretizada durante a guerra do Paraguai que começaria em 1865.

Entre as diversas opiniões publicadas pelos jornais, algumas eram virtualmente impossíveis. Um leitor do Correio Mercantil propôs a construção de uma muralha por toda extensão do litoral brasileiro¹⁶¹. A obra, que se fosse realizada seria a maior realização da história da engenharia, serviria para impedir avanços de inimigos estrangeiros. No mesmo Correio Mercantil, foi proposta uma corajosa invasão à Inglaterra, como vingança pelo ataque inglês na costa brasileira.¹⁶²

O empolgado Actualidade, que durante o auge da crise já havia proposto a modificação temporária da capital do país para o interior, conclamava a importância de um exército nacional maior. Segundo as otimistas previsões do impresso, em apenas 2 meses, o país poderia contar com 100 mil soldados apenas no Sul do país. Outra proposta do jornal era armar qualquer brasileiro que tivesse condição de manejar uma arma para que uma invasão estrangeira não pegasse a população de surpresa.

¹⁶⁰ Constitucional 12-01-63

¹⁶¹ Actualidade 12/01/1863

¹⁶² Idem

Outras propostas foram feitas de maneiras mais sóbrias. A compra de vasos de guerra foi sugerida por todos os jornais estudados. O Diário do Rio de Janeiro afirmou que a necessidade de barcos de guerra era óbvia pois no momento do bloqueio ao porto, a capital do império não possuía nenhum barco para defendê-la. O Actualidade previu que a compra ou construção de quatro navios a vapor encouraçado serviriam para defender “o país de qualquer pirata sem caráter.”¹⁸⁹ A folha defendia que cada um desses vasos de guerra fossem espalhados por todo o Brasil, ficando um no Rio Amazonas, um na Bahia, um em Pernambuco e um no Rio de Janeiro. Escolhas

A criação de batalhões patrióticos também foi proposto tanto pelos jornais quanto em cartas de leitores. Segundo o Correio Mercantil foram montados batalhões de voluntários na cidade do Rio de Janeiro, em Niterói, nas províncias de Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará.¹⁹⁰

A navegação de cabotagem também foi mencionada pelos impressos, cuja a finalidade seria a proteção da costa brasileira de ataques de navios e aquecer o comércio entre províncias. A circulação interna das mercadorias constituiu a principal forma de comércio de cabotagem durante o período colonial e uma eventual guerra contra a Inglaterra iria retirar a maior fonte de importação do Império brasileiro. Os jornais propunham que o comércio entre províncias podiam ajudar a prover alguns produtos por todo o Brasil.

Tal afirmação otimista não parecia condizer com a verdade. Mas Renato Marcondes em seu trabalho sobre cabotagem na década de 1860, mostra que os produtos brasileiros possuíam uma boa porcentagem de consumo interno

Alguns produtos tradicionalmente referidos como de exportação, mantinham uma circulação interna por via marítima e sua maior parcela foi consumida internamente, como o açúcar, fumo e couros. Até mesmo o principal produto de exportação do período circulava entre as províncias, perfazendo o seu consumo aparente quase um terço do total. Estes resultados acerca da cabotagem salientam a importância do mercado interno¹⁹¹

¹⁸⁹ Actualidade 11/01/1863

¹⁹¹ MARCONDES, Renato. O mercado brasileiro do século XIX: uma visão por meio do comércio de cabotagem

Além de todas as preocupações envolvendo a defesa nacional, os jornais eram unânimes em destacar a figura de D. Pedro II . O imperador brasileiro era citado quase diariamente pelos jornais, tanto liberais como conservadores, sempre em tom elogioso. A presença do monarca no paço para discursar para a multidão durante a questão anglobrasileiro

Mudanças deveriam ser feitas “na alma e no coração do brasileiro”¹⁶³. Além do fortalecimento bélico, outra preocupação passou a tomar conta dos jornais: a elevação de um sentimento patriótico perante o povo. A necessidade da conceituação do ser brasileiro encontrava um bom momento para florescer. Por um lado, um momento de crise contra uma nação estrangeira e por outro lado um movimento literário crescente na Corte cujo um dos temas centrais era o nacionalismo, o Romantismo. Tais fatores serão de extrema importância para a propagação e consolidação de uma identidade nacional nos anos 1860 e serão discutidos no próximo capítulo.

¹⁶³ Actualidade 25-01-63

CAPÍTULO 4 - Imprensa, literatura e identidade nacional

O fim do bloqueio do Porto foi seguido por novas indagações e preocupações presentes na imprensa. Mudanças deveriam ser feitas “na alma e no coração do brasileiro”¹⁶⁴. Além do fortalecimento bélico, outra preocupação passou a tomar conta dos jornais: a elevação de um sentimento patriótico perante o povo. A necessidade da conceituação do ser brasileiro encontrava um bom momento para florescer.

Os conflitos com a Inglaterra intensificam-se na época desse florescimento do romance nacionalista brasileira. Não parece ser coincidência que romances, peças teatrais e textos líricos tenham refletido essa relação tensa entre os países. Sandra Vasconcelos, em seu trabalho sobre as vertentes inglesas no romance, afirma que os ingleses eram vistos pelos comediógrafos com estereótipos “como a mesquinharia, a avareza e a embriaguez para caracterizar os personagens ingleses que atuam, ainda que secundariamente, em suas tramas”¹⁶⁵. Esse quadro fornece um material de grande interesse para o presente estudo.

Antes de discutir o papel do inglês nessa literatura nacionalista, entretanto, deve-se entender outro componente dessa construção literária. O uso simbólico da figura do indígena para representar o Brasil nas páginas da *Semana Ilustrada*, não foi uma excepcionalidade. Impossível dissociar a produção das imagens do contexto literário da época, no qual o índio aparecia como símbolo romântico de nacionalismo. Não foi por acaso que a *Semana Ilustrada* escolheu um índio pintado por Debret para simbolizar a nação brasileira durante os acontecimentos da Questão Christie. Angela Telles descreve tal figura “A imagem que se destaca no primeiro plano é a do índio guerreiro, que faz parte de um conjunto de pranchas aquareladas por Debret, que integram o seu livro *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, publicado em 1834.”

A legenda é composta pela estrofe VI do verso de Gonçalves Dias, “O Canto do Guerreiro” e um aviso de união entre índios e brancos

Se as matas estrujo
Co os sons do Boré,

¹⁶⁴ Actualidade 25-01-63

¹⁶⁵ Ver obras como *Ingleses na Costa*, de Joaquim José de França Júnior (1864), *Os Dois*, ou o Inglês Maquinista, de Martins Pena (1871) e *A Torre em Concurso*, de Joaquim Manuel de Macedo

Mil arcos se encurvam,
Mil setas lá voam,
Mil gritos reboam,
Mil homens de pé
Eis surgem, respondem
Aos sons do Boré! —
Quem é mais valente,
— Mais forte quem é?

O grão cacique das aldeias dos Índios do Ceará, que ofereceu-se ao presidente da província para marchar a testa das suas tribos no caso de guerra com a Grã-Bretanha, mostra como dará o sinal de combate¹⁹⁵



Figura 6: Charge da Semana Ilustrada

O uso da figura do indígena, que será mais discutido mais adiante, não foi acompanhado pelo uso da figura do negro durante o conflito. A explicação para a exclusão do negro tem uma óbvia ligação com as origens do conflito com a Inglaterra. Mesmo com um nacionalismo baseado na junção de três raças, ainda existia o medo de uma rebelião escrava no país nos moldes Haitianos.

195 Semana Ilustrada 31/01/1863

Segundo Flavio Gomes, o medo não parecia ser totalmente despropositado, pois o medo da elite maranhense de uma revolta escrava durante a Questão Christie era revelado em cartas e em documentos oficiais do governo da província. Segundo o autor uma companhia inglesa que trabalhava nas minas na província, estava persuadindo quilombolas para em caso de guerra entre Brasil e Inglaterra, eles aderissem ao lado britânico, em troca da liberdade¹⁶⁶

Alguns textos publicados nos jornais após a promulgação do bill aberdeen e do bloqueio do porto, procuravam generalizar a raiva da população do Rio de Janeiro em relação à Inglaterra, relatando que todo o povo da cidade, independentemente da cor ou classe social, sentia-se ultrajado pela imposição inglesa. É possível que a propagação das notícias pelas praças e tavernas e a maneira que os impressos censuravam as atitudes ingleses tenham convencido a maior parte da população que o país tivesse sido atacado por uma força estrangeira com pouca relação com o problema da escravidão. Mas o temor de um levante escravo patrocinado ou influenciado pelos ingleses, se foi suprimido durante a Questão Christie, foi mencionado em anos anteriores por jornais liberais em críticas ao governo conservador.¹⁶⁷

Não era apenas nas discussões políticas que a imprensa influenciava e debatia sobre uma construção da identidade nacional. No Brasil, a literatura do século XIX é imprescindivelmente associadas à literatura folhetinesca¹⁶⁸, pois os jornais eram o principal

¹⁶⁶ GOMES, Flávio dos Santos. A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX). São Paulo: Ed. UNESP; Ed. Polis, 2005, p. 190-191

¹⁶⁷ Actualidade 22/07/1862 e Correio Mercantil 05/08/1862

¹⁶⁸ Segundo Meyer, a palavra “folhetim” vem do francês feuilleton, que por sua vez vem de feuille, que significa pequena folha (feuille). Inicialmente o termo feuilleton ou folhetim referia-se genericamente a parte inferior da primeira página, destinada à publicação de textos de entretenimento: piadas, charadas, receitas de cozinha, críticas de peças e de livros, pequenos textos em geral

A partir de 1836 o termo passou a se referir a “romances-folhetim”, ou seja, romances publicados de forma fragmentada em jornais em pleno movimento romântico, ligado à literatura de massa. Foi justamente nesse ano que ocorreu a publicação do primeiro romance-folhetim na França. O romance, de Honoré de Balzac chamava-se *La vieille fille* (“A velha moça”) e foi publicado em doze episódios no jornal *La Presse* de Émile de Girardin.”

No caso brasileiro todos os romances da época passaram a ser publicados nos jornais ou revistas na forma de folhetim antes da sua publicação em volume, conforme o sucesso obtido na primeira tiragem em folhetim. Apesar disso o termo “romance-folhetim” passou a ter uma conotação negativa ao se referir especificamente ao subgênero de romance com elementos melodramáticos e golpes de teatro e com uma conotação bastante pejorativa. Seriam o que Meyer chamou “folhetins folhetinescos” propriamente ditos

meio de meios de publicação da produção literária da época, isso pode ser explicado pela falta de editoras especializadas em publicação de livros.

Segundo Marlyse Meyer¹⁶⁹, o primeiro romance-folhetim a ser publicado no Brasil foi O capitão Paulo, de Alexandre Dumas, em 1838. A maioria quase absoluta de folhetins publicados na década de 1840 era formada por romance e novelas francesas e em menor escala inglesas. Para Meyer, o sucesso do seguimento veio “finalmente, chegam ao rodapé, em português, o tão esperado Mistérios de Paris. A data é 1º de setembro de 1844.”¹⁷⁰

Justiniano José da Rocha, que foi o tradutor desse romance e de muitos outros em língua francesa, conseguiu emplacar alguns romances próprios, no que foi seguido por outros autores brasileiros. Como afirma José Ramos Tinhorão “de fato, embora a maioria dos historiadores da literatura brasileira não chegue a mencionar essa circunstância, é do romance de folhetim que se originam as principais características da técnica do romance no Brasil”¹⁷¹

O espaço conseguido pelos escritores na imprensa a partir de 1850 criou condições para o rápido desenvolvimento de literatura romântica. Os escritores encontraram um clima propício para a elaboração de uma literatura nova que apesar de possuir clara inspiração na literatura europeia, principalmente a francesa, era fervorosamente nacionalista e preocupada com a legitimação de um passado compartilhado por todos os brasileiros. O fervor patriótico era transformado em práticas de uma construção do ser brasileiro. O resultado foi o aparecimento e a consolidação de uma escrita ficcional nacionalista presa a temas e motivos brasileiros.

E nessa linha folhetinesca, enquadram-se romances de Joaquim Manuel de Macedo, Bernardo Guimarães, José de Alencar entre outros. O tom nacionalista da maioria das obras não passou despercebido nem mesmo pela crítica da época. Machado de Assis escreve “Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade.”¹⁷²

¹⁶⁹ MEYER, Marlyse. Folhetim. Uma história. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.

¹⁷⁰ Idem

¹⁷¹ TINHORÃO, José Ramos. Os romances em folhetins no Brasil: 1830 à atualidade. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

¹⁷² ASSIS, Machado de. Machado de Assis: crítica, notícia da atual literatura brasileira. São Paulo: Agir, 1959. p. 28

Gonçalves de Magalhães foi um dos escritores que encabeçaram essa primeira fase romântica, a qual ficaria conhecida como nacionalista graças ao espírito ufanista. Em 1856 escreveu a “Confederação dos Tamoios” obra que catapultou a figura do índio como, “independência espiritual, política, social e literária” da nação recém-emancipada.¹⁷³¹⁷⁴ Em um paralelo com a Antiguidade clássica, o autor louvou antepassados indígenas como se fossem heróis gregos em um mundo tropical no momento de contato com o colonizador. Segundo Afranio Coutinho, o próprio Magalhães afirmava que "A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e aclimatada no Brasil"

204

A importância de Magalhães passa por seu protagonismo em um projeto de nação que ia ao encontro do desejo do Imperador. D. Pedro II parecia ter o escritor em alta conta, cedendo comendas para Magalhães e patrocinando sua obra. A coroa incentivava intelectuais em geral e a fundação da IHGB mostra uma preocupação estatal de uma construção de uma história nacional. Isso torna óbvio a relação direta entre a formação de um projeto civilizacional e as produções literárias. Ricardo Salles afirma:

Importante ressaltar é que, mais que mitos de uma escola artística e literária foram e são mitos relativos á formação da própria nacionalidade e do que poderíamos chamar de um ‘projeto brasileiro’, expressão de uma certa vocação nacional protagonizada pelo Estado-Nação. Trata-se de mitos de formação na medida em que corresponderam historicamente à constituição desta “entidade” Brasil enquanto superação e resgate de seu passado colonial e constituição de uma formação social, política, cultural e ideologicamente autônoma¹⁷⁵

As raízes de uma literatura focada na idealização do índio, propagadora do mito do homem natural, vinham de romances e poemas do século VIII, bem antes da independência. Poemas como “O Uruguay” de Basílio da Gama, de 1769 e “O Caramuru” de Santa Rita Durão, de 1781, já possuíam essa enfoque, recuperado pelo romantismo já no século XIX.

¹⁷³ COUTINHO, Afrânio. A literatura no Brasil: Era romântica. 6.ed. São Paulo: Global, 2002, p.24.

¹⁷⁴ Idem

¹⁷⁵ SALLES, Ricardo. Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: TopBooks, 1996.

É interessante notar que mesmo o indianismo não teve apenas uma vertente no Brasil. A visão de Magalhães de uma construção de um passado nacional empurra a figura positiva do índio para um mito fundador da sociedade brasileira e o oblitera da realidade do país em meados do século XIX. Tal visão foi rechaçada por uma série de cartas publicadas no Diário do Rio de Janeiro em junho de 1856. O crítico, que possuía o pseudônimo de Ig, não era ninguém menos que José de Alencar.

As críticas de Alencar não são focadas apenas na figura idílica do índio. Existem críticas a forma e o conteúdo dos versos, mas principalmente uma oposição de pensamentos sobre a relação entre a literatura e a identidade nacional. Os índios não deveriam ser vistos como heróis clássicos e sim como uma parte da cosmogonia nacional. A ideia de mistura de raças era intensificada, mas ao mesmo tempo a civilização moderna era vista como o destino final do país.

É interessante observar também que a adoção do indígena como elemento figurativo da identidade nacional é um fenômeno que na América Latina teve o Brasil como maior expoente. Os romantismos latino-americanos, bastante ocupados também de dar forma aos estados nacionais a que se vinculavam de forma geral apresentavam os nativos do continente como selvagens e inimigos. Textos românticos clássicos argentinos, como o poema épico *La cautiva*¹⁷⁶ de Esteban Echeverría, associam o indígena a outro elemento também proveniente do romantismo europeu: o macabro. Observa-se assim que os arquétipos importados do romantismo europeu foram assimilados de maneira bastante particular na América Latina.

Em 1857, Alencar lança em forma de folhetins *O Guarany*, romance considerado um dos maiores representantes do indianismo. A trama contava a história de Pery, um nobre índio brasileiro, e Cecília, uma bela moça que descendia de europeus. O vilão do romance era italiano e não inglês, mas o anti estrangeirismo típico do romantismo nacionalista estava bem demarcado.

Seria uma ingenuidade afirmar que o *Guarany* seja um romance que descreve o índio e o branco europeu como iguais. É o fim do processo de civilização de Pery nos padrões europeus, que o torna um herói completo na trama. Mas, ao mesmo tempo, o autor procura

¹⁷⁶ ECHEVERRÍA, Esteban. “La Cautiva”, en: *Antología de prosa y verso*, Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1981

usar o romance entre o índio e Cecilia como um símbolo da brasilidade nascente, de um povo mestiço e com o melhor das três raças.

Tal figura repete-se com força simbólica ainda maior em *Iracema*, outra obra amplamente conhecida de José de Alencar, no desfecho do livro a morte trágica da indígena deixa clara a crença na ausência de um lugar para ela no país nascente, é seu filho, fruto do envolvimento com um homem branco, o sobrevivente que alude ao Brasil mestiço.

As obras de Alencar também podem ser consideradas uma parte de um projeto de Nação. O escritor cearense fazia parte da elite política brasileira ocupando cargos como chefe da Secretaria do Ministério da Justiça e deputado pela província do Ceará como membro do partido Conservador. A relação íntima de Alencar com a esfera política não era uma exceção e assim como tantos outros autores, tiveram suas obras influenciadas pelo panorama político da época. Antônio Candido¹⁷⁷ observa em seu consagrado “Formação da literatura brasileira” que publicações dedicadas a literatura com frequência davam igual destaque a temas econômicos ou científicos, fato que revela amplitude dos interesses da classe intelectual da época. Intelectuais e escritores estavam intimamente ligados ao estado e é fundamental levar isso em conta para que o projeto de nação veiculado nas obras literárias da época não seja visto como uma iniciativa estanque e desvinculada de outras esferas.

Cabe ressaltar também que esse é o momento de consolidação do que Antônio Candido¹⁷⁸ chama de “sistema literário” brasileiro. É apenas a partir do romantismo que o país passa a cumprir os três requisitos descritos pelo teórico: a existência de produtores de literatura, de consumidores para as obras, cuja acessibilidade se deve diretamente à circulação de jornais e panfletos, e de “um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns aos outros”. Assim, esse é o momento em que a literatura se populariza e passa a funcionar como um efetivo meio de formação de opinião.

Dessa forma, pensar a formação da identidade nacional brasileira no período sem levar em conta objetos compreendidos como literários é inviável. É também impossível pensar a política brasileira em meados do século XIX sem mencionar o poderoso Império Britânico.

¹⁷⁷ CANDIDO, Antonio. Formação da literatura brasileira. Atica, 2008

¹⁷⁸ Idem

4.1 Anglofobia na literatura

A relação entre os escritores, jornais e Estado brasileiro, em meados do século XIX era no mínimo estreita. Existiam entre os autores das obras que eram publicadas nos jornais, alguns políticos e homens com intensa participação no jogo político do país. Não é nenhuma surpresa notar que as crises entre Brasil e Inglaterra, principalmente a Questão Christie, suscitasse romances e poemas publicados em jornais. A maioria esmagadora desses textos, independentemente da posição política do autor, era contrário às ações inglesas e partia desse posicionamento para fortalecer o projeto de nação que se buscava veicular nesse momento.

Gonçalves Dias, sem dúvidas um dos nomes mais significativos do romantismo brasileiro, residindo então na Alemanha, fica indignado com a arrogância britânica e sugere “que se rasgue na rua a casaca do brasileiro que trazer um objeto de fabricação inglesa”¹⁷⁹. Dias, em carta mencionada pela *Diario do Rio de Janeiro* e publicada por Ubiratan Machado, defendia que o país rompesse as relações diplomáticas com seu agressor para sempre: “Fique em boa hora essa semente de ódio para o futuro: nem sempre seremos o que somos, nem eles o que são, e da Inglaterra tudo é preferível à sua amizade.”¹⁸⁰.

A *Semana Illustrada*, no mesmo número que cita as palavras do poeta, demonstra de maneira cômica a resistência da sociedade do Rio de Janeiro com traços culturais ingleses. A legenda da figura que consiste em um serviçal e um homem gesticulando à mesa, que diz

Vingança de um patriota. Moço – V. S. quer para sobremesa um pouco de plum pudding! - Malvado! Plum pudding! Não sabes que jurei não engolir nada inglês? Gosto bem disso, mas se quiseres que eu coma, chama-o pudim, porque com este nome brasileiro eu não quebro meu juramento.¹⁸¹

¹⁷⁹ *Diario do Rio de Janeiro* 04/02/1863

¹⁸⁰ MACHADO, Ubiratan. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra, 2010.

¹⁸¹ *Semana Illustrada*



Figura 7: Charge da Semana Illustrada

Levando-se em conta a grande influência inglesa na Corte, não é surpresa que vários contos, romances e peças teatrais contem com personagens ingleses. Não seria justo afirmar que a presença desses personagens tenha como única explicação extravasar a anglofobia contra a potência europeia ou demonstrar uma devotada anglofilia. Mas essas obras são uma grande fonte para identificar a maneira que os ingleses eram vistos, pelo menos por uma parcela da população brasileira.

As charges, da mesma maneira que a literatura, podem ser utilizadas como fontes para a percepção que a imprensa e a elite política queriam passar para o público sobre os ingleses. A *Semana Illustrada*, algum tempo depois da querela com Christie¹⁸² publicou uma imagem de serpente com uma cabeça de dragão e com asas de morcego, por sobre as ondas e esmagando embarcações, representando a Inglaterra (figura 8). Embaixo, um texto aplicativo “A grande serpente de São Jorge acaba de ressuscitar e deixando o frio Canal da Mancha: veio aquecer-se no mar do Brasil. Consta que o Dr. Bulha-Mata faz todo o esforço para conservá-la no Museu Nacional”.

¹⁸² *Semana Illustrada* 22/04/1863



Figura 8: Charge da Semana Illustrada

O estereótipo do inglês como um indivíduo frio, arrogante e ganancioso, perpassa grande parte desse universo de personagens ficcionais. Isso não quer dizer que os ingleses cumpriam sempre o papel de vilão ou antagonista, apesar de ser importante salientar que tais papéis durante o auge do movimento romântico nas décadas de 1850 e 1860 tenham sido preenchidos por personagens estrangeiros. Mesmo quando a imagem do inglês não era completamente negativa, os personagens eram marcados por certas características em comum, como excesso de pompa e certa soberba, com poucas exceções.

Até mesmo Machado de Assis, que possuía conhecida simpatia pela cultura inglesa, foi bastante vigoroso em suas críticas. No periódico “Semana Illustrada” de 18 de janeiro de 1863 é reproduzido anonimamente o chamado Hino dos voluntários. O Diário do Rio de Janeiro e o Correio Mercantil do dia 21 entregam que o autor de tais versos não era outro que o já ilustre Machado de Assis. No hino, os ingleses são citados nominalmente como adversários.

Brasileiros! Haja um brado
Nesta terra do Brasil
Antes a morte de honrado
Do que a vida infame e vil”
“Pela liberdade ufana Ufana
de honradez
Esta terra americana
Bretão, não te beija os pés”.²¹³

Não era a primeira vez que Machado de Assis criticava a relação de forças entre Brasil e Inglaterra. Em sua crônica como Doutor Semana, em novembro de 1861 ele escreveu:

“Deu-se no porto, um fato que é nada menos que uma grave ofensa à soberania nacional. Mal saía a visita da polícia de um vaso brasileiro, apresentou-se um oficial inglês no escaler de sua nação, exigindo a sua introdução a bordo! Está me parecendo este caso igual ao Charles Georges em Portugal. Nações fracas devem sofrer tudo, dizem as potências de primeira ordem; e, sem atender que, como dizia o conceituado Camões é “franqueza ser leão entre ovelhas”, fazem alarde de sua importância e força material. Benza-os Deus, antes querem um aleijão no moral que uma quebra desse poder que atemoriza os fracos, indignando a consciência. Vamos ver o que fará o nosso governo. Dizem que somos colônia da Inglaterra; não sei se somos, mas é preciso provar que não.”²¹⁴

Entre as crônicas do escritor, a mais sintomática de sua contrariedade com o papel da Inglaterra, representada por seu embaixador plenipotenciário foi a “A carta para Mr Christie” anteriormente mencionado nesse trabalho, publicada na *Semana Illustrada*. Com muita ironia, Machado se despede do ministro inglês e diz que lamenta sua volta a sombria Londres.

As crônicas publicadas na imprensa por Machado de Assis mostram a complexidade da anglofobia dos jornais do Rio de Janeiro. Os livros ingleses eram bastante lidos na Corte em meados do século XIX, tanto nas bibliotecas quanto nos gabinetes de leitura. É mais que provável que escritores brasileiros tenham tido amplo contato com essas obras. É curioso notar que algumas obras, como Sinclair das Ilhas de Elizabeth Helme, sejam apresentadas como leitura preferida de várias personagens de Machado de Assis.²¹⁵

No livro “A biblioteca de Machado de Assis”²¹⁶ fica comprovado o que já era bem visível nas obras Machadianas e de outros escritores da época: a influência da estética e

²¹³ Correio Mercantil 21/01/1863

²¹⁴ *Semana Illustrada*, 21/10/1861

²¹⁵ PEREIRA, R. R. . A Presença Inglesa na Literatura do Século XIX. In: IX Jornada de Estudos Linguísticos e Literários, 2007, Belém. IX Jornada de Estudos Linguísticos e Literários. Belém: Editora da UFPA, 2007

²¹⁶ JOBIM, José Luís. (org). *A Biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2001

conteúdo da literatura inglesa nos romances brasileiros no século XIX. Mesmo que tal influência possa ser menos marcada do que a francesa, obras de Dickens e Shakespeare eram comuns nas bibliotecas do Rio de Janeiro. As peças do último aliás, foram citadas diversas vezes por escritores brasileiros. Machado de Assis possui um conto chamado “To be or not to be”, uma referência literal a frase presente na peça Hamlet. Para Peter Burke, Machado de Assis poderia ser considerado um anglófilo, “um inglês triste nos trópicos “.¹⁸³

Mesmo com toda sua admiração com a cultura inglesa, Machado não destoou de outros escritores brasileiros da época ao tecer virulentas críticas à Inglaterra durante a questão Christie. Existe uma clara admiração por elementos e estruturas da sociedade inglesa, mas tal admiração pode ser localizada em um campo simbólico, de uma sociedade idealiza símbolo de civilidade e poder. A poderosa Inglaterra era um exemplo a ser seguido para tornar o Brasil uma grande potência.

O amor por essa visão idealizada de potência, tem como par a aversão pelas posturas práticas do Império britânico. Ao invés de um exemplo, a nação torna-se um obstáculo para o crescimento do Brasil. O romantismo nacionalista tinha no anti-estrangeirismo um interessante caminho para a construção de uma identidade brasileira.

José de Alencar, membro do partido conservador, parece ser o autor mais crítico ao estrangeirismo, principalmente aos hábitos retirados da cultura inglesa. Alencar escreve “Sabe que sou o homem menos pontual que há neste mundo; entre os meus imensos defeitos e as minhas poucas qualidades, não conto a pontualidade, essa virtude dos reis e esse mau costume dos ingleses”¹⁸⁴

Alencar critica e ironiza esse comportamento frio e distante do cidadão inglês, comparando-o com uma máquina, a qual é programada para fazer tudo certo e na hora exata:

Desta pequena causa, desse grão de areia, nasceu a minha felicidade; dele podia resultar a minha desgraça. Se tivesse sido pontual como um inglês, não teria tido uma paixão nem feito uma viagem; mas ainda hoje estaria perdendo o meu tempo a passear pela rua do Ouvidor e a ouvir falar de política e teatro. Isto prova que a pontualidade é uma excelente virtude para uma máquina mas um grave defeito para um homem²¹⁹.

¹⁸³ BURKE, Peter. Os ingleses

¹⁸⁴ ALENCAR, Jose de. Cinco Minutos e a Viuvinha. São Paulo. Atica,2002. P 08

²¹⁹ ALENCAR, Jose de. Op cit p 50

No romance *A Viuvinha*, de 1857, o autor novamente critica a invasão de usos e costumes estrangeiros no Rio de Janeiro em jantares em família e na sociedade em geral. Alencar descreve uma personagem com algumas características de um cidadão inglês.

Havia muito de inglês no seu trato. Quando fazia alguma transação ou discutia um negócio, era de extrema polidez. Concluída a operação, cortejava o negociante e não o conhecia mais. O homem tornava-se para ele uma obrigação, um título, uma letra de câmbio ¹⁸⁵

Não causa nenhum estranhamento que o escritor, membro atuante do partido conservador, tenha uma opinião tão crítica, visto sua defesa da continuidade da escravidão no país.¹⁸⁶ Entre suas inúmeras cartas direcionadas ao Imperador Pedro II, existem alertas para que o soberano não se curve a estrangeiros. Na defesa da escravidão, afirma que “a Inglaterra e França não emancipariam a população negra de suas colônias se não se achassem nas condições de proteger eficazmente ali a raça branca.”¹⁸⁷

Ao mesmo tempo, não se pode afirmar que Alencar não tenha admiração pela estrutura política inglesa. Comparando o corpo de Ministros do Brasil e da Inglaterra, afirma que

As resoluções do gabinete são apresentadas à coroa quando carecem de sua assinatura. Em Inglaterra costuma o rei, quando julga conveniente, ouvir seu conselho privado, que está fora da política e tem por fim unicamente esclarecê-lo. É como um livro da sabedoria e experiência nacional

223

Os jornais publicaram muitos desses textos anglofóbicos após o *bill aberdeen* e a questão *Christie*. Mesmo textos que não tratavam exatamente sobre o imbróglio com a Inglaterra tornaram-se símbolos de uma defesa nacional durante os conflitos. A *Semana Ilustrada* da última semana de abril de 1863 mostrava *Christie* e *lord John Russel*, sentados à mesa, com um recipiente escrito o número 3200, valor da indenização pago pelo governo

¹⁸⁵ ALENCAR, Jose de. Op cit p 57

¹⁸⁶ Cartas de Erasmo / José de Alencar ; organizador, José Murilo de Carvalho. – Rio de Janeiro : ABL, 2009

¹⁸⁷ Idem

brasileiro pelo naufrágio do navio Prince of Walles. A imagem é seguida por uma estrofe de um poema de Gonçalves Dias.

Ouro – poder, encanto de maravilha.
Da nossa idade, -regador da terra,
Que dás honra e valor, virtude e força,
Que tens ofertas, ablações e altares¹⁸⁸



Figura 8: Charge da Semana Illustrada

4.2 Imprensa, teatro e identidade nacional

Mas eram nos textos das peças teatrais, com especial ênfase nas peças cômicas, que o estereótipo do cidadão inglês ganhava cores mais vivas. O teatro, da mesma maneira que a imprensa, servia como propagador de um sentimento nacional. Os textos teatrais não eram publicados nos jornais como os romances de folhetim, mas as primeiras crônicas críticas relacionadas às peças, apareceram nos periódicos da capital do Império a partir de 1826 e ganharam força durante a explosão do romantismo brasileiro na metade do século XIX.

Os periódicos da Corte, como o Diário do Rio de Janeiro e o Jornal do Commercio possuíam uma seção de Teatros, em que anunciavam as montagens das peças com indicações dos nomes dos teatros, das peças e dos atores. Os jornais não se limitavam aos detalhes técnicos, havia também a publicação de cartas de espectadores, que enviavam seus textos aos emitindo opiniões sobre a peça, autores e o próprio teatro.

Os principais críticos teatrais eram nada menos que os maiores escritores da época como Jose de Alencar e Machado de Assis. A discussão entre uma arte brasileira em detrimento de uma cópia de produções europeias também fazia parte dessas publicações

¹⁸⁸ Semana Illustrada 26/04/1863

críticas. Alencar, nas páginas do Correio Mercantil, cobrava do governo um apoio ao teatro brasileiro para a consolidação de um nacionalismo . O escritor afirmava:

O governo não se negará certamente a auxiliar uma obra tão útil para o nosso desenvolvimento moral; e, em vez de vãs ostentações de coroas, o que lhe tem faltado até agora é o apoio e a animação da imprensa desta Corte. Uma das coisas que tem obstado a fundação de um teatro nacional é o receio da inutilidade a que será condenado este edifício, com a qual se deve despender avultada soma. O governo não só conhece a falta de artistas, como sente a dificuldade de criá-los não havendo elementos dispostos para esse fim. Não temos uma companhia regular, nem esperança de possuí-la brevemente. A única cena onde se representa a nossa língua ocupa-se com vaudevilles e comédias traduzidas do francês, nas quais nem o sentido nem a pronúncia é nacional¹⁸⁹

O texto de Martins Pena, “O inglês maquinista” dá um exemplo dessa visão negativa dos súditos da rainha. A história se passa completamente na sala de casa de uma rica família do Rio de Janeiro, pouco tempo depois da promulgação do bill Aberdeen. O herói da trama é Felício, um pobre empregado público apaixonado por Mariquinha, filha de uma ilustre família que a prepara para um casamento com um homem rico. Entre os pretendentes está Mr Gainer, um inglês frio e apaixonado por dinheiro. Martins Pena faz questão de demonstrar a falta de caráter do personagem britânico como no trecho abaixo.

FELÍCIO - Mas veja como os homens são maus. Chamara, o senhor, que é o homem o mais filantrópico e desinteressado e amicíssimo do Brasil, especulador de dinheiros alheios e outros nomes mais.

GAINER - A mim chamaram especuladora? A mim? By God! Quem é a atrevido que me dá essa nome?

FELÍCIO - É preciso, na verdade, muita paciência. Dizerem que o senhor está rico com espertezas!

GAINER - Eu rica! Que calúnia! Eu rica? Eu está pobre com minhas projetos pra bem do Brasil.

FELÍCIO - À PARTE - O bem do brasileiro é o estribilho dêstes malandros... (PARA GAINER) Pois não é isso que dizem. Muitos crêem que o senhor tem um grosso capital no Banco de Londres; e além disto, chamam-lhe de velhaco¹⁹⁰

Fica claro que o inglês na peça é apresentado como avarento e mal caráter, mas em uma perspectiva também bastante irônica. A reprodução do sotaque britânico, os recorrentes

¹⁸⁹Correio Mercantil 01/09/1854

¹⁹⁰MARTINS, Pena. Os Dois, ou, o inglês maquinista. 1849

problemas de concordância nas fala associadas a Gainer resultam em uma figura caricata e ridícula, uma maneira bastante mordaz de criticar o inimigo político da época.

Outro elemento interessante presente na peça é a crítica ao tráfico de escravos. Diferentemente das obras posteriores de Alencar, que criticam os ingleses ao mesmo tempo em que defendem a manutenção, mesmo que temporária, da escravidão, Martins Pena não alimenta o antagonismo entre brasileiros escravocratas e ingleses que pressionam o fim do tráfico. Ao mesmo tempo em que critica a arrogância inglesa simbolizada por Gainer, o escritor também mostra desprezo por traficantes de escravos representados pelo desprezível Sr Negreiro, outro pretendente de Mariquinha.

O fim da peça segue a cartilha do romantismo, quando o herói Felício consegue um milagre de livrar sua amada dos dois maus elementos e o casal consegue seu final feliz. Martins Pena deixa claro: não é vencedor o arrogante inglês que explora os brasileiros e nem o maldoso traficante de escravo. É interessante notar que Pena não compra o argumento do partido conservador que transforma a perpetuação da escravidão como um brado contra a pressão britânica, mas nem por isso se furta em demonstrar seu anti-britanismo.

Se o bill Aberdeen causou alvoroço e inspirou algumas obras, a Questão Christie transformou a aversão ao poder inglês em um assunto recorrente nas obras de ficção. A obra de França Junior, os ingleses na costa, retrata o sentimento da corte após o bloqueio do porto em 1863.

Félix – Feliciano, há certas graças que não têm graça.

Feliciano – Pelo quê? (Rindo-se.) Ah! Já sei: tomaram-me sem dúvida por algum credor, por um inglês?

Silveira – Por um inglês?

Feliciano – Já vejo que ainda não leram Balzac. Pois saibam que o espirituoso autor da Comédia Humana apelida de ingleses a essa raça desapiedada que nos persegue por todo a parte. Depois da questão anglobrasileira, creio que não pode haver um epíteto mais apropriado para designar um credor. Os ingleses são inimigos terríveis e um credor, a meu ver, é o mais furibundo dos nossos inimigos. (Rindo-se.) Tomaram-me por um inglês¹⁹¹

O personagem da peça afirma que os ingleses são inimigos e a comparação com os credores é feita durante toda a peça, sempre destacando o poder e a falta de clemência de ambos. Mais

¹⁹¹FRANÇA JUNIOR, Joaquim José da. Teatro de França Junior: Tomo I, Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Fundação Nacional de Arte (SNT/FUNARTE), Col. Clássicos do Teatro Brasileiro, 5, 1980.

um vez, o britânico é representado como uma figura fria, arrogante e hostil aos brasileiros, uma metáfora perfeita para os credores que tanto assombram os personagens do espetáculo.

A peça torre em concurso é outra comédia que possui como plano de fundo uma crítica ao estrangeirismo da sociedade brasileira da década de 1860. A trama de Joaquim Manuel de Macedo, escritor já famoso na época pela sua obra “A Moreninha” gira em torno de um projeto de construção de uma torre de igreja em uma pequena cidade. O projeto porém possui uma exigência esdrúxula: o engenheiro da obra deverá ser inglês, pois a nacionalidade do indivíduo já o tornaria automaticamente melhor que um engenheiro brasileiro.

O desfecho da peça, em que dois brasileiros farsantes são descobertos como falsos ingleses e a torre torna responsabilidade de um competente engenheiro brasileiro parece ser o fim perfeito para o objetivo de Macedo de censurar uma postura de inferioridade brasileira em relação à estrangeiros, principalmente aos ingleses.

4.3 Poesia e anglofobia

Mas nenhuma peça, conto ou romance foi tão virulento quanto a obra de Fagundes Varela, “O estandarte auriverde: cantos sobre a questão anglo-brasileira”, que circulou no formato planfleto em 1863, poucas semanas após o bloqueio do porto do Rio de Janeiro. O poeta, com apenas 21 anos em 1863, foi um dos expoentes da poesia romântica no Brasil. Sua obra é vista como uma transição entre a segunda e terceira fase do romantismo, entre a geração ultra-romântica de Álvares de Azevedo e a geração de Castro Alves. Tinha no nacionalismo uma das principais inspirações, no poema que dá título ao panfleto, Varela lista as principais nações europeias e as compara ao Brasil, chegando a afirmar que tais países teriam razões para invejar o Brasil, tanto por características naturais quanto pela bravura do povo.

Merece destaque, nesse contexto, um poema dedicado ao próprio Christie:

Diplomata insolente! — ave maldita
Entre as brumas do norte aviventada
A quem a pátria recusou bafejos
E o sol um raio que aquecesse o rosto!
Dize, filho da sombra, — onde aprendeste
A voar como as águias?... Em que terras
Te cresceram as penas borrifadas

Nas lagoas impuras da Bretanha?

Que céu dourado, — que estações benditas,
Que meigas flores, — que harmonias santas
Alentaram-te o cérebro? — Que sonhos
Te passaram na mente? — Que riquezas O
teu berço natal mostrou-te aos olhos?
Que doce inspiração roçou-te n'alma
E deu-te crenças, te cobriu de orgulho, Do
santo orgulho que revela o mérito?

Nesse trecho inicial, é caracterizado o próprio Christie e sua origem. O texto faz um claro esforço para apresentá-lo como um personagem vil e ambicioso, ao mesmo tempo em que apresenta negativamente a Inglaterra, mencionada a partir da metáfora das “lagoas impuras da Bretanha”, um gesto de marcada anglofobia simbólica.

No trecho que se segue, o eu-lírico do poema apresenta as acusações que imputa a Christie ressaltando a pretensa grandeza brasileira:

Pisaste uma nação, — nação tão grande
Que a loucura perdoa-te! — Cuspiste
Na face dessa que afogara em vagas, Em
rios de ouro teu país ingrato!
Procuraste lançar um véu de sombras
Sobre essa terra que fascina o globo
Ao clarão dos diamantes, e piedosa
Teus irmãos agasalha junto ao peito!

Basta de humilhações!... dize a teus amos
Que a terra de Cabral está cansada
De ultrajes suportar! — Que a seus clamores
No seio das florestas ressuscita
Um mundo de guerreiros que não teme
O troar dos canhões; — que um povo ardente
Se levanta inspirado à voz dos bardos
Do pendão auriverde à sombra amiga!

Quereis ouro e riqueza?... Ah! nós vos damos,
É em nome da Irlanda miserável
Que sucumbe de fome! — É por piedade
Dos filhos do Levante que se estorcem
Entre sangue e veneno! — É pelos tristes Que
soluçam nos ferros, — pelos gênios

Que morrem na miséria e no abandono, Pela
virtude sem defesa e amparo!...

Vai, teu país é poderoso e ousado,
Teus vasos cobrem a amplidão dos mares,
Teus soldados são célebres e fortes,
Teus canhões são medonhos, — ferem certo.
A nós isto que importa? — se atrevidos
A nossas praias aportarem, loucos, Cada
província é um povo de guerreiros, Cada
guerreiro um destemido Anteu!

Assim, com a adjetivação típica do romantismo da segunda geração, de quem o poema também herda a ambientação sombria, o escritor tece ferrenhas críticas ao diplomata inglês e ao imperialismo britânico por ele simbolizado. Fica clara a partir da leitura do poema a intenção de engrandecer o Brasil e seu povo a partir do combate ao inimigo selecionado.

O poema termina ainda com uma referência clara a um possível conflito bélico entre as duas nações, fato que evidencia a animosidade do período entre as duas nações, ainda que filtrada pelo etos romântico. É possível observar, portanto, que um improvável conflito direto ganha espaço no texto literário, não como incentivo real, mas sim como oportunidade de reafirmar características desejáveis para o imaginário nacional em construção, como a bravura e a falta de temor ante um inimigo mais rico e mais bem preparado militarmente.

Candido¹⁹² afirma que o poeta romântico assume para si a tarefa de levar à cabo uma “revisão do mundo”. Nos textos analisados no presente capítulo fica claro que no caso brasileiro essa ambição incluiu a fundação de um imaginário bastante significativo do que é o país e do que significa ser brasileiro. Seja na demarcação do indígena como cavaleiro medieval local ou na demonização do estrangeiro que ameaça a soberania nacional, é fato que muitas nuances desse projeto fundador seguem vigentes até a atualidade.

Conclusão

¹⁹² CANDIDO, Antonio, op cit.

Observa-se, portanto, que a busca por uma construção de identidade nacional foi uma preocupação constante dos membros do Estado brasileiro durante uma boa parte do século XIX. Os conflitos com a Inglaterra relacionados ao tráfico negreiro foram episódios catalisadores de uma valorização de um sentimento nacionalista, propagados pela imprensa através de jornais, panfletos e romances de folhetins.

Menos de cinquenta anos após a independência, o país buscava a construção de uma Identidade nacional e uma batalha contra um adversário poderoso e temido foi um bom cenário para o florescimento de um nacionalismo mais atuante e de um país mais unido e centralizado. Houve na imprensa uma construção simbólica tanto nos textos quanto nas charges, em que se percebe um processo de construção de uma nacionalidade em contraposição a uma outra. Enquanto os ingleses são representados como superiores e ameaçadores, no lado brasileiro são colocadas a coragem, audácia, honra e engenhosidade.

Com as medidas tomadas pela Inglaterra em 1845 com o bill Aberdeen e 1863, com o bloqueio do porto do Rio de Janeiro, ganha espaço um sentimento de aversão à Inglaterra que no presente trabalho optou-se por denominar anglofobia. Esse sentimento ganhou especial espaço na imprensa fluminense da época.

O extenso exame dos exemplares dos jornais escolhidos, mostraram que apesar das posições políticas contrastantes, houve nos momentos mais agudos da crise uma concordância entre os membros da elite política, tanto na imprensa quanto nas discussões do parlamento.

Sobre essa questão cabe destacar que o trabalho com o conceito de Anglofobia representou um dos maiores entraves na realização da presente dissertação, uma vez que ainda que se trate de um termo de uso recorrente em trabalhos historiográficos sua conceituação ainda é bastante precária. Se é verdade que esse sentimento anglófono tenha uma origem política, pois surgiu principalmente entre membros de uma elite conservadora e escravista, sua propagação atingiu uma consideravelmente parte da população branca da cidade e se propagou em uma aversão cultural e de valores vindos da Inglaterra.

Como já mencionado anteriormente, a anglofobia e a anglofilia conviveram juntas no Brasil, com exceção dos momentos mais agudos de crise. Mas enquanto as estruturas políticas e econômicas inglesas eram vistas como exemplos a seguir em uma perspectiva idealizada, as atitudes concretas da política exterior da Inglaterra e as reações indignadas da

sociedade brasileira tiveram uma consequência mais marcante, mesmo que temporárias, na construção da identidade nacional brasileira.

Com relação ao papel desempenhado pela imprensa na disseminação desse sentimento, tem relevância a atuação de escritores identificados com gêneros literários, como a teatro, crônica e poesia. Fica claro que o romantismo incorporou a anglofobia como um dos elementos responsáveis pela criação de seu imaginário nacional. Mesmo que o movimento literário brasileiro tenha clara influência da cultura europeia e mesmo da cultura britânica, a busca pelo fortalecimento do ser brasileiro trouxe uma aversão ao que é estrangeiro em contraste a uma elevação de símbolos nacionais como o indígena e a própria língua portuguesa, mais abraçadora.

Assim, longe de esgotar esse produtivo e riquíssimo tema, o presente trabalho procurou explorar um conceito bastante recorrente na historiografia brasileira, a identidade nacional a partir de um caminho menos percorrido, representado pela relação entre Brasil e Inglaterra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JORNAIS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN)

Disponíveis online em <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Aurora Fluminense

Diario do Rio de Janeiro

Jornal do Commercio

Correio Mercantil

O Constitucional

Actualidade

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN)

Seção Periódicos em Microfilme

The Rio Herald

PANFLETOS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN) ALENCAR, Jose de. Cinco Minutos e a Viuvinha. São Paulo. Atica,2002

ALVES, Francisco das Neves. Autonomia X dependência – o Brasil no quadro das relações internacionais: estudo de três tratados. In: ALVES, F. N. (org.). Brasil 2000 – quinhentos anos do processo colonizatório: continuidades e rupturas. Rio Grande: FURG

ALVIM, Luíza. Os jornais, o romance e o folhetim. Anais do ALCAR - 2008. Consulta em: 20 de dez de 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/Os%20jornais%20o%20romance%20e%20o%20folhetim.pdf>.

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008

ASSIS, Machado de. Obra completa. V. 3. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962.

BANDEIRA, Moniz. O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai – da colonização à Guerra da Tríplice Aliança. 3ª edição. – Rio de Janeiro: Revan, 1998

_____. Brasil- Estados Unidos. Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

BASILE, Marcelo. O. N. C. . Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense (1831-1835). In: Lúcia Maria Bastos P. das Neves; Marco Morel; e Tânia Maria Bessone da C. Ferreira. (Org.). História da imprensa: representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

_____. Inventário analítico da imprensa periódica do Rio de Janeiro na Regência: perfil dos jornais e dados estatísticos In. Anais do I Seminário Internacional do SEO. Vitória, 2014

BETHELL, Leslie & CARVALHO, José Murilo de. Joaquim Nabuco e os abolicionistas britânicos: correspondência, 1880-1905. vol.23. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2002

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. 7. ed. Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993

CARNEIRO, Davi Antonio da Silva. A História do Incidente Cormorant. Curitiba: Editora da municipalidade de Paranaguá, 1950.

CARVALHO, José Murilo de. D. Pedro II; Coordenação Elio Gaspari e Lilia M. Shwarcz – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura em Topoi numero 1, Rio de Janeiro, 7letras, 2000.

_____, Lucia Maria Bastos Pereira das; BASILE, Marcello Otávio de Neri Campos (Orgs.). Às armas, cidadãos! Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo / Belo Horizonte: Companhia das Letras / Editora UFMG, 2012.

CAVALCANTE, Maria Imaculada. Do romance folhetinesco às telenovelas. OPSIS - Revista do NIESC, Vol. 5, 2005. Consulta em: 20 de dez de 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/download/9407/6483>.

CERVO, Amado Luiz. O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

EBEL, Ernst. O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1974.

FRANÇA JUNIOR, Joaquim José da. Teatro de França Junior: Tomo I, Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, Fundação Nacional de Arte (SNT/FUNARTE), Col. Clássicos do Teatro Brasileiro, 5, 1980.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala. Formação da família brasileira sob o regime patriarcal. Recife: Global, 2003.

GRAHAM, Richard. Os fundamentos da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Grã Bretanha em 1863. Revista da Usp. 1973.

_____. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HABERMAS, Jürgen - Mudança Estrutural na Esfera Pública. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1984.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de História do Império. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975

MANCHESTER, Alan K. Preeminência inglesa no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARTINS, Pena. Os Dois, ou, o inglês maquinista. 1849

MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São paulo: Hucitec, 2005.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan, FAPERJ, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo. O Mito de Inglaterra - Anglofilia e Anglofobia em Portugal (1386-1986). Lisboa: Gradiva, 2014.

POCOCK, J. Linguagens do ideário político. São Paulo: EDUSP, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____ A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Faperj, 2002.

_____ “Pés de Chumbo e Garrafeiros: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). Revista Brasileira de História, São Paulo; Apuh-MarcoZero, vol.12, nº23-24, setembro 91-agosto 92

RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contra-revolução – a política internacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Silvestre Pinheiro Ferreira: ideologia e teoria. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1975.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In. BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

TELLES, Angela. Desenhando a nação. Revistas ilustrada no Rio de Janeiro e Buenos Aires nas décadas de 1860-1870. Brasília: Funag, 2010.

WRIGHT, Antônia F. P. de Almeida. Desafio americano à preponderância britânica no Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.